



Julia Vilela Caminha

**O fazer-comum das ocupações na luta pela produção
do espaço**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Rio de Janeiro
Setembro de 2022



Julia Vilela Caminha

**O fazer-comum das ocupações na luta pela produção
do espaço**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora em Geografia pelo
Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-
Rio.

Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira
Orientador
Departamento de Geografia – PUC-Rio

Profa. José Bozarcchiello da Silva
Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof. Luciana Corrêa do Lago
NIDES – UFRJ

Prof. Orlando Alves dos Santos Jr.
IPPUR – UFRJ

Profa. Tatiana Tramontani Ramos
Departamento de Geografia – UFF

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Julia Vilela Caminha

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e em Política e Planejamento Urbano, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

Ficha Catalográfica

Caminha, Julia Vilela

O fazer-comum das ocupações na luta pela produção do espaço / Julia Vilela Caminha ; orientador: Alvaro Ferreira. – 2022.

138 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2022.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Ocupações. 3. Comum. 4. Produção do espaço. 5. Valor de uso. I. Ferreira, Alvaro. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

Este trabalho só pode ser construído com diferentes tipos de auxílios, primeiro, agradeço, primeiramente, à PUC-Rio, por meio ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, que proporcionou a possibilidade de fazer minha pesquisa de forma gratuita, além de ter disponibilizado recursos para viagens a congressos. Em segundo, ao Prof. Dr. Alvaro Ferreira, por todo seu apoio e orientação. E à banca, composta pelas Profs. Dras. Luciana Lago e Tatiana Ramos e pelos Profs. Drs. José Bozarchiello e Orlando Junior, agradeço pela leitura e conselhos.

Claro que a pesquisa não poderia ter sido feita sem a contribuição das autoras e autores a quem recorri, além das inúmeras pessoas que fazem parte do meu cotidiano, entre elas...

As e os amigas e amigos do NEPEM, que sempre me apoiaram, mesmo que somente virtual, além de tecerem inúmeras trocas e ensinamentos.

As amigas(os) de toda a vida, do CAP UERJ, Geo-UFF, do IPPUR e do ONU-Habitat.

As amigas e amigos de Barcelona, onde adentrei o mundo dos *okupas* pela primeira vez

E a minha família: Rodrigo, os irmãos João e Pedro, a Lucila, papai Chico e mamãe Ana.

Por fim, agradeço a todas e todos que acreditam e defendem ocupações, práticas do fazer-comum e que seguem na luta por um futuro melhor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Caminha, Julia Vilela. Ferreira, Alvaro. O fazer-comum das ocupações na luta pela produção do espaço. Rio de Janeiro, 2022 138p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese “O fazer-comum das ocupações na luta pela produção do espaço” tem como objetivo geral analisar como as ocupações se configuram como comuns urbanos e como elas possuem potencialidades para as lutas anticapitalistas pela produção do espaço. Assim, buscou-se fazer uma discussão acerca da circulação do capital e sua interferência na produção do espaço, hoje, metropolizado. Em seguida, discute-se os conceitos de movimento social e ocupação, com intuito de demonstrar as potencialidades das ocupações urbanas. Ao final, a partir da conceituação de comum, objetivamos demonstrar que as ocupações urbanas se configuram como importantes formas de luta pela cidade e, por meio delas, poder-se-ia estabelecer o *comum* e a produção de um espaço urbano anticapitalista. Neste sentido, buscou-se demonstrar que a espiral capitalista em sua busca contínua por acumulação também abre brechas para o fim da circulação capitalista e que o espaço metropolizado aparece como uma oportunidade para tal, a partir de seus espaços heterotópicos, como as ocupações. Assim, defende-se que as ocupações, ao praticarem o fazer-comum, rompem com várias das amarras capitalistas e podem modificar nossa sociedade por dentro e criar espaços outros nos quais o comum seja o princípio político, definindo espaços limiares e tramas comunitárias.

Palavras-chave

Ocupações; comum; produção do espaço; valor de uso.

Abstract

Caminha, Julia Vilela. Ferreira, Alvaro (advisor) The commoning of the squats in the struggle for the production of space. Rio de Janeiro, 2022 138p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis, entitled *O fazer-comum das ocupações na luta pela produção do espaço*, has as main objective to analyze how squats can be configured as urban commons and how they have potentialities for anti-capitalist struggles for the production of space. First, a discussion about the circulation of capital and its interference in the production of space, today, metropolized, was presented. Then we discuss the concepts of social movement and squatting, attempting to demonstrate the potentialities of urban squats. Finally, based on the conceptualization of common, we intend to demonstrate that urban squatting is an important form of struggle for the city, and could establish the common and the production of an anti-capitalist urban space. In this sense, we tried to demonstrate that the capitalist spiral in its continuous search for accumulation also creates gaps for the end of capitalist circulation itself, and the metropolized space appears as an opportunity to that end, based on its heterotopic spaces, such as squats. Thus, squatting, by practicing the commoning, can break several of the capitalist bonds and can modify our society from the inside by creating other spaces in which the common is the political principle and, defining threshold spaces and community fabrics.

Keywords

Squats; urban commons; production of space; use value.

Sumário

1. Vivemos em cidades que deveriam ser nossas	12
2. A circulação do capital na metropolização do espaço	28
2.1. A circulação do capital enquanto valor em movimento	29
2.2. O espaço e a produção do espaço	36
2.3. Do urbano à metropolização	43
3. As ocupações enquanto movimentos sociais anticapitalistas	62
3.1. Cotidiano como potência	65
3.2. O agente age, o ator movimenta-se: conceitualizações sobre movimentos sociais.....	67
3.3. Ocupações: enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito!....	75
4. Comum: da tragédia à produção do espaço urbano	99
4.1. Comum para além do público e do privado	100
4.2. Debates contemporâneos sobre o comum: da Europa ao Sul.....	105
4.3. Comum urbano e ocupações: enfrentamento ao capitalismo pela produção do espaço?	117
5. Sobre alternativas e futuros possíveis.....	124
Referências	126

Lista de figuras

Figura 1 - Atividade de mapeamento coletivo desenvolvida pelo Catálise na Solano Trindade.	15
Figura 2 - Desenho do Passeio Público, no Rio de Janeiro, antes de 1845, quando ainda dava diretamente para o mar.	16
Figura 3 - II Festival O Passeio é Público, ocorrido em 2016. Fonte: arquivo O Passeio É Público.	17
Figura 4 - Identidade visual da Campanha Despejo Zero.	25
Figura 5 - Diagrama do fluxo geral do capital elaborado por Harvey (2018b) a partir dos estudos de Marx.	31
Figura 6 - Exemplificação gráfica da espiral capitalista.	35
Figura 7 - Painel do site brasileiro da Unilever, sobre suas marcas.	48
Figura 8 - Vista de novos edifícios no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.	50
Figura 9 - Novo centro econômico-financeiro de São Paulo, localizado na área das avenidas Faria Lima e Berrini.	50
Figura 10 - <i>City of London</i> e seus novos edifícios.	51
Figura 11 - Cidade das Artes e das Ciências, em Valência (Espanha).	52
Figura 12 - Museu do Amanhã, na Zona Portuária do Rio de Janeiro.	52
Figura 13 - A fragmentação na cidade de São Paulo.	53
Figura 14 - A fragmentação vista de cima na cidade de Mumbai, na Índia.	54
Figura 15 - Texto do <i>site</i> do Portal do Sol, em Goiânia.	55
Figura 16 - Texto do <i>Taj Home Resort</i> , condomínio de luxo com serviços de resort em desenvolvimento em Vila Velha, Espírito Santo.	56
Figura 17 - Textos do <i>site</i> do Condomínio Malibu, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.	56
Figura 18 - Texto sobre o BH Shopping.	58
Figura 19 - Texto ressaltando a exclusividade do VillageMall, shopping na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.	58
Figura 20 - <i>Print Screen</i> do site Alphaville Urbanismo com a localização de seus empreendimentos.	59

Figura 21 - <i>Print Screen</i> do site Alphaville Urbanismo com imagens de empreendimentos em diferentes cidades e estados.	60
Figura 22 - <i>Print Screen</i> da matéria supracitada destacando o muro de Alphaville.....	61
Figura 23 - Grafite no entorno do Parque Güell, importante ponto turístico de Barcelona.	64
Figura 24 - Movimento sufragista feminino, na Filadélfia (EUA), em 1917	72
Figura 25 - Marcha em Washington (EUA), do Movimento pelos Direitos Civis, em 1963.....	72
Figura 26 - Manifestação do movimento antiapartheid, na África do Sul..	72
Figura 27 - Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	72
Figura 28 - Manifestação dos <i>piqueteros</i> em Buenos Aires (Argentina), em 2001	73
Figura 29 - Símbolo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) .	73
Figura 30 - Manifestação organizada pelo movimento negro em Belo Horizonte, em 2021Fonte: <i>Site</i> do Brasil de Fato.....	73
Figura 31 - Movimento pelos direitos ao aborto, Buenos Aires (Argentina), em 2020	73
Figura 32 - Caminhada mulheres em território zapatista (México), em 2018	73
Figura 33 - Manifestação no mês do orgulho LGBTQIA+, em Nova York (EUA), em 2021	73
Figura 34 - Bandeiras e faixas de apoio ao movimento independentista catalão, em Barcelona (Espanha), 2018	73
Figura 35 - Pintura em apoio ao movimento feminista, Barcelona (Espanha), 2018.....	73
Figura 36 - Biblioteca social Conza Perez, no <i>Ateneu L'Entrebanc</i>	77
Figura 37 - Parte externa do <i>El Banc Expropiat</i>	77
Figura 38 - Vista das hortas e edifício principal de <i>Can Masdeu</i>	78
Figura 39 - Atividades do SqEK, em <i>Can Masdeu</i>	78
Figura 40 - Edifício da ocupação Manoel Congo, no Rio de Janeiro.....	79
Figura 41 - Edifício principal da Solano Trindade.	80

Figura 42 - Construção no terreno da Solano Trindade.	80
Figura 43 - Casa ocupada em maio de 2022, em Amsterdam (Holanda).81	
Figura 44 - Casa de oligarca russo ocupada em março de 2022, em Londres (Reino Unido), em apoio a refugiados ucranianos.....	81
Figura 45 - Kasa invisível, ocupação em Belo Horizonte desde 2013.....	81
Figura 46 - Espaço Comum Luiz Estrela, ocupado em 2013, em Belo Horizonte.....	81
Figura 47 - Ocupação Klinika, em Praga (República Checa), entre 2014 e 1019.	82
Figura 48 - <i>Broadway Squats</i> , edifícios ocupados em 2000, em Sidney (Australia).....	82
Figura 49 - Linha do tempo de ocupações na Suécia.	82
Figura 50 - Tirinha “Sobre uma ocupação” que resume a vida de diversos ocupantes no Brasil. Fonte: desconhecida. Autoria: Natália Reis e João Nakacima.	83
Figura 51 - Campanha de conscientização e arrecadação realizada pela organização da “Festa Junina do Viaduto Laranjeiras”, ocorrida em junho de 2022.	87
Figura 52 - CSA <i>Can Vies</i> quatro dias após o despejo.	90
Figura 53 - Mutirão de reconstrução de Can Vies	90
Figura 54 - Mutirão de reconstrução do CSA <i>Can Vies</i>	91
Figura 55 - Mutirão de reconstrução de <i>Can Vies</i>	91
Figura 56 - CSA <i>Can Vies</i> no 2º dia de reconstrução.....	91
Figura 57 - Festa de aniversário da ocupação Manoel Congo, no Rio de Janeiro, em 2020.....	92
Figura 58 - Flyer com programação aberta na ocupação <i>Can Masdeu</i> , em Barcelona (Espanha).....	92

Se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração. Esse processo segue desenvolvendo-se diante de nossos olhos, tal como se deu ao longo dos últimos quinhentos anos. A diferença é que, hoje, a resistência ao capitalismo também atingiu uma dimensão global.
(FEDERICI, 2017, p. 38)

1. Vivemos em cidades que deveriam ser nossas

As propostas alternativas ao modelo dominante precisarão ter seu tempo de formulação e experimentação. Aos aflitos com a falta de novos modelos, eu perguntaria como teriam se sentido após a Revolução de 1848, na França... Temos que aprender a não nos assustar com isso também e, como diz Mauro Luis Iasi, “Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas”
(ROLNIK, 2013, p. 12)

O espaço urbano se encontra como o lugar onde o capitalismo se faz e refaz, e assim expressando as suas contradições e conflitos. O urbano adquire, então, dimensões e significados variáveis para cada pessoa, sendo constituído por distintos usos do solo e tendo a desigualdade como característica marcante e definidora. Cabe, portanto, a nós solucionarmos os problemas de seu ambiente, lutando por melhores condições de vida – de moradia, transporte, saúde, educação. Desta forma, o espaço urbano se caracteriza também como um conjunto de símbolos e um campo de lutas. E é neste contexto que os movimentos sociais urbanos adquirem importância, pois, por meio deles, classes excluídas da apropriação do espaço urbano pelo processo de dominação capitalista podem se fazer presentes e visíveis.

Na última década, diversos movimentos e coletivos começaram a atuar nas mais diferentes esferas do espaço urbano: de hortas urbanas criadas por vizinhos a festivais multiculturais em parques pouco utilizados, de acampamentos em praças à ocupação de escolas e a festas embaixo de viadutos. Muitas dessas ações ocorrem em espaços residuais ou ociosos, sem uso definido, ou então subutilizados, como praças e parques abandonados, baixos de viadutos, terrenos baldios e casarões vazios. Essas ações coletivas conformam-se como lutas e/ou insurgências e têm se orientado para a produção de espaços de experimentação de novos modos de vida, horizontais, abertos às múltiplas singularidades e, por vezes, com prevalência do uso à troca. Observamos, então, a produção de comuns. Sinteticamente – porque vamos desenvolver o tema mais adiante –, entendemos comuns como espaços coletivamente compartilhados, usados e geridos por um grupo de pessoas, através de uma série de práticas e regras concebidas e decididas

pelo próprio grupo. Tratam-se, então, de objetos pelos quais a atividade coletiva se responsabiliza, levados a cabo pelo princípio político *comum*, que traduz aspirações contrárias ao capitalismo e à propriedade privada. Assim, os comuns emergem como lugares da reapropriação do espaço pela sociedade, por meio do fazer-comum, da ação coletiva, na autogestão, e se configuram como perspectivas de transição para uma cidade e uma sociedade mais justas.

Aqui encontramos nosso **objeto analítico**: as ocupações urbanas enquanto formas de fazer-comum e possibilidade de construção do direito à cidade e de produção do espaço. O que nos levou a algumas questões: quais as características do comum? O comum não seria nada além do espaço público em sua essência? Só existe uma forma de comum? Como se constrói a narrativa das ocupações e representação em relação aos comuns e à cidade? As ocupações sempre levam a configurações de comuns? O fazer-comum já se constitui como acesso à cidade e à produção do espaço urbano? Em que sentido as ocupações urbanas podem auxiliar na promoção do direito à cidade e à produção do espaço urbano?

Estas questões nos levaram a construir nossa pergunta central ou **questão norteadora**: em que medida as ocupações se configuram como comuns capazes de propiciar uma outra produção do espaço urbano?

Formulamos, então, nossa **hipótese** de que as ocupações urbanas se configuram como importantes formas de luta pela cidade e, por meio delas, poder-se-ia estabelecer o *comum* e a produção de um espaço urbano anticapitalista. Neste sentido, o **objetivo geral** da pesquisa é analisar como as ocupações se configuram como comuns urbanos e como elas possuem potencialidades para as lutas anticapitalistas pela produção do espaço, a partir da **problemática** de que essas potencialidades e sua relação com o comum ainda é pouco estudada. Por isto consideramos ser necessário mais pesquisas sobre sua relevância na produção do espaço urbano.

Nosso interesse pela temática das ocupações emergiu a partir de experiências pessoais. Em 2004, em Barcelona, na Espanha, conhecemos o universo *okupa*, primeiro através de festas e eventos em Centros Sociais Okupados Autogestionados (CSOAs) e, em seguida, em casas e apartamentos *okupados* por pessoas conhecidas e amigas. O que, a princípio, tratava-se apenas de uma experiência desconhecida e instigante, transformou-se em parte de nosso objeto de estudo, sobre o qual nos dedicamos, academicamente, desde 2012, a

partir da Especialização em Política e Planejamento Urbano, realizada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Naquele momento, a monografia se intitulou “A ocupação de imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - quem, como, onde e por quê?”. Ao longo de nosso Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, também no IPPUR/UFRJ, a pesquisa continuou se debruçando sobre as ocupações, resultando na dissertação “Os Diferentes Sentidos de se Okupar: experiências brasileiras e europeias”.

A pesquisa acadêmica desenvolvida ao longo da última década também se amparou no período em que nos envolvemos com/nas atividades de assessoria ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) na ocupação Solano Trindade, em Duque de Caxias; na participação do movimento “O Passeio É Público”, pelo envolvimento no coletivo internacional *Squatting Europe Kollektive* (SqEK) e, ainda, com a experiência nas ocupações da Izidora, em Belo Horizonte. Diante dessas experiências, desenvolvemos um conhecimento e proximidade com movimentos de ocupação.

Em nossa pesquisa de Mestrado, nos dedicamos ao estudo sobre as diferentes formas e sentido que uma ocupação pode adquirir. Assim, apresentamos características de algumas ocupações, entre elas: *Vall de Can Masdeu*, Centro Social Autogestionado *Can Vies*, Ateneu *La Porka*, *El Banc Expropiat de Gràcia*, Ateneu *L'Entrebanc* e *Kasa de la Muntanya*, em Barcelona; *Christiania*, em Copenhagen; *Regenbogenfabrik*, em Berlim; *59 Rivoli*, em Paris; e Mariana Crioula e Manoel Congo, no Rio de Janeiro.

Após o mestrado, nos envolvemos com o coletivo Catálise, coletivo que surgiu, em 2015, como consequência de trabalhos anteriormente desenvolvidos por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)¹. Se configura como um coletivo de assessoria técnica composto por profissionais de diferentes áreas de atuação (Planejamento Urbano, Arquitetura, Geografia, Direito, Engenharia, Economia Solidária, entre outras) e níveis de formação, contando com professores

¹ O MNLM surgiu em 1990 e atualmente é um dos principais movimentos de luta pela moradia no Brasil, atuando em diferentes frentes, entre elas a ocupação de imóveis e terrenos ociosos. No Estado do Rio de Janeiro, o movimento atua em quatro ocupações diferentes: Manoel Congo e Mariana Crioula, na cidade do Rio de Janeiro; Solano Trindade, em Duque de Caxias; e 9 de Novembro, em Volta Redonda. Para mais detalhes ver Mello (2014) e Caminha (2015).

universitários, pesquisadores, pós-graduandos e graduandos. A parceria entre o Catálise e o MNLM objetiva desenvolver um projeto para a ocupação Solano Trindade², reunindo inovação tecnológica em diversos componentes da habitação, projetos de sustentabilidade ambiental e econômica e produção autogerida. Baseia-se no intercâmbio de conhecimentos teóricos e práticos que, por um lado, são construídos nas salas de aula e pesquisas acadêmicas e, por outro, na ação diária dos ocupantes. Por isso, indissociavelmente, essa parceria tem potencial para desenvolver projetos de capacitação e para discutir e propor alternativas às questões habitacionais, urbanas e ambientais. Além disso, é possível realizar ações com inovação metodológica e tecnológica para a política habitacional. Assim, a interação entre coordenadores do MNLM, ocupantes e a assessoria técnica potencializa o intercâmbio de conhecimentos, a inovação tecnológica e habitacional, assim como a qualificação de estudantes e ocupantes e a experimentação de novas formas de política urbana e de gestão habitacional. Na Figura 1 podemos ver uma das atividades desenvolvidas pelo coletivo: um mapeamento coletivo do entorno da ocupação Solano Trindade.



Figura 1 - Atividade de mapeamento coletivo desenvolvida pelo Catálise na Solano Trindade.

Fonte: Catálise (2016)

² A Solano Trindade surgiu em 2014, quando o MNLM e 50 famílias ocupam um terreno de 46.000 m² vazio há mais de 15 anos no bairro de São Bento, em Duque de Caxias. A ocupação fica à beira de uma das principais avenidas da cidade, a Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, próxima a escolas públicas, transporte, serviços públicos e comércio - mesmo que não sejam os ideais. Em 2017, nove famílias viviam no prédio principal do terreno, dividindo banheiros, cozinha, biblioteca e um espaço para encontros.

Em 2016, passamos a integrar o movimento “O Passeio É Público”, que, no ano anterior, surgiu a partir da angústia de alguns produtores culturais em ver o Passeio Público³ abandonado e pouco utilizado pela população, mesmo se localizando em uma área central da cidade. Assim, diversos coletivos e produtores culturais se uniram para buscar “promover a ocupação regular do Parque; evidenciar o potencial de um espaço hoje ocioso como local de lazer e encontro; experimentar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura que melhore a qualidade do Passeio como espaço público” (O PASSEIO É PÚBLICO, Ocupação). A ideia é que, a partir de grandes festivais multiculturais – que incluem bandas, performances, saraus, exposições –, o interesse pelo lugar e sua consequente ocupação “espontânea” ocorra. A Figura 2 é uma representação do Passeio Público no século XIX, quando ainda era um importante ponto de encontro carioca; a Figura 3 mostra o parque sendo ocupado pelo II Festival O Passeio É Público, em 2016.



Figura 2 - Desenho do Passeio Público, no Rio de Janeiro, antes de 1845, quando ainda dava diretamente para o mar.

Fonte: CRULS, 1965

³ O Passeio Público do Rio de Janeiro é um parque localizado na área central da cidade, no bairro da Lapa. Foi planejado por Mestre Valentim (1745-1813), importante artista da época colonial e foi inaugurado em 1783, sendo o primeiro parque público das Américas. Até pelo menos meados do século XIX, o parque foi de grande importância para a vida social carioca (CRULS, 1965), porém, ao longo das últimas décadas e com o surgimento de novas formas de lazer foi perdendo interesse e acabou sendo abandonado pela população e pelo poder público.

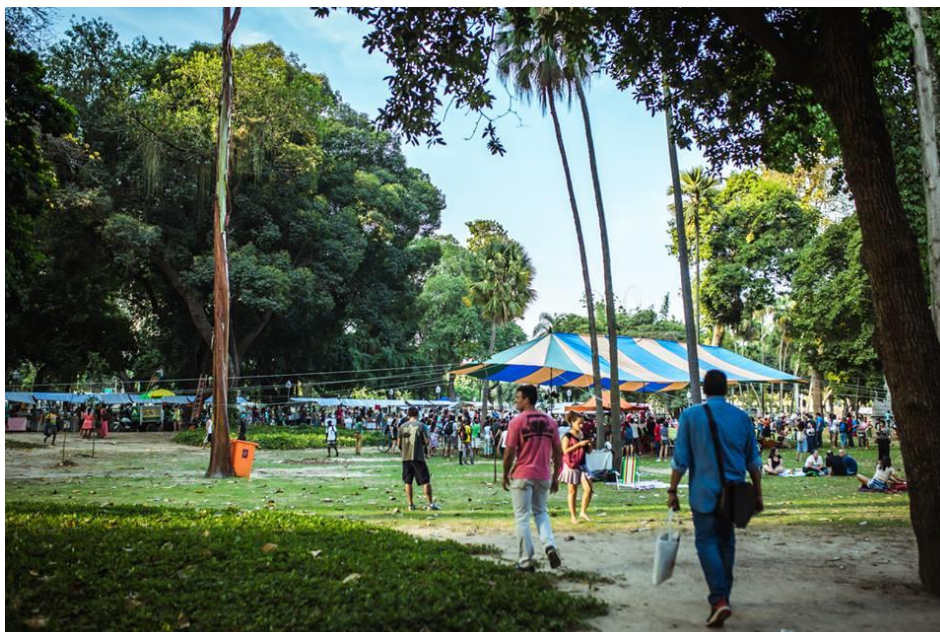


Figura 3 - II Festival O Passeio é Público, ocorrido em 2016.
Fonte: arquivo O Passeio É Público.

Em 2015, começamos a integrar o SqEK, uma rede composta por acadêmicos e ativistas, em sua maioria europeus, que se uniram visando um melhor entendimento da história e do desenvolvimento dos movimentos de ocupação. O SqEK se define como uma rede de investigação centrada no movimento de ocupação. Desta forma, busca gerar conhecimento sólido acerca das ocupações, não apenas como um fim, mas como um recurso social público para os militantes e ativistas de ocupações. O coletivo possui caráter transnacional e é aberto a membros de diferentes áreas, assim como às diferentes temáticas relacionadas às ocupações. Assim, o coletivo propicia melhor desenvolvimento não só do estudo como também da própria ação de *okupar*.

A dicotomia e o vínculo entre pesquisador e ativista são motivos de intensas discussões entre os membros do coletivo, que muitas vezes se perguntam: “como posso conciliar meus dois sujeitos - ativista e pesquisador?” Noutras vezes, discussões, disputas e acusações abalam o coletivo profundamente, o que levou, inclusive, a que seu encontro anual de 2019 fosse esvaziado. Porém, apesar das tentativas de enfraquecimento e de brigas entre membros do SqEK, e hoje o coletivo e sua rede possuem poucas atividades. No entanto, os últimos anos em contato com essa rede foram essenciais para o desenvolvimento de nosso entendimento sobre o mundas das ocupações. Continuamos acreditando na potencialidade do coletivo e, mesmo que o seu fim não esteja distante, sua contribuição, até o momento, é inestimável não só para esta pesquisa como para a

temática como um todo. As contribuições do SqEK foram produtos e produtoras de conferências anuais⁴, além da rede também servir para encontros entre os membros em outros eventos⁵; e de seis livros vinculados diretamente ao coletivo⁶.

Em 2021 e 2022 também tivemos a oportunidade de visitar as ocupações da Izidora, em Belo Horizonte: Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória. E a partir dessa vivência entender melhor não só como se organizam cotidianamente mas também como se dão suas relações com as esferas governamentais.

A justificativa de ordem pessoal para desenvolvimento desta tese também encontra respaldo, por exemplo, na arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik⁷ (2015, p. 379), para quem “as lutas urbanas estão em franca ascensão. O conceito lefebvriano de direito à cidade está definitivamente vivo e nas ruas”. Assim, como cidadã residente em uma metrópole, observando quantas restrições existem à nossa presença na cidade, nos sentimos motivados a buscar exercer – e auxiliar outros a exercerem – o direito à produção do espaço. É a partir deste pressuposto que esta pesquisa se fundamenta e se norteia enquanto investigação de doutorado: as ocupações urbanas como forma de luta pela produção do espaço urbano.

O capital atua no espaço urbano de forma a eliminar o caráter coletivo e a diversidade que o urbano deveria trazer, como lugar da democracia, do governo do povo. Em seu ponto principal, a ágora, a praça pública, os cidadãos se reuniam para deliberar sobre os caminhos da cidade, seus próprios caminhos, seu

⁴ Os encontros ocorreram em: Madrid (2009 e 2012), Milão (2009), Londres (2010), Berlim (2011), Amsterdã (2011), Copenhagen (2011), Nova York (2012), Paris (2013), Roma (2014), Barcelona (2015), Roterdã (2016), Praga (2017), Catania (2018) e Madrid (2019).

⁵ Entre eles, podemos citar o workshop *Squatting and Urban Commons* e as três sessões *Critical Geographies of Occupation, Squatting and Trespass* que ocuparam um dia inteiro da *RGS-IBG Annual International Conference 2019*, ambos organizados por membros e com presença de diversos do SqEK, inclusive a autora.

⁶ *Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles*, em 2013; *The Squatter's Movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*, em 2014; *Making Room: Cultural Production in occupied Spaces*, em 2015; *Migration, Squatting and Radical Autonomy*, em 2017; *The urban politics of squatters movements*, em 2018; e *Fighting for spaces - Fighting for our lives*, também em 2018, no qual a autora possui um artigo, intitulado “*Resisting evictions – Squatting in Rio de Janeiro as an alternative for housing*”, escrito conjuntamente com Juliana Canedo.

⁷ Sempre citamos os autores através de seu país de origem e área de formação e/ou atuação, porém, nunca havíamos refletido sobre o porquê de fazer isso. Porém, através do geógrafo alemão Timo Bartholl encontramos uma justificativa intrigante e com a qual concordamos e explicitamos aqui: “Apresento os autores que cito no texto a partir do país de origem e atuação principal para ilustrar a interdisciplinaridade e internacionalidade das discussões aos quais me conecto neste trabalho e a fim de facilitar para o leitor contextualizar cada contribuição referenciada.” (BARTHOLL, 2018, p. 13). E, assim como o alemão, não pretendemos reduzir os autores a sua área de atuação ou país de origem, pois entendemos que somos todos sujeitos múltiplos, mas apenas salientar a interdisciplinaridade e globalidade das temáticas aqui tratadas.

cotidiano. Este aspecto central permaneceu, de certa forma, com as praças medievais. Entretanto, a idade moderna e o estabelecimento do capitalismo como modo de produção predominante, levou ao privilégio do espaço privado em relação ao público. Uma pausa: pretendemos, no capítulo 4, discutir as noções de espaço privado e público, inclusive para diferenciá-los do comum.

Salientamos que o espaço público urbano – com destaque para a cidade do Rio de Janeiro – sempre foi local do lazer e de encontros cotidianos. No entanto, acreditamos que nos últimos anos a ocupação, mesmo cotidiana, da cidade tornou-se mais crítica. Por isso dizemos que houve um “redescobrimento” da cidade e a (re)ascensão do espaço urbano como lugar de encontro, de exercício democrático, de manifestações e expressões, ampliando a convergência (e divergência) de interesses e de respeito à diversidade.

As ocupações urbanas, nas mais diferentes formas, são fruto dessa “nova” concepção de espaço urbano; assim, torna-se necessário estudá-las para uma melhor compreensão do que ocorre. Como sempre o faz, o capital já percebeu essa tendência e dela vem se apropriando; assim, nem todas as ocupações de fato buscam romper com as características neoliberais, muitas apenas são apropriações privadas do espaço urbano, com o intuito de lucrar, constituindo-se como simples eventos: “a desavergonhada transformação em *commodities* e comercialização de tudo são, afinal, indicadores dos nossos tempos” (HARVEY, 2006, p.235). Aqui vale ressaltar que o Banco Mundial começou a usar o termo “comuns” em 2012, ao afirmar que toda pesquisa desenvolvida sob seu selo deveria ser de livre acesso por meio de uma licença *Creative Commons* (CAFFENTZIS & FEDERICI, 2019).

Apesar do crescente interesse acadêmico pelas ocupações urbanas, muitas pesquisas ainda se baseiam em estudos de caso e etnografias, sem que haja uma produção de conhecimento centralizada nelas como categoria analítica e de luta. Em nossa dissertação de mestrado, buscamos romper com essa linha, explorando as semelhanças e diferenças entre diferentes formas de se ocupar e entre países. Nossa problemática se formula a partir disso, e entendendo que as ocupações, como hoje se apresentam, são formas de luta e sua relação com o comum ainda é pouco estudada, consideramos ser necessário maior número de pesquisas sobre sua relevância e lugar no espaço urbano. Afinal, esta interrelação é não só uma

resposta à desigual distribuição de serviços e recursos no ambiente urbano, mas também uma potencialidade para romper com as amarras capitalistas.

Neste sentido, a criação de redes entre ocupantes/okupas, ativistas e acadêmicos é essencial. Para além disto, acreditamos que a pesquisa acadêmica deve estar disponível como um recurso social, através da participação ativa no debate sobre o tema, buscando romper com a dicotomia entre investigadores e sujeitos/objetos e servindo como troca de saberes e conhecimentos entre pessoas diferentes. Acreditamos e defendemos que essa troca é essencial para que se tenha uma maior conscientização e contextualização da exploração e desigualdade sociais, segundo suas noções de direitos, sentidos, valores e significados (SOUZA, 2006; RAMOS, 2012) e que reconheçam sua situação social e econômica na ordem vigente para que possam atuar, lutar ou, usando as palavras do geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), movimentar-se.

Passada a euforia do último ciclo global de protestos – iniciada em 2011 com os movimentos *occupy* e chegando ao Brasil em 2013, com as “Jornadas de junho” –, vivemos tempos sombrios, nos quais os discursos conservador e reacionário ganharam palco e elegeram presidentes e primeiros-ministros⁸. Tanto as ocupações quanto o comum eram discursos potentes naquele momento, mas agora podem soar utópicos e ingênuos. Porém, acreditamos que a cada passo revolucionário há sempre a tentativa de uma contrarrevolução⁹. Então, este “ressurgimento” da (extrema) direita pode ser entendida como fruto dos avanços sociais, econômicos e políticos que foram alcançados nas décadas anteriores. Ademais, acreditamos que a utopia é essencial à nossa realidade, pois, para conseguirmos o possível é necessário mirar o impossível, afinal, “o que importa na utopia é justamente o que não é utópico, é o processo de sua busca” (FERREIRA, 2013, p.67)

Em termos metodológicos, o primeiro passo, para o desenvolvimento da pesquisa foi uma revisão bibliográfica acerca das noções de comum, ocupação,

⁸ Entre eles podemos citar o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, no poder desde 2010, Donald Trump, eleito em 2016 nos Estados Unidos da América, o presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018 no Brasil, Iván Duque Márquez, eleito em 2018 na Colômbia. Por vezes, a chegada ao governo pode ocorrer por meios mais escusos, como a posse de Jeanine Áñez que governou entre 2019 e 2020 a Bolívia.

⁹ Como bem salienta o historiador brasileiro Fabio Luis Barbosa dos Santos, no início dos anos 2000, nove países sul-americanos (Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Chile, Colômbia e Peru) elegeram presidentes identificados com as reivindicações populares, porém, menos de 20 anos depois a onda progressista terminou.

direito à cidade e produção do espaço, não apenas no âmbito da Geografia, mas também explorando outros campos do saber como o Planejamento Urbano, a História e as Ciências Sociais. Importante sinalizar que o entendimento das categorias acima mencionadas não se dará sem o acionamento de outras categorias, entre elas: metropolização do espaço, produção do espaço urbano, reapropriação, financeirização, espaço privado e espaço público. O desenvolvimento de todas essas categorias analíticas proporcionou o desenvolvimento da nossa hipótese.

Iniciamos a construção da problemática foi a contextualização do atual momento e dinâmica do espaço urbano capitalista. Neste sentido, David Harvey foi de suma importância, em especial através dos livros “A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no século XXI” (2018), “Espaços de Esperança” (2009) e “*Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*”¹⁰ (2013). Em paralelo, também consideramos importante a discussão em torno da produção do espaço urbano, principalmente através da obra de Henri Lefebvre, “*La producción del espacio*” (2013). Os livros de Alvaro Ferreira “A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço” (2011) e “A cidade que queremos: produção do espaço e democracia” (2021) nos ajudaram a fazer uma leitura de caráter geográfico. Sandra Lencioni e Alvaro Ferreira também auxiliaram nos tópicos já mencionados e na abordagem da metropolização do espaço, em especial, por meio dos capítulos dos livros “Desafios da metropolização do espaço” (2015), “Espaço e a Metropolização: cotidiano e ação” (2017) e “Produção do Espaço: emancipação social, o comum e a verdadeira democracia” (2019).

Para a abordagem sobre ocupações urbanas, os principais interlocutores estão relacionados ao *Squatting Europe Collective* e suas produções: “*Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles*”¹¹ (2013), “*Squatters movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*”¹² (2014) e “*Fighting for spaces, Fighting for our lives: Squatting Movements today*”

¹⁰ Tradução livre: Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.

¹¹ Tradução livre: Ocupação na Europa: Espaços Radicais, Lutas Urbanas.

¹² Tradução livre: Movimento de ocupação na Europa: Comuns e Autonomia como Alternativas ao Capitalismo.

(2018)¹³. Além dos artigos de Clarissa Campos com Tais Clark (2018) e Miguel Martínez (2020).

Sobre a categoria de comum, os principais interlocutores foram Pierre Dardot e Christian Laval, pela obra “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI” (2017); Michael Hardt e Antonio Negri, com “Bem-Estar Comum” (2016); Silvia Federici por meio de artigos e, especialmente, pelo livro “Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva” (2017); Raquel Gutiérrez Aguilar, Mina Lorena Navarro e Lucía Linsalata, a partir da publicação única: “*Producir lo común - Entramados comunitarios y luchas por la vida*” (VV. AA., 2019); além de Stavros Stavrides, com “*Common Space: The City as Commons*”¹⁴ (2016). Para um olhar prático do fazer-comum recorremos a Joviano Gabriel Maia Mayer, em “O comum no horizonte da metrópole biopolítica” (2015), e João Bosco Moura Tonucci Filho, em “Comum urbano: a cidade além do público e do privado” (2017). Por fim, também foi necessária a interlocução com Lefebvre para a discussão “[d’]O direito à cidade” e da produção do espaço.

Obviamente todas as categorias analíticas estão entrelaçadas, como pretende-se mostrar ao longo da tese, de forma que os autores e obras supracitados serão acionados a qualquer momento que seja necessário, não só dentro de sua “caixa” conceitual.

A revisão bibliográfica foi ancorada nas experiências prévias da autora desde sua graduação, de forma que se pretendeu que teoria e prática dialogassem na pesquisa. Ao longo da tese aspectos das ocupações serão ressaltados e exemplificados, porém, é importante ressaltar que, nas visitas às ocupações, não foram feitas entrevistas pré-planejadas, mas sim visitas mais “naturais”, dentro de uma perspectiva etnográfica, em que buscamos captar as nuances do ambiente, da relação entre as pessoas, da disposição espacial. Entrevistas não estruturadas com alguns dos ocupantes de cada lugar foram feitas em alguns momentos, mas sempre procurando que o próprio entrevistado dirigisse a entrevista de acordo com seu olhar e perspectiva. Da mesma forma, a autora fotografou os ambientes e, quando possível, as pessoas. Estas fotos servem como ilustração do explorado na tese.

¹³ Tradução livre: Lutando por espaços, lutando por nossas vidas: movimentos de ocupações hoje.

¹⁴ Tradução livre: Espaço Comum: a cidade como comum.

Aproveitamos também para salientar a importância das imagens ao longo de nossa pesquisa e texto. Acreditamos que elas possam servir como uma ponte entre o que está sendo descrito e a realidade, no entanto, elas não se esgotam em si mesmas, sendo apenas uma das inúmeras leituras ou representação do real. Assim, para entender o que buscamos com essas representações, é necessário o apoio textual, de forma que as imagens estarão sempre referidas ao longo do texto.

Dado o momento no qual grande parte desta tese foi desenvolvida, não é possível deixar de falar da pandemia de COVID-19 (do inglês: *coronavirus disease 2019*) que assolou o planeta nos últimos anos. Nos primeiros meses de 2020, o avanço do número de infectados pelo novo coronavírus, o SARS-CoV-2, causador da doença surpreendeu o mundo e, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como pandemia, ou seja, uma doença infecciosa que ameaça muitas pessoas de forma simultânea no mundo inteiro – até setembro de 2022 o *status* de pandemia permanecia, apesar de termos observado o retorno da vida “normal” na maioria dos países. Em poucos meses, a COVID-19 levou dezenas de milhares de vidas em mais de 200 países e transformou a maneira como nossa sociedade vive, trabalha e socializa. Desta forma, a pandemia não se caracteriza apenas como uma crise sanitária, mas também econômica, política e social. Em princípio não se sabia muito sobre o vírus, sua transmissão e efeitos adversos, porém, após quase dois anos, temos muito mais informações e, graças ao rápido e eficaz desenvolvimento científico, diversas vacinas contra a COVID-19.

Inicialmente se dizia que era um vírus “sem preconceito”, que atingia a todas as camadas da sociedade, independentemente de status social e/ou econômico. No entanto, esta se comprovou como mais uma falácia.

O vírus não é democrático porque a probabilidade de se contaminar ou receber tratamento e, consequentemente, sobreviver, não o são. Isto é, o vírus seria democrático se a sociedade fosse democrática. [...] O vírus não iguala todos os seres humanos, sob a lente da igualdade imaginária. Pelo contrário, expõe o descaso com as condições precárias de vida (e a própria vida) e com uma desigualdade latente, pulsante e real, que determina os resultados dessa pandemia para os diferentes grupos da sociedade. (NUNES, 2020).

O vírus se alastrou, a princípio, pelo mundo por meio de pessoas de estratos de renda mais altos, que estavam realizando viagens internacionais, se

contaminaram e iniciaram a transmissão em seus lugares de origem. No Rio de Janeiro, desde o início, a face desigual da doença já se mostrou: a primeira morte por COVID-19 na cidade foi de uma empregada doméstica que se contaminou no trabalho, a partir do contato com a empregadora que acabava de voltar da Itália e que, por sua vez, sobreviveu sem maiores problemas.

Diversos países foram na contramão das indicações científicas e de especialistas; entre eles, infelizmente, o Brasil, governado por Jair Bolsonaro. O combate à COVID-19 já seria um grande desafio em um país de proporções continentais e com uma população de quase 220 milhões de pessoas, porém, a trajetória de retrocessos, que levou a cortes orçamentários, e a posição negacionista do Governo Federal impediu o enfrentamento da pandemia com ações imediatas e urgentes. Segundo dados da *Our World in Data*¹⁵, o Brasil é o 2º país do mundo com maior número de mortes e o 3º em número de casos, somando 683.851 óbitos e 34.414.011 casos até 29 de agosto de 2022¹⁶. No dia 08 de abril de 2021, o país teve o maior número de mortes diárias: 4.249. Em abril de 2021 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as omissões e irregularidades do governo, com a qual chegou-se a 141 pedidos de impeachment que acusam Jair Bolsonaro de mais de 23 crimes de responsabilidade.

Entre as violações do governo, nos interessa especialmente as que estão relacionadas à moradia. Entre março de 2020 e maio de 2022, mais de 142.385 famílias estiveram ameaçadas de remoção e 31.421 foram removidas de suas moradias no Brasil¹⁷, totalizando 125.684 pessoas despejadas.

Consideramos pertinente também destacar a afirmação da ex-relatora especial da ONU sobre Moradia Adequada, Leilani Farha (2020), de que “a moradia se tornou a linha de frente na defesa contra o coronavírus. A moradia quase nunca foi uma situação de vida ou morte” (FARHA, 2020)¹⁸. Ademais, Farha classificou a prática de remoções e despejos forçados como uma violação

¹⁵ Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso: 30 ago. 2022.

¹⁶ Salientamos que com o início da vacinação no país, em janeiro de 2021, os números de casos e óbitos tenderam a diminuir. Em 30 de agosto de 2020, 171.625.383 pessoas foram totalmente vacinadas, o que representa 81,2% da população.

¹⁷ Dados da Campanha Despejo Zero <http://campanhadespejozero.org>

¹⁸ No original: “Housing has become the frontline defense against the coronavirus. Home has rarely been more of a life or death situation”

do direito internacional dos direitos humanos, ressaltando que, em face da pandemia, ser despejado de sua casa “é uma sentença de morte potencial”.

Ainda, em julho de 2020, o Relator Especial da ONU sobre Moradia Adequada, Sr. Balakrishnan Rajagopal¹⁹, também instou o Estado Brasileiro a acabar com todos os despejos durante a crise da COVID-19, depois que mais de 2.000 famílias foram expulsas de suas casas; encorajando o Poder Legislativo do Brasil a priorizar urgentemente a proteção dos direitos humanos das comunidades em situações de vulnerabilidade. Reafirmando que a garantia de não ser despejado de casa deve ser central em qualquer estratégia de resposta à pandemia.

Neste cenário, coube à própria população se organizar para parar os despejos. Destacamos a “Campanha Despejo Zero” (Figura 4), uma articulação nacional que reúne mais de 100 organizações, entidades, movimentos sociais e coletivos para atuar contra os despejos e remoções forçadas de famílias do seu local de moradia que ajuda na coleta e disseminação de informação, além de atuar na defesa ativa em processos judiciais e administrativos envolvendo conflitos fundiários no campo e na cidade, bem como em práticas de incidência política e institucional nos órgãos públicos. A Campanha atuou ativamente na elaboração e aprovação da Lei Federal nº 14.216/2021, além de ter conseguido suspender dezenas de casos de despejo, evitando que milhares de famílias perdessem sua moradia.



Figura 4 - Identidade visual da Campanha Despejo Zero.
Fonte: Site Despejo Zero.

Esta campanha nos remete à *Plataforma de Afectados por la Hipoteca* (PAH), uma associação pelo direito à moradia digna que surgiu em 2009, em Barcelona, como resultado direto da crise imobiliária iniciada em 2008, que levou a inúmeros despejos em decorrência do não-pagamento de hipotecas. Entre os

¹⁹ Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1719591>

objetivos principais constam o cancelamento da dívida em troca da entrega da habitação e parar os despejos.

A importância que a PAH adquiriu ao longo dos anos pode ser exemplificada pela eleição de Ada Colau, em maio de 2015, como prefeita de Barcelona. Colau já era uma conhecida ativista social e ex-okupa, tendo sido uma das fundadoras e principais representantes da Plataforma, tendo sido reeleita para o posto de prefeita da capital catalã em 2019.

Atuações como estas mostram que em momentos de crise a própria população deve resolver os seus problemas e questões. No entanto, observa-se que o próprio ciclo do capital força que essa atuação ocorra cotidianamente, mesmo em momentos de “abundância” e “riqueza”. Ademais, os movimentos sociais não são pautados somente por questões econômicas, mas também raciais, sociais, culturais, políticas e territoriais, abrigando uma amplitude de agendas e reivindicações, conforme abordaremos ao longo da tese.

Aqui aproveitamos para salientar também os efeitos que a pandemia de COVID-19 teve sobre o desenvolvimento da nossa pesquisa, para além dos aspectos pessoais e psicológicos, também foi impossibilitada a realização da pesquisa empírica, conforme previsto no projeto de pesquisa, elaborado em 2017, e na qualificação, em janeiro de 2020. Desta forma, optamos por não trabalhar um caso empírico específico, mas sim com a vivência pessoal, acadêmica e profissional que tivemos com ocupações. Ainda no contexto da pandemia, eventos acadêmicos foram cancelados, adiados ou mudaram para o formato virtual, diminuindo também muitas das trocas que poderiam ser feitas.

Acreditando que uma boa pesquisa surge também do debate, destacamos a importância da participação em eventos científicos ao longo dos anos da pesquisa de Doutorado. E, mesmo com a pandemia, buscamos nos manter no debate e participar de diversos eventos e cursos que se relacionavam direta²⁰ ou indiretamente com nossa pesquisa.

A tese está estruturada em cinco partes: este capítulo introdutório “Vivemos em cidades que deveriam ser nossas”, apresentando o objeto, a justificativa, as questões e a metodologia, além do que nos move.

²⁰ Vale sinalizar que três eventos tinham o comum ou comuns urbanos como parte da temática central, porém, apenas no evento de Estocolmo o tema realmente foi central nas discussões entre os participantes.

O capítulo 2 “A circulação do capital da metropolização do espaço” apresentará as questões relativas ao ciclo do capital, para, em seguida, adentrar na contextualização do atual momento e da dinâmica do espaço urbano capitalista; apresentando como a produção do espaço tornou-se central à reprodução capitalista.

No capítulo 3 “As ocupações enquanto movimentos sociais anticapitalistas” exploraremos as condições que possibilitam a existência de ocupações, relacionando-as ao conceito de movimentos sociais e com uma caracterização sucinta de seu perfil atualmente e sua importância no contexto de metropolização do espaço.

No capítulo 4 “Comum: da tragédia à produção do espaço urbano” nos propomos a discutir o conceito de comum para, então, analisar como as ocupações – conforme apresentadas no capítulo anterior – se configuram como comuns (ou não) e demonstrar como produzem o espaço metropolizado.

Por fim, na conclusão tratamos alguns aspectos que acreditamos serem os mais importantes sobre a temática, os principais pontos de chegada parciais e gerais da tese, principalmente quanto ao conjunto de questões e argumentos que orientaram esta pesquisa

2. A circulação do capital na metropolização do espaço

a cidade não é apenas o epicentro da acumulação do capital, mas também é um terreno potencialmente estratégico para subverter e desafiar os processos de exploração e expansão contínua da valorização do valor (NAVARRO, 2019, p. 137, tradução nossa²¹)

Segundo o Relatório Mundial das Cidades 2022, em 2050, pouco mais de dois terços da população mundial (68%) viverão em centros urbanos, o que corresponderá a 2,5 bilhões de pessoas (ONU-HABITAT, 2022). No Brasil, atualmente 87% da população vive em espaços urbanos e a ONU projeta que em 2050, essa proporção chegará a 92,4%. Diante dos dados não é preciso discutir a importância que as cidades e centros urbanos assumem na nossa dinâmica social, sendo, portanto, necessário nos debruçarmos sobre essas categorias. Primeiro, salientamos que cidade não é sinônimo de urbano, como afirma o filósofo francês Henri Lefebvre (1986). Para este autor, a problemática urbana salta para uma nova direção, não está mais direcionada à industrialização e ao crescimento populacional na cidade, mas sim ao espaço – já que esta passa a ter força econômica e a gerar mobilizações, o que leva ao surgimento de novos problemas. Ao seu ver, a racionalidade industrial não daria mais conta da racionalidade urbana vigente.

O urbano, então, ultrapassa as fronteiras da cidade, tornando-se mundial; viveríamos um processo de planetarização do urbano (LEFEBVRE, 2004) ou de urbanização planetária (BRENNER, 2014). O urbano “não designa a cidade e a vida na cidade. Ao contrário: ele nasce com a explosão da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana” (LEFEBVRE, 1986, s/ p.). Este processo, que é de dispersão do urbano, ocorre por implosão-explosão, ou seja, a cidade cresce para dentro por meio do alto número de tudo que nela existe: inúmeras atividades, pessoas, informações, culturas. Até um dado momento em que ela explode e novos locais ou urbanizações surgem a partir do seu espraiamento. Assim, dois polos se afirmam: a centralidade, através dos centros de decisão e de informação e a dispersão, pelas

²¹ No original: “la ciudad no solo es el epicentro de la acumulación del capital, sino también, un terreno potencialmente estratégico para subvertir y poner en entredicho los procesos de explotación y expansión continua de la valorización del valor”.

periferias e subúrbios. De tal forma que o comando parte do urbano e o modo de vida dominante é o urbano.

A partir desse pensamento, Lefebvre afirma que não é mais o direito à cidade que está em jogo, mas sim o direito à produção do espaço – entendendo que a “expressão indica [...] que não consideramos o espaço como um dado *a priori* [...]. Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social” (LEFEBVRE, 2008, p. 55). Seguindo Lefebvre, acreditamos que seja necessário um aprofundamento do conceito de espaço, antes de nos debruçarmos sobre as consequências dessa planetarização do urbano no âmbito do capitalismo, o que será abordado no item 2.2.

Este capítulo objetiva contextualizar o atual momento em que se encontra nossa sociedade. Para tal, acreditamos que três conceitos sejam de extrema importância: o capital; a produção do espaço; a metropolização do espaço. Assim, o capítulo se divide em três itens: o primeiro, intitulado “A circulação do capital enquanto valor em movimento”, no qual nos propomos a analisar a circulação do capital para melhor entendimento da dinâmica capitalista; no segundo, “O espaço e a produção do espaço”, faz-se uma conceitualização de espaço e produção do espaço; e, por fim, em “Do urbano à metropolização” se propõe abordar como o capitalismo gerou novas formas urbanas – em especial a partir da metropolização, das quais a circulação do capital é semente fruto.

2.1. A circulação do capital enquanto valor em movimento

Concordamos com o geógrafo brasileiro Alvaro Ferreira que é necessário entender o modelo econômico em que vivemos para interpretá-lo e, então, modificá-lo (FERREIRA, 2011, p. 33), afinal, uma contraposição ao capitalismo só virá de dentro dele próprio. Apesar do capital não ser o único determinante de nossa realidade, ele se imbrica em outros, como na produção do espaço, conforme explicaremos adiante, sendo então sua leitura essencial para um melhor entendimento da dinâmica em que vivemos. No livro *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*, o geógrafo britânico David Harvey (2018a) se propõe a compreender o conceito de capital e suas leis de movimento, a partir da perspectiva do filósofo, economista, historiador, sociólogo e teórico político alemão Karl Marx, para, então, compreender os nossos

atuais impasses. A partir desta leitura nos propomos, neste item, a entender como se dá a circulação do capital, seguindo os termos de Marx.

Para iniciarmos a análise, é importante distinguir *valor* de *dinheiro*. O valor define-se como uma força imaterial, mas objetiva; uma abstração que tem uma objetivação no real, mas não é concreta, a relação é imaterial, mas se objetiva em mercadorias. O dinheiro, por sua vez, surge pela necessidade de se ter uma representação ou expressão material do valor. Neste sentido, “valor é a relação social e [...] dinheiro é a representação e a expressão dessa relação social” (HARVEY, 2018a, p. 19). Com o pressuposto de que o que importa não são as coisas, mas sim as relações entre elas, Marx se propõe a estudar a relação social valor. O capital, por sua vez, é uma parte do dinheiro utilizada de uma determinada forma.

Com intuito de simplificar o entendimento de Marx sobre o capital, Harvey (2018a) elabora um diagrama do fluxo geral do capital (apresentado na Figura 5, na próxima página) e descreve seus processos fundamentais, que seriam quatro: valorização, realização, distribuição e reconversão. Assim, em uma analogia com uma molécula de H₂O, o capital está sempre em movimento, mudando constantemente de forma, estado ou volume, ritmo, funções e estrutura da reprodução, se constituindo, então, como valor em movimento.

Na primeira etapa do fluxo geral do capital, o capital-dinheiro é o dinheiro investido na introdução do capital no processo de produção, neste sentido, ele deve ser investido em dois tipos de mercadoria: força de trabalho²² e meios de produção. Então, o valor sofre sua primeira metamorfose, saindo da forma-dinheiro para a forma-mercadoria. Em seguida, ocorre o processo de trabalho, no qual mercadorias serão produzidas para a venda. Assim, “o valor é produzido e sustentado por um movimento que vai de coisas (mercadorias [- força de trabalho e meios de produção]) a processos (as atividades de trabalho que cristalizam valor nas mercadorias) a coisas (novas mercadorias)” (HARVEY, 2018a, p. 22).

“A produção é o momento mágico em que ocorre o que Marx chama de ‘**valorização**’ do capital” (HARVEY, 2018a, p.24), o primeiro processo da circulação do capital, pois durante a produção de uma nova mercadoria, se produz também um dos elementos-chave do capitalismo: o mais-valor.

²² Importante salientar que o capitalista compra o *uso* da força de trabalho do trabalhador e não o trabalhador em si. Afinal, na perspectiva liberal, que norteia as revoluções dos séculos XVII e XVIII (Inglaterra, Estados Unidos e França), o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho no mercado.

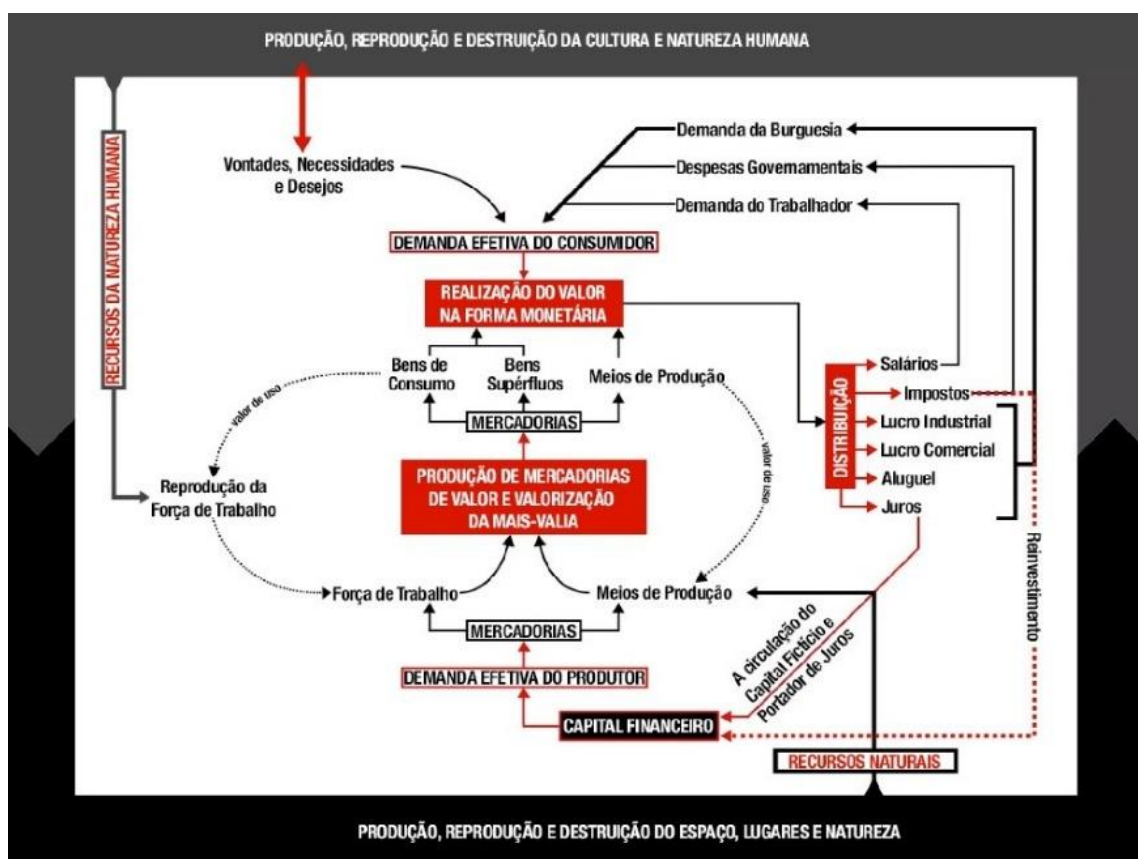


Figura 5 - Diagrama do fluxo geral do capital elaborado por Harvey (2018b) a partir dos estudos de Marx.

Para compreender melhor a valorização, é necessário entender que o valor da força de trabalho é definido pelos “custos das mercadorias necessárias para reproduzir o trabalhador em determinado padrão de vida” (HARVEY, 2018a, p.23), ou seja, equivale ao valor de um conjunto de mercadorias necessárias para a sobrevivência e reprodução do trabalhador (nos termos de Marx “capital variável”, expresso como v). No entanto, o trabalhador não para de trabalhar quando gera o valor equivalente a v ; ele continua o trabalho até o final de sua jornada, de forma que transfere o valor c (“capital constante”, os meios de produção) para a nova mercadoria. O tempo extra de trabalho gera o mais-valor (designado como m). Assim, o capitalista gasta $c+v$, porém, o valor total da mercadoria é $c+v+m$.

A técnica é simples: estender a jornada de trabalho para além do ponto em que o valor da força de trabalho foi recuperado. Quanto maior a jornada de trabalho, maior a quantidade de mais-valor produzida para o capital (HARVEY, 2018a, p. 24).

Neste momento a tecnologia também é essencial, pois ela possibilita diminuir o tempo de jornada de trabalho e que “não se refere apenas a máquinas, ferramentas e sistemas de energia em movimento [...] abrange também as formas de organização [...] e o *software* de sistemas de controle, estudos de tempo e movimento, sistemas de produção *just-in-time*, inteligência artificial e similares” (HARVEY, 2018a, p.22).

Ao final do processo de valorização, não só foi produzida uma mercadoria material, com o valor e mais-valor cristalizados nela, mas também, estabeleceu-se uma relação social de exploração da força de trabalho.

O processo seguinte, a **realização**, ocorre quando as mercadorias são vendidas no mercado e, novamente, o valor volta à sua forma-dinheiro. A realização ocorre a partir do consumo, que se divide em duas formas, segundo Marx: “consumo produtivo” e “consumo final”. O primeiro se relaciona às mercadorias necessárias para a própria produção, ou seja, os meios de produção. O segundo inclui bens salariais, bens de luxo e os bens que sustentam o aparato estatal. Os bens salariais são aqueles exigidos para a reprodução social dos trabalhadores, enquanto os bens de luxo são os não essenciais para a sobrevivência²³.

Importante frisar que a venda de mercadorias só irá ocorrer quando houver a necessidade ou desejo por ela, sejam elas para consumo produtivo ou final. Por isso, Harvey (2018a) salienta que as condições de necessidade ou desejo não surgem naturalmente, havendo uma complexa história de sua criação sob o capitalismo, que não nos cabe detalhar aqui. No entanto, cabe ressaltar que a “fabricação de desejos”, através do setor de propaganda & *marketing*, é um artifício essencial do capitalismo, em busca incessante para fabricar e manter o “desejo em chamas”²⁴.

A terceira etapa da circulação do capital, a **distribuição**, é o momento no qual “o dinheiro é distribuído a uma série de participantes que, por um motivo ou outro, podem reivindicar uma parcela dele” (HARVEY, 2018a, p. 26): o trabalhador assalariado, as instituições da sociedade civil, o Estado e as diferentes frações/grupos do capital.

²³ Podemos traçar um paralelo entre os bens salariais e os bens de luxo com as necessidades básicas (ou não radicais) e as necessidades radicais. As carências (ou necessidades) na reprodução social são aquelas que podem ser satisfeitas pelo salário, porém, existem carências sociais e intelectuais que variam de acordo com o estado (político, econômico, social e cultural) da sociedade; estas carências são, justamente, as “necessidades radicais”.

²⁴ O documentário *Criança, a alma do negócio* (2008), por exemplo, reflete sobre a formação dos jovens e como as crianças se tornaram a “alma do negócio”, o foco da publicidade, devido à maior facilidade em convencê-las a desejar determinado produto.

O trabalhador assalariado irá receber sua parcela por meio de seu salário, que é definido pelo custo de vida da sua reprodução. Aqui fazemos uma ressalva: o papel das mulheres é fundamental para reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, na acumulação capitalista,

na medida em que as mulheres foram as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho. [...] o trabalho não remunerado das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados [...], assim como foi o segredo de sua produtividade (FEDERICI, 2017, p.17).

As instituições da sociedade civil, como igrejas, hospitais, escolas, entre outras, recebem sua parcela através de dízimos ou contribuições, e o Estado através de tributos e impostos. Harvey (2018a) nos lembra que, apesar de Marx não se debruçar tanto sobre a questão, o Estado é um elemento ativo na circulação do capital, pois ele garante

a base legal e jurídica da governança capitalista e de suas instituições de mercado, além de assumir funções regulatórias no que diz respeito a políticas trabalhistas (duração da jornada de trabalho e outras regulamentações trabalhistas), dinheiro (cunhagem e moedas fiduciárias) e arcabouço institucional do sistema financeiro (HARVEY, 2018a, p. 28).

O restante do dinheiro é distribuído entre as diferentes facções ou grupos do capital de acordo com o capital que adiantaram e não com o mais-valor que produziram. Entre esses grupos se incluem os proprietários de terra, os capitalistas comerciantes, os capitalistas industriais, os banqueiros e os financistas.

Por fim, o quarto processo ocorre pela captura de parte do dinheiro e pela sua **reconversão** em capital-dinheiro, que então voltará para o estágio inicial do fluxo em busca da sua valorização. Neste sentido, um capitalista só continua sendo um capitalista quando reinveste o mais-valor para fazer ainda mais mais-valor. Porém, o que levaria um capitalista a reinvestir o seu “suado” dinheiro?! Segundo Harvey,

a força motriz mais evidente reside no fato de que nenhum capitalista monetário racional se daria a todo esse trabalho e enfrentaria todos os percalços da organização da produção de mercadorias e mais-valor se não terminasse com mais dinheiro no fim do processo de valorização do que tinha no início. Em poucas palavras, é o lucro individual que os move (HARVEY, 2018a, p.32).

Portanto, o lucro é a principal força motriz dos capitalistas. No entanto, o Estado também funciona como importante força motriz, pois possui uma grande influência sobre a demanda de alguns equipamentos, como, por exemplo, os militares, as tecnologias de vigilância, de administração e governança, e da construção civil. Aliás, Harvey (2013), entre outros autores, afirma que o capitalismo necessita da urbanização para absorver os produtos do mais-valor que ele produz incansavelmente.

A urbanização como força-motriz do capitalismo remonta a séculos atrás, como podemos ver com as reformas de Haussmann em Paris no século XIX e de Pereira Passos no Rio de Janeiro no começo do século XX. Podemos citar o exemplo dos Estados Unidos da América que, após a II Guerra Mundial, se reergueu não só através da militarização do país, mas também pela suburbanização, ajudando a absorver o mais-valor nos anos pós-guerra. A urbanização da China na primeira década do século XXI também produziu o mesmo efeito, como bem descreve Harvey (2013; 2018a). Por fim, podemos citar a “criação destrutiva” (HARVEY, 2013), um processo de descolamento e despossessão para consequente substituição de uma população por outra de maior poder aquisitivo como mais uma forma do capitalismo agir por meio da urbanização para manter sua circulação constante.

Harvey (2018a) salienta que, ao contrário do que afirmava Marx, pode-se encontrar forças motrizes atuando no processo de realização, entendendo que “uma mercadoria precisa ser valor de uso para o seu comprador e um não valor de uso para o vendedor” (HARVEY, 2018a, p. 80). Assim, o valor só existe em relação ao antivalor, sendo uma característica intrínseca da natureza do capital. “Se por meio do processo de produção o capital é reproduzido como valor e valor novo, ele é ao mesmo tempo posto como *não valor*, como algo que primeiro tem de *ser valorizado pela troca*” (MARX, 1973, p.328 *apud* HARVEY, 2018a, p.80), de forma que o antivalor deve ser superado para que haja a valorização do capital.

E é neste ponto que reside uma das grandes contradições (e problemas) do capitalismo, pois ao entender que a desvalorização é necessária para a valorização, podemos conceber um cenário de desvalorização geral do capital. Na medida em que a continuidade e velocidade constante da circulação do capital são essenciais para sua permanência, “qualquer falha na manutenção da circulação do capital nas diversas fases de produção, realização e distribuição produzirá dificuldades e transtornos” (HARVEY, 2018a, p.81). Assim, se houver qualquer barreira na circulação do capital, os capitalistas

podem enfrentar uma crise. É, pois, fundamental a busca pela aceleração do tempo de rotação do capital – o que também explica os altos investimentos em tecnologias.

A loucura da razão econômica decorre do capital, em sua forma-dinheiro, possuir a capacidade de permanecer perpetuamente em circulação; no mundo dominado pela dinâmica capitalista, o enriquecimento é a finalidade em si, de tal forma que a expansão se torna crucial. Assim, o constante investimento do dinheiro é um processo infundável, característico do regime capitalista. A “sua própria vitalidade consiste exclusivamente em que só se *conserva* como valor de troca diferindo do valor de uso e valendo por si à medida que se *multiplica continuamente*” (MARX, 1973, p. 208 *apud* HARVEY, 2018a, p. 171).

Sobre esse aspecto, Harvey (2018a) salienta, logo nas primeiras páginas desse livro, que a circulação do capital se formula mais como uma espiral do que como um ciclo fechado (Figura 6), pois está em uma busca infundável pela acumulação.



Figura 6 - Exemplificação gráfica da espiral capitalista.

Fonte: <https://isosendacz.org/2020/11/05/a-espiral-capitalista/>
<https://isosendacz.org/2020/11/05/a-espiral-capitalista/>

A espiral de descontrolado capitalista, em busca perpétua de uma infinitude, com base na lógica fetichista de que dinheiro é capaz de gerar mais dinheiro incessantemente, faz com que o antivalor passe a imperar. Neste sentido,

As leis contraditórias do movimento [...] beneficiam unicamente a classe capitalista e seus acólitos, ao mesmo tempo que reduzem populações inteiras à exploração de seu trabalho vivo na produção, a escassas oportunidades em sua vida cotidiana e à servidão por dívida em suas relações sociais (HARVEY, 2018a, p.174).

As políticas do capitalismo são afetadas pela busca infindável por novos terrenos para a produção e absorção de mais-valor, o que termina gerando obstáculos. Assim, a circulação do capital produz contradições que podem se configurar como ameaças à sua perpetuação. Ora, estando o capitalismo sempre em busca da produção de valor, mas também em luta para combater a sua negação – o antivalor –, “o antivalor define [...] um campo ativo de luta anticapitalista” (HARVEY, 2018a, p. 83). Por isso, concordamos com Harvey que

qualquer sociedade anticapitalista terá de surgir do útero do capitalismo contemporâneo, a partir daquele mundo em que, como diz Marx, está “prenhe de seu oposto” [...] Neste sentido, o antivalor constitui o solo subterrâneo do qual o anticapitalismo pode florescer, tanto na teoria quanto na prática (HARVEY, 2018a, p. 84).

A partir dessa premissa encontramos o elo aglutinador com a nossa pesquisa: o pressuposto de que a superação do capitalismo se dará no urbano, já que é neste espaço que encontramos as maiores contradições do capitalismo. Entendendo o espaço urbano como um campo em disputa, no qual sempre estão em jogo sua organização e reprodução, supomos que os comuns podem transformar as relações de forças existentes.

2.2. O espaço e a produção do espaço

Se Raymond Williams retomasse hoje a lista das entradas de seu célebre livro sobre Keywords (palavras-chave), ele certamente incluiria a palavra “espaço”. Ele poderia muito bem incluí-la na curta lista de conceitos que, como “cultura” e “natureza”, estão “entre as palavras mais complicadas da nossa língua” (WILLIAMS, 1985). Como, então, podemos decifrar o espectro de significações dadas à palavra “espaço” sem nos perdermos em um labirinto (metáfora espacial interessante) de complicações? (HARVEY, 2012, p.8)

A geógrafa brasileira Sandra Lencioni (2008a), antes de explorar os conceitos de cidade e urbano, nos remete a sete observações que julga fundamentais na construção de conceitos. Aqui, apresentamos essas observações sucintamente:

1. a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca de seus objetos;

2. o conceito é uma forma de reflexo dos objetos, ou seja, uma representação do real; desta forma o espaço existe independentemente do conceito;
3. os conceitos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos, pois estão relacionados ao real, mas também se situam na consciência;
4. não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real;
5. o conceito existe em movimento, ou seja, o conceito se modifica, se altera e se renova;
6. o conceito se encontra sempre, em nexos, em relação com outros conceitos; assim, nenhum conceito é independente de outros conceitos;
7. o conceito não existe sem uma definição e, nas ciências humanas, a definição está relacionada à referência teórica adotada pelo autor.

Ao longo do texto, nos remeteremos a estas observações de forma a auxiliar em conceituações, como a de espaço, a seguir.

A palavra ‘espaço’ é de uso tanto do nosso cotidiano, quanto da Geografia e de diversas outras ciências. Assim, uma amplitude de significados pode ser dada a ela, variando de uma simples porção da superfície terrestre ao espaço geométrico da matemática ou ao espaço cósmico, de tal forma que “os conceitos convivem com a multiplicidade de noções para além do universo de sua disciplina e de seu objeto” (HAESBAERT, 2014, p. 33). Essa amplitude de sentidos também nos afirma que o espaço existe independentemente da conceituação que lhe seja dada, sendo que essa conceituação, como apontado por Lencioni, será sempre uma representação do real, sendo objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. Aqui iremos conceituar brevemente espaço, a partir de diferentes perspectivas, para melhor entendimento da produção do espaço, conceito caro à nossa pesquisa. Afinal, um conceito sempre se encontra em relação a outros conceitos.

Na Geografia, o espaço – assim como outros conceitos das ciências humanas e sociais – é objeto em constante disputa pelas diferentes correntes de pensamento, embora tenha se estabelecido como categoria central da disciplina, pois, afinal, ela estuda sua organização e as práticas que nele acontecem. Como nos alerta o geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2013), o espaço é, por vezes, visto como sinônimo de feições e processos relacionados somente à natureza física e não a elementos da

ocupação humana. Essa interpretação começou a ser contestada nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1970, com o advento da Geografia Crítica, baseada no materialismo histórico e na dialética, quando o espaço se estabeleceu como conceito-chave da Geografia. Como ainda nos lembra Souza (2013), a Geografia está dividida em dois “polos epistemológicos”, um debruçado sobre a natureza – a dita Geografia Física – e outro sobre a sociedade – a dita Geografia Humana (SOUZA, 2013). Desta forma, cada um dos “polos” terá sua formação e treinamento teórico, conceitual e metodológico específicos. Consequentemente, esses “polos” terão visões distintas dos conceitos geográficos.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2014) nos lembra que não existe conceito simples, de tal forma que cada conceito remete a outros conceitos e a Geografia não foge a esse quadro. Nela encontramos uma família, sistema ou constelação de conceitos em torno da categoria espaço, quais sejam: território, região, paisagem, lugar e ambiente – conforme o ponto 6 de Lencioni. Esses conceitos se ordenam e reordenam de acordo com as problemáticas e as bases teóricas acionadas. Ainda, lembramos que não existe nas ciências sociais e humanas conceitos unânimes e fixos, eles variam segundo momentos históricos e perspectivas científicas, de forma que

os conceitos devem ser constantemente reavaliados, transformados e, quando utilizados, demarcada claramente sua “paternidade”, reconhecendo-se não apenas o(s) autor(es) que o formulou(aram), mas também o contexto geo-histórico dentro do qual ou para o qual foram elaborados (HAESBAERT, 2014, p. 28).

O conceito de espaço tem uma história, que nos mostra que foi sendo alterado ao longo do tempo e das referências teóricas adotadas, de forma que é sempre importante reavaliá-lo e deixar claro a qual referência teórica se dirige. Aqui nos aproximamos de uma visão marxista do conceito de espaço. Novamente concordando com Lencioni (2008a), afirmamos que o espaço se encontra de diversas formas e aspectos, ou existem diferentes espaços, porém, apesar das diferenças entre eles, uma conceituação de espaço busca dar conta das semelhanças.

Nas últimas décadas, alguns pensadores retomaram as teorias de Marx e através dela debatem a natureza e o significado do espaço. Aqui buscaremos apresentar algumas concepções destes autores acerca do conceito de espaço, com o intuito de melhor entendê-lo, afinal, como Harvey (2012) afirma, é essencial refletir sobre a natureza do espaço para entender os processos urbanos no âmbito do capitalismo. Assim, o geógrafo

britânico propõe que o espaço seja considerado como multidimensional, podendo ser entendido a partir de três condições: absoluta, relativa e relacional.

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1973, p. 13, *apud* HARVEY, 2012, p. 10).

O espaço absoluto seria uma “coisa em si mesma”, que não depende de outros objetos para existir, tendo uma existência independente da matéria. Desta forma, ele seria fixo e os eventos ou processos humanos seriam registrados ou planejados dentro de sua moldura. Ainda, geometricamente, este é o espaço de mapeamentos cadastrais e da engenharia; já socialmente, “é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas)” (HARVEY, 2012, p. 10).

O espaço relativo implica valorizar a relação entre os objetos, seu movimento; assim, seria o espaço dos fluxos e das relações sobre o absoluto. Aqui, Harvey (2012) salienta que é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, de tal forma que deveríamos falar de espaço-tempo ou espaço-temporalidade.

Por fim, o espaço relacional, derivado do espaço relativo, não considera apenas a relação entre objetos, mas também as relações contidas nos objetos, a sua imaterialidade; implica, então, na ideia de que influências externas são internalizadas ao longo do tempo. Esta visão sustenta que o conceito de espaço está embutido, é interno ao processo, de tal forma que este não ocorre no espaço, mas define um quadro espacial. Assim, “um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele” (HARVEY, 2012, p. 12). Para o autor, a perspectiva relacional é essencial para se entender a política marxista.

Harvey (2012) ainda afirma que o espaço não é nem absoluto, nem relativo e nem relacional, ele é os três, de tal forma que a decisão de se usar uma ou outra concepção de espaço depende da natureza do fenômeno, ou seja, o problema da concepção correta se resolve na prática humana em relação ao espaço. Assim, o autor

acredita ser mais interessante pensar nas interações entre esses espaços do que pensá-los separadamente.

No desenvolvimento de seu pensamento, Harvey (2012) aproxima suas concepções de espaços às de Henri Lefebvre (2013). O filósofo francês afirmara que o espaço não é apenas um receptáculo, mas, ao mesmo tempo, uma localização física e um local geográfico da ação e da possibilidade de se engajar na ação. Assim, Lefebvre irá trabalhar com a ideia de *produção do espaço*, entendendo-a não como uma produção no sentido estrito, englobando somente a produção de um objeto, mas também a reprodução das relações sociais.

Aqui sinalizamos que, para Lefebvre, existem dois tipos de produção: a produção *stricto sensu*, que produz coisas, bens e produtos que podem ser trocados; e a *lato sensu*, que produz obras – “é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado” (LEFEBVRE, 2001, p. 80 *apud* FERREIRA, 2011, p. 430) –, ou seja, relações sociais, valores, ideologias e costumes. Neste sentido, ao falar de produção do espaço, nos referimos não só à produção material, mas também à reprodução da vida social, da cultura e do modo de ser urbano.

Lefebvre (2013) trabalha com diversas tríades que têm como objetivo analisar as diferentes dimensões do espaço e que podem (e devem) ser articuladas entre si. Assim, os elementos das tríades são indissociáveis entre si, de forma que o espaço só pode ser entendido através da relação entre os elementos da própria tríade como também em relação aos elementos de outras tríades. Assim, as tríades são compostas por elementos presentes não só em cada uma delas, como também nas demais tríades. No entanto, cada tríade funciona como uma lupa que nos permite desvendar melhor cada dimensão analítica (FERREIRA, 2019). Por exemplo, ao escolhermos a tríade espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido nosso foco está na dimensão da corporeidade, da percepção através do corpo; na tríade práticas espaciais representações do espaço e espaços de representação o foco está na espacialidade; enquanto a tríade espaço absoluto, espaço abstrato e espaço diferencial tem como foco o tempo, a temporalidade em suas contradições.

Apesar da indissociabilidade entre os elementos e as tríades, tentamos, para melhor compreensão, caracterizar didaticamente alguns elementos individualmente a seguir.

As práticas espaciais englobam “produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios de cada formação social” (LEFEBVRE, 2013, p. 92, tradução nossa); são as práticas sociais projetadas no espaço social, se conformando, então, como o espaço da experiência e percepção a partir do prático-sensível. As práticas espaciais de uma sociedade só podem ser descobertas ao se decifrar e entender o seu espaço (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

Lefebvre trata da associação entre representações e espaço, de forma que a “produção de um espaço de representações [...] traz em si objetos concretos, mas também projetos e trajetos” (FERREIRA, 2019, p. 40), muitas vezes concebidos pelas classes dominantes. Assim, as representações do espaço se vinculam às relações de produção, sendo o espaço representado, se configurando como o espaço da ordem e das relações “frontais” (aquelas que são públicas, vistas e declaradas) (LEFEBVRE, 2013, p. 92). É o espaço concebido, o espaço dos tecnocratas, dos planejadores e dos científicos, sendo o espaço dominante em qualquer modo de produção ou sociedade (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

Os espaços de representação se configuram como o espaço vivido de sensações, da imaginação, das emoções e significados incorporados no nosso cotidiano. É o espaço dos habitantes e usuários, sendo, então, o espaço onde afloraram outras interpretações, outras experimentações, outra apropriação simbólica, de códigos que não são os hegemônicos. Por vezes expressam simbolismos ligados ao clandestino, reprimido e oculto da vida social (LEFEBVRE, 2013, p. 92-97).

Lefebvre (2013) também vê o espaço a partir de outra tríade: espaço absoluto, que seria um “espaço antigo”, do passado²⁵; espaço abstrato, do presente; e espaço diferencial, um espaço revolucionário do futuro. Porém, ao trabalharmos com tríades, não se pode falar de cada termo individualmente, eles não existem sem inter-relação com os demais. Assim, essa tríade de espaços coexiste em diferentes épocas históricas. Ou seja, no nosso espaço atual, o presente, também estarão inscritos tanto a herança do passado quanto os possíveis, os projetos de futuro: o espaço abstrato se assenta sem eliminar o espaço absoluto e, ao mesmo tempo, através de suas contradições, pode abrir brechas para o espaço diferencial.

²⁵ Vale ressaltar que o espaço absoluto de Harvey (2012) é o espaço cartesiano, métrico, fixo e “em si mesmo”; este se diferencia do espaço absoluto de Lefebvre (2013), que é o espaço passado, construído socialmente pela sociedade.

Assim, o filósofo pretende construir uma teoria que “permita resistir àquelas [representações] que fascinam as massas, e também que nos permita escolher as representações que ajudem a explorar o possível... a mudança” (FERREIRA, 2019, p. 40). Então, afirmamos que é necessário que as representações sejam consideradas na produção do espaço, pois só assim seremos capazes de compreender o real, sendo possível escapar da alienação e, então, nos orientarmos para o impossível.

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos, o espaço geográfico é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de um sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2017, p. 63). Assim, a partir da técnica, a ação do homem modifica a natureza, transformando-a em objetos artificiais, podendo, então, criar espaços. Neste sentido, a técnica é entendida como o conjunto de instrumentos que a sociedade utiliza para alterar a natureza e criar o espaço geográfico, unindo os sistemas de ações e os sistemas de objetos.

O espaço supõe uma interação entre os objetos e as ações, ou seja, o espaço é o conjunto da interação entre ações e objetos como processo ou resultado, levando a uma multiplicidade de situações e processos. É então reflexo e impulsionador das ações (práticas espaciais) humanas, em suas dimensões coletivas e subjetivas. Às dimensões espaciais da realidade, não podem escapar as intencionalidades dos sujeitos, a partir das quais se transforma o espaço.

Os elos entre os objetos e ações são fruto das intencionalidades, de tal forma que os sistemas de objetos condicionam as ações, mas ao mesmo tempo estas interferem na construção dos objetos. Assim, um não pode ser entendido sem o outro, pois o objeto necessita da ação para adquirir significado, enquanto a ação necessita de uma forma/objeto para se realizar, pois os objetos só têm sentido a partir da ação humana; desta maneira, ao alterar o espaço, a sociedade altera a si mesma, de tal forma que o espaço se define como produto e produtor do homem e da sociedade.

Conforme Lefebvre (2013) afirma, o espaço é produto e produtor e, ao ser produto, é repleto de intencionalidades. Assim, o espaço é um produto social, mas também é produtor porque a intencionalidade com a qual é produzido afeta o cotidiano – e, também, reproduz as relações sociais existentes. Como as intencionalidades nem sempre estão postas ou são claras, o espaço, em consequência, pode mais ocultar do que revelar.

Ora, sendo o espaço algo material, visível, como representação de relações sociais, sua produção é condição, meio e produto da reprodução espacial (CARLOS, 2015). Assim, a construção do espaço é imanente à produção humana e, também, seu produto.

Neste sentido, “o espaço não pode ser visto com um objeto científico separado da ideologia, das relações de poder ou da política. É no espaço que se materializam as tensões, interações e as lutas entre dominação e resistências” (FERREIRA, 2015, p.76). Assim, é importante entender a conceituação de espaço como algo aberto, inacabado, em constante transformação em função das discussões acerca de seu papel político.

Compreendendo que em cada momento histórico se produz um espaço condizente com o modo de produção vigente, ou seja, a produção do espaço varia com o momento histórico, vê-se que na atual fase do capitalismo surge uma nova noção de espaço, atrelada aos processos de mercadificação²⁶ e metropolização, pelos quais sua reprodução possibilita a acumulação do capital. Desta forma, faz-se necessário debruçar-nos sobre o que seria a metropolização.

2.3. Do urbano à metropolização

Conforme já apontava Henri Lefebvre (2004), o urbano se espalhou por todo o planeta, de tal forma que hoje assistimos a novos processos socioespaciais. Para Jordi Borja & Manuel Castells (2004) – ambos espanhóis, o primeiro geógrafo e urbanista e o segundo sociólogo –, bem como para os geógrafos estadunidenses Allen J. Scott, John Agnew, Edward Soja e Michael Storper (2001), acreditou-se que o avanço da tecnologia poderia apontar para o fim das grandes aglomerações urbanas, porém, isto não ocorreu.

Em busca de uma explicação para tal, Scott *et al.* (2001) afirmam que existem dois tipos de atividades produtivas: uma produção “rotineira” que tem seus processos de trabalho e maquinário bem definidos, permitindo uma maior estabilidade e planejamento; e as atividades que possuem um alto grau de incerteza – tais como a alta tecnologia, o comércio e o campo financeiro de alto nível e a consultoria jurídica –, atividades estas com processos complexos, pois se relacionam a um conhecimento

²⁶ Entendemos que mercadificação inclui a mercantilização - a transformação de um objeto em mercadoria, no caso o espaço urbano -, porém, aqui se considera que o mais importante é a imagem ou a representação. Assim, “mercadificação do espaço significa dizer que ele é mercantilizado, mas que essa mercadoria que estamos comprando é cada vez mais um estilo de vida, uma experiência cotidiana diferenciada, compramos o que representa ter aquilo, fazer parte daquilo” (FERREIRA, 2017).

oculto, diretamente ligado às relações humanas e à capacidade de interpretação. Neste sentido, a co-presença de diferentes empresas e redes facilitaria a constante transferência de informações, o que seria possível pela aglomeração de recursos – humanos, tecnológicos, de serviços e de infraestrutura.

Sandra Lencioni (2015b) aponta que são diversos os termos e nomeações que buscam dar conta das alterações observadas no urbano nas últimas décadas, entre eles: megalópole, cidade global, cidade-região global e megarregião. O conceito de megalópole, concebido por Jean Gottmann nos anos 1960, não se refere a uma grande metrópole ou cidade, mas sim à fusão de metrópoles – como o clássico exemplo da costa leste estadunidense em que encontramos uma megalópole situada entre Washington e Boston, tendo Nova York como centro.

A socióloga holandesa Saskia Sassen, ao trabalhar com a ideia de dispersão espacial das atividades econômicas e centralização da gestão e controle de funções de nível superior, propõe que a cidade global seria o centro de controle de uma economia também global (LENCIONI, 2015a). Assim, a cidade global se define por uma rede de articulações e fluxos de capitais em nível global, são territórios adaptados ao sucesso econômico e que concentram funções de comando, de tal forma que possui mais relações com o exterior do que com a sua periferia imediata (MONGIN, 2009). Entre as cidades globais estariam Nova York, Tóquio e Londres, observando-se que essas se diferenciam das megacidades, que são cidades, em sua maioria nos países em desenvolvimento, gigantescas em termos de território e população.

Castells & Borja (2004), em uma crítica à Sassen, irão propor que

A cidade global é uma rede de nós urbanos em diferentes níveis e funciona como o centro nervoso da nova economia, em um sistema interativo de geometria variável ao qual as empresas e as cidades devem se adaptar constantemente de forma flexível. O sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide (CASTELLS & BORJA, 2004, p.43, tradução nossa²⁷).

Desta forma, a estrutura das cidades se forma como uma rede de cidades, com alguns nós, mas não existiria uma classificação de cidades globais, pois esta noção se referiria a uma rede e não a um ponto ou nó, de tal forma que a rede em si é a cidade global.

²⁷ No original: “La ciudad global es una red de nodos urbanos de distinto nivel y que funciona como centro nervioso de la nueva economía, en un sistema interactivo de geometría variable al cual deben constantemente adaptarse de forma flexible empresas y ciudades. El sistema urbano global es una red, no una pirámide”.

Scott *et al.* (2001) desenvolveram a ideia de cidade-região global que, segundo os autores, se aproxima da ideia de cidade global de Sassen e da cidade mundial de Jean Friedmann. A cidade-região global seria, então, uma forma mais adequada de enfrentar a globalização do que as cidades. Neste sentido, ela se configura como “um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial” (SCOTT *et al.*, 2001, p. 11). As cidades-regiões globais teriam um poder generativo e funcionariam como motores regionais da economia global, sendo um conjunto fluido de potência econômica. Os autores trazem à tona, ainda, uma nova configuração política e econômica diferente da de centro-periferia.

Sassen trabalha também com o conceito de megarregião, na qual haveria a coexistência de múltiplos tipos de economia de aglomeração²⁸. Lencioni, ao trabalhar com a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo afirma que

a cada dia vivemos menos numa cidade e mais numa região. Mais da metade da população brasileira (55,9%) vive em arranjos populacionais, ou seja, mesmo vivendo em uma cidade, guarda relações estreitas com outras, medidas pelo movimento pendular, que diz respeito aos deslocamentos diários entre o município de residência e outros municípios com a finalidade de trabalho e estudo (LENCIONI, 2015b, p.13).

Diante do exposto, concordamos com a geógrafa que as diversas nomeações “confluem para a ideia de nebulosa urbana. Como as nebulosas celestes, o fenômeno urbano apresenta-se esgarçado, rompido, com porosidades e descontinuidades face a um quadro de volatilidades permanente” (LENCIONI, 2015b, p. 9). Ademais, já é claro que as mudanças ocorridas na urbanização e nas cidades contemporâneas têm levado a inúmeras interpretações e discussões, mas ainda necessita ser discutido o processo de dissolução da cidade – estamos caminhando para uma sociedade urbana sem cidades. A pergunta, então, é: qual é o processo socioespacial por trás disso?!

Soja (2013) afirma que estamos vivendo um período de metamorfose da urbanização metropolitana (aquela indutora da constituição de metrópoles) para um de urbanização regional. Acreditamos, porém, que a própria urbanização metropolitana já é regional, pois não existe metrópole sem região metropolitana. Ademais, a urbanização regional pode não formar metrópoles, mas apenas cidades. A autora ainda ressalta que

²⁸ Este conceito pode ser melhor entendido através da metropolização regional policêntrica, a ser explicada adiante.

o momento atual de metropolização do espaço desenvolve regiões policêntricas [...]. O que estamos assistindo é um processo de metropolização que se regionaliza de forma desconcentrada, de forma dispersa; conformando uma região dispersa policêntrica (LENCIONI, 2017, p. 151).

Desta forma, consideramos que denominar de metropolização regional policêntrica – uma metropolização do espaço que constitui regiões policêntricas – marca melhor o atual momento. Mas o que seria essa metropolização? Entendemos, com Lencioni, que ela se constitui como “um processo socioespacial que metamorfoseia o território” (LENCIONI, 2013).

No dizer de Levy, a “emergência do termo metropolização responde à necessidade de identificar esse novo ‘ciclo’ urbano menos marcado que o precedente pelas lógicas espaciais da indústria e marcado por configurações que correspondem às cidades que continuam a crescer sendo afetadas, no seu estilo de desenvolvimento, pelo crescimento dos deslocamentos (uma cidade ‘(auto)móvel’) e da circulação da informação (irrupção, ainda confusa, do ‘cyberurbano’”. (LEVY, 1997, p. 2 *apud* LENCIONI, 2015b, p. 7).

Assim, sobretudo a partir do pensamento de Lencioni (2008b, 2013, 2015a, 2015b e 2017), entendemos esse processo como algo que implica grandes mudanças – ou uma verdadeira metamorfose – na estrutura, na lógica e na natureza do espaço. A metropolização se caracteriza, então, como uma nova fase da urbanização ou pós-urbanização ou até mesmo como uma segunda natureza da urbanização, e “imprime características metropolitanas ao espaço, transformando as estruturas pré-existentes, independentemente desses espaços serem ou não metrópoles” (LENCIONI, 2013, p. 23). Este processo se desenvolve em diversas escalas territoriais, contribuindo para a formação da metrópole difusa ou dispersa, sendo multiforme e contraditório. No entanto, a metropolização não torna outras manifestações urbanas – como a própria urbanização ou a suburbanização – obsoletas; ao contrário, elas passam a ocorrer simultaneamente e subordinadas à metropolização.

a metropolização do espaço põe por terra antigas certezas, como a distinção entre campo e cidade [... e] também a discriminação do que é próprio de uma metrópole e do que é próprio de uma cidade, bem como a diferenciação entre o que é interurbano e o que é intraurbano. O que é certo é que estamos diante de uma mudança extrema na natureza do processo de urbanização (LENCIONI, 2017, p. 167).

Enquanto a urbanização se relacionava ao capital industrial, a metropolização agora está associada ao capital financeiro. Ademais, a metropolização não é exclusiva às

metrópoles ou grandes aglomerações, ela é “um fenômeno que diz respeito ao funcionamento cotidiano das grandes aglomerações, das cidades e pequenas cidades mais distantes e que engendra morfologias urbanas de tipos novos” (ASCHER, 1998, p. 19 *apud* LENCIONI, 2013, p. 20). Dessa forma, a metropolização se impõe a todos os espaços e imprime características metropolitanas ao espaço, sendo a partir das metrópoles que se irradiam esses processos a todos os outros espaços, mesmo que ainda mantenham certas particularidades.

Como a produção do espaço significa também um modo de vida existente, referente a um dado momento histórico, precisamos entender as relações e formas de produção existentes – conforme nossa tentativa no item anterior.

O processo de metropolização acompanha e realiza o movimento constitutivo da metrópole como momento diferenciado do processo de acumulação em função de suas exigências, o que se explicita pelo desenvolvimento/extensão do tecido urbano que, a partir do centro, desenvolve-se até a periferia com conteúdos diferenciados em seu processo de extensão [...]. Do ponto de vista da reprodução do capital, a reprodução do espaço ganha novas funções e configurações à medida que a acumulação [...] extravasa o processo fabril, para ganhar a cidade, estende-se espacialmente englobando e subsumindo a prática social na qual a vida se determina por esta lógica. Este momento constitui novas formas de expansão do tecido urbano na contradição entre centro e periferia, centralidade e dispersão, reunião e segregação (CARLOS, 2013, pp. 37-38).

Entendemos, pois, como dito acima, que este processo se caracteriza como multiforme e contraditório. Assim, fenômenos como dispersão, concentração e centralização são acionados paralelamente, levando ao adensamento de determinadas áreas e ao espraçamento da metrópole. É importante entender que concentração e centralização devem ser pensadas conjuntamente, em um movimento dialético, cabendo-nos, então, explicá-las.

A partir do economista francês Michel Aglietta (1986), entendemos que concentração é um feito quantitativo, fruto direto da acumulação e do desenvolvimento desigual do capital, sendo “a ampliação da propriedade dentro do processo de valorização” (AGLIETTA, 1986, p. 193, tradução nossa²⁹), tendo sua importância variável de acordo com a indústria e a época.

A centralização, por sua vez, “constitui-se num processo em que frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam [...]; ou seja, significa a expropriação de um capitalista por outro capitalista” (LENCIONI, 2008b, p. 12). Sendo

²⁹ No original: “la ampliación de la propiedad dentro de um proceso de valorización”.

uma remodelação ou reorganização na propriedade dos capitais e cria relações de competição; um processo amplo, onde ocorre uma modificação qualitativa nos capitais. Atualmente temos uma brutal centralização de capital de empresas que atuam em diferentes áreas – como a Unilever³⁰, conforme a Figura 7 apresenta –, o que nos leva a pensar que estamos caminhando para uma ausência de competitividade.



Figura 7 - Painel do site brasileiro da Unilever, sobre suas marcas
Fonte: Site da Unilever.

Estando o capitalismo diretamente relacionado ao espaço, os processos de valorização do capital (concentração e centralização) terão consequências no urbano (agora metropolizado), sendo essenciais para a compreensão da atual dinâmica urbana (LENCIONI, 2008b). O processo de concentração implica na “concentração [territorial] das atividades econômicas que modificam, por exemplo, a malha urbana e a aglomeração” (LENCIONI, 2008b, p.11).

A centralização, por sua vez, é a propriedade do capital sob um mesmo comando ou poder; não se trata de uma centralização territorial propriamente dita. No entanto, o que é importante é “a capacidade de controle dos vários e distintos processos de valorização distribuídos em vários lugares, colocando-os sob um mesmo ciclo de movimentação do valor” (LENCIONI, 2008b, p. 13).

A geógrafa ainda ressalta que a interpretação do urbano a partir do conceito de centralização ocorre pelo entendimento da gestão empresarial,

é no exercício da função central da metrópole, que é de controle de capital, que se adensam os serviços produtivos, os serviços voltados às empresas, muitas vezes denominados de serviços avançados. Daí provém o grande desenvolvimento dos serviços nas metrópoles [...]. São serviços, portanto, voltados ao consumo produtivo e não individual (LENCIONI, 2008b, p. 14).

³⁰ Seus produtos incluem alimentos, bebidas, produtos de limpeza e produtos de higiene pessoal, entre elas AdeS, Cif, Hellmann's, Knorr, Comfort, Omo, Dove e Rexona.

Essa afirmação vai justamente ao encontro da teoria de que o avanço da tecnologia poderia apontar para o fim das grandes aglomerações urbanas. Ainda, se voltarmos à ideia de cidade global, podemos entender a espacialidade da centralização de capitais, pois ela é o local da centralização do poder que irá hierarquizar as cidades. Assim, concentração e centralização nos auxiliam também a entender o atual momento de constante privatização e financeirização do espaço.

Ao desenvolver-se em múltiplas escalas, para além da metropolitana e urbana, a metropolização acaba por desenvolver uma metrópole difusa ou dispersa, ao envolver áreas “novas” e modificar o mercado de terras. Podemos entender essa dispersão nas palavras dos geógrafos brasileiros Alvaro Ferreira, João Rua & Regina Célia Mattos:

A dinâmica do processo de metropolização tem contribuído para a transformação do mercado do solo urbano, que passa por intensa valorização, elevando os preços a números nunca imaginados. Percebe-se, então, a importância da propriedade privada do solo como ‘condição indispensável à produção imobiliária formal’, como lembra Lencioni (2013, p. 29 [p. 26]). Tal elevação de preços faz com que as construtoras busquem áreas mais distantes para a construção, incorporando novas áreas à lógica de mercado da metrópole [...]. Isso acaba por estender a área urbana indefinidamente [...]. As áreas de expansão e investimentos nas cidades (e, já agora, também em algumas áreas do campo) acabam sendo definidas pelos proprietários fundiários, pelas construtoras e pelos promotores imobiliários (FERREIRA, RUA & MATTOS, 2015, pp. 16-17).

É neste sentido que a dispersão e a propagação do desenvolvimento urbano para além das fronteiras da cidade forma uma nebulosa urbana. Assim, compreendemos que a metropolização fornece características novas ao território, ao mesmo tempo que mantém algumas de suas antigas marcas. Uma das principais características é o desenvolvimento de uma região dispersa polinucleada com alta coesão interna e a desconcentração da metrópole. Existe, então, uma dispersão espacial das atividades econômicas em várias escalas, ao passo que ocorre a centralização da gestão e do controle das funções de nível superior nas cidades globais ou cidades-regiões globais. O urbano, a serviço do capital, tem se tornado cada vez mais contraditório, possuindo características antagônicas, sendo, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, homogeneizado e hierarquizado, reflexo e condição social.

A partir de Lencioni (2013; 2015a; 2015c) e Ferreira (2015) podemos entender por que o espaço urbano – agora metropolizado – é homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Dizer que o espaço é **homogêneo** significa dizer que cada vez mais temos semelhanças paisagísticas, as mesmas soluções e projetos urbanísticos entre as

áreas modernas das grandes cidades ao redor do mundo, ou seja, nas áreas que concentram a gestão econômica e/ou produtiva. Assim, “se não fossem as particularidades dos lugares, diríamos que se trata das mesmas grandes cidades, com seus altos edifícios de vidros espelhados e formas arquitetônicas semelhantes, bem como as modernas pontes viárias, de modo que, nas formas, os centros modernos [...] são muito semelhantes” (ALVES, 2019, p. 555). As figuras abaixo pretendem auxiliar na visualização dessa homogeneização do espaço ao apresentar a “mesmice paisagística” de Rio de Janeiro (Figura 8 e Figura 12), São Paulo (Figura 9), Londres (Figura 10) e Valência (Figura 11).



Figura 8 - Vista de novos edifícios no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.
Fonte: Felipe Taumaturgo (2017).



Figura 9 - Novo centro econômico-financeiro de São Paulo, localizado na área das avenidas Faria Lima e Berrini.
Fonte: Wikipedia.

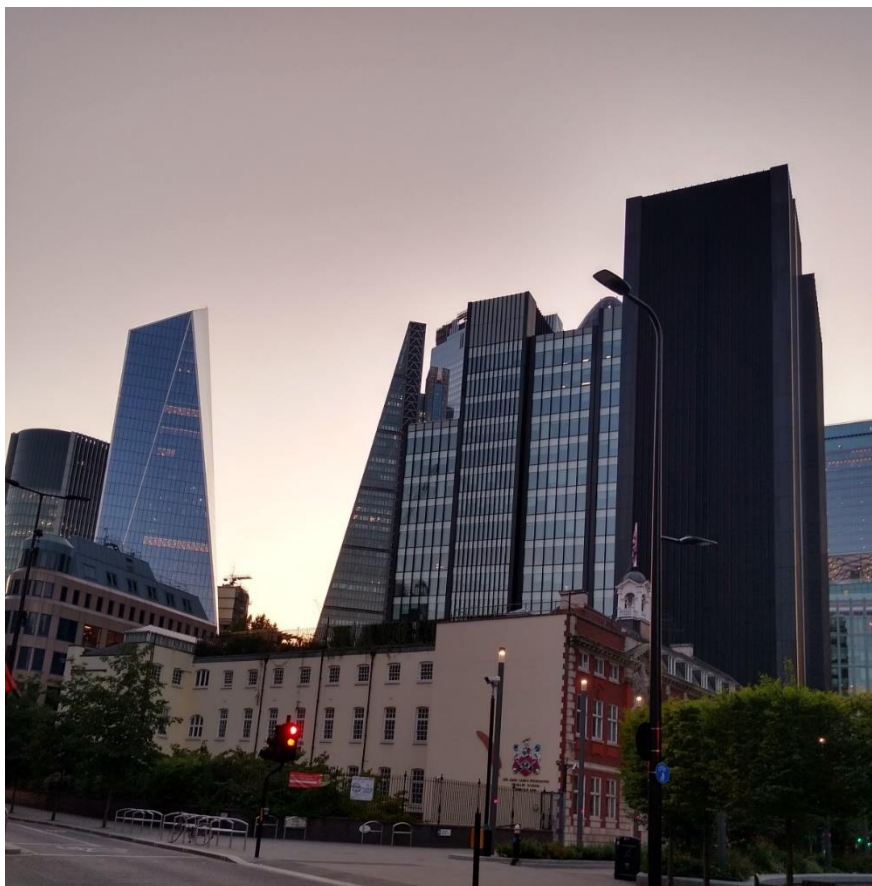


Figura 10 - *City of London* e seus novos edifícios.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

No caso das diversas “revitalizações” de zonas portuárias, vemos a repetição do formato de grandes parques turísticos, em um “combo clássico” com áreas gastronômicas, museus, aquários, rodas gigantes e pontes estaiadas. Além disso, muitas dessas ações possuem os mesmos urbanistas e arquitetos, afirmando ainda mais a homogeneização. Destacamos a atuação do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, como um dos responsáveis pela revitalização do porto de Buenos Aires, na Argentina, e de Valência (Figura 11), na Espanha, além do Museu do Amanhã (Figura 12), no Rio de Janeiro.



Figura 11 - Cidade das Artes e das Ciências, em Valência (Espanha).
Fonte: Portal oficial de turismo da Espanha.



Figura 12 - Museu do Amanhã, na Zona Portuária do Rio de Janeiro.
Fonte: *Site* do Museu do Amanhã.

A homogeneidade é caracterizada não só pela materialização de paisagens semelhantes, mas também por “métodos de gestão, controle, vigilância e de comunicação sobre toda a vida socioespacial” (ALVES, 2019, p. 555).

As cidades modernas contemporâneas estão se tornando cada vez mais parecidas. E as classes sociais mais ricas se assemelham a outras ao redor do mundo, não importa quantos quilômetros ou horas de voo as separem. Ao mesmo tempo, na mesma cidade, as classes sociais se distanciam umas das outras. A distância entre as classes sociais não

é e nunca foi exclusivamente topográfica; é, sim, social. (LENCIONI, 2015c, p. 73, tradução nossa³¹).

Assim, as diferenças que surgem acabam por fragmentar o homogêneo indefinidamente. Conforme salienta Lencioni (2015c), a **fragmentação** se torna nítida ao analisarmos a cidade a partir da perspectiva das funções urbanas, quando ela se torna um mosaico de zonas: “o espaço parece se constituir de mosaicos justapostos e, ao mesmo tempo disjuntos, conformando territórios socialmente segregados” (LENCIONI, 2013, p. 30).

A fragmentação se expressa, em especial, pelas diferentes formas de se habitar, atendendo ao fracionamento da terra pelo mercado imobiliário. Duas fotos mostram claramente esta fragmentação: a emblemática foto de Tuca Vieira (Figura 13) retrata claramente a fragmentação entre a favela de Paraisópolis e um condomínio do Morumbi, em São Paulo; e uma foto área de Mumbai, na Índia (Figura 14), com uma favela próxima ao Rio Mithi e ao lado de condomínios de mais alta classe, publicada na revista *National Geographic*.



Figura 13 - A fragmentação na cidade de São Paulo.
Fonte: Site profissional de Tuca Vieira. Acesso: 30 dez. 2019.

³¹ No original: “Las modernas ciudades contemporáneas se parecen cada vez más. Y las clases sociales con mayor poder adquisitivo se asemejan a otras alrededor del mundo, sin que importe cuál sea distancia en kilómetros o en horas de vuelo que las separa. Al mismo tiempo, en la misma ciudad, las clases sociales se distancian. La distancia entre las clases sociales no es y nunca fue exclusivamente topográfica; es, sí, social”.



Figura 14 - A fragmentação vista de cima na cidade de Mumbai, na Índia.
Fonte: *National Geographic*,. Acesso em: 30 dez. 2019.

Porém, ao mesmo tempo que os espaços se homogeneizam, e contraditoriamente se fragmentam, eles também se hierarquizam socialmente, por meio do trabalho e das atividades ali desempenhadas: “Isso significa que no seio da equivalência, do homogêneo, emerge a diferença que se hierarquiza” (LENCIONI, 2010, s/p.). Assim, a metropolização reconstrói a rede urbana e, conseqüentemente, sua hierarquia; **hierarquização** significando, então, “a expressão da espacialização do poder, bem como da economia e da política” (LENCIONI, 2015c, p. 75, tradução nossa³²), de forma que os atores hegemônicos se articulam e, ao mesmo tempo, competem entre si.

Em uma escala local, como uma cidade, a partir da fragmentação, na medida em que determinadas frações (ou fragmentos) do espaço se impõem na rede urbana sobre outras, surgem espaços dominantes e espaços subordinados ou diferentes centralidades. Assim, no Rio de Janeiro, por exemplo, existem várias centralidades que, em alguns aspectos, tendem à homogeneidade; no entanto, se hierarquizam por sua importância na rede urbana.

Se levarmos para a escala mundial, o mesmo centro moderno de São Paulo homogêneo ao de Londres, conforme a Figura 9 e Figura 10, são hierarquicamente diferentes, com o centro londrino se sobrepondo ao de São Paulo, assim como este se sobrepõe ao do Rio de Janeiro em uma escala nacional.

As mudanças ocorridas no espaço metropolizado em prol do neoliberalismo não são somente materiais, mas também simbólicas. Concordamos com Raquel Rolnik

³² No original: “la expresión de la espacialización del poder y también de la economía y la política”.

(2015) e Alvaro Ferreira (2015) quando afirmam que, com isto, o espaço, se transformou em um espaço alienado, no qual as representações importam mais que a mercadoria e o próprio consumidor – compra-se o que significa ter determinada mercadoria ou estar em determinado lugar. Assim, modifica-se também o modo de vida, que passa a ser totalmente baseado no consumo.

Estas afirmações vão ao encontro do pensamento da antropóloga brasileira Teresa Caldeira, para quem os

enclaves fortificados representam uma nova alternativa para a vida urbana dessas classes médias e altas, de modo que são codificados como algo que confere alto *status*. A construção de símbolos de *status* é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais (CALDEIRA, 1997, p. 159).

Neste sentido, a publicidade dos imóveis não só cria estilos de vida diferenciados, como também revela e expressa a diferenciação social através da separação e do isolamento como questões de status: “Em outras palavras, eles repetidamente expressam a segregação social como um valor.” (CALDEIRA, 1997, p. 159). O que conta é muito mais o que a imagem de viver ou estar nesses espaços significa, havendo, portanto, uma mercadificação clara do espaço. Nas figuras abaixo buscamos essa realidade, a partir de propagandas de condomínios fechados em Goiânia (Figura 15), Vila Velha (Figura 16) e Rio de Janeiro (Figura 17).

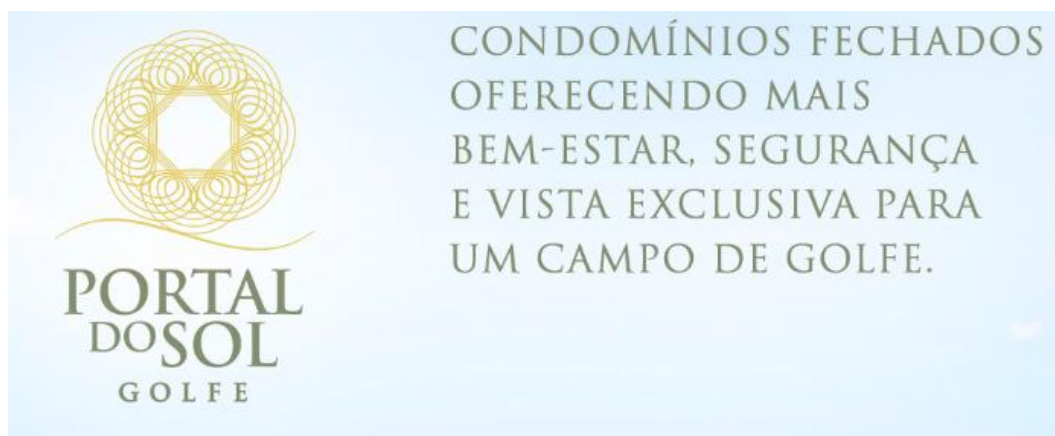


Figura 15 - Texto do *site* do Portal do Sol, em Goiânia.
Fonte: *Site* Portal do Sol

Taj Home Resort

Taj, no idioma árabe, significa coroa. E é onde tudo começa. Viver no Taj é coroar todas as suas conquistas, morar e aproveitar a fase mais importante da sua vida, com todos os benefícios, no único resort residencial de luxo do Espírito Santo. Na sua entrada principal, um exuberante jardim suspenso com o parque das águas, vista indescritível para contemplar o mar, onde se vê, o Beach Club do Taj Home Resort e uma área exclusiva de serviços para os moradores e convidados.

Segurança, privacidade e uma infinidade de serviços privativos são a marca registrada deste empreendimento, criando uma biosfera única, com tudo que um lar pode proporcionar para uma vida prazerosa, tranquila e você viver melhor o seu tempo.

O Taj redefiniu o luxo, criando uma combinação exclusiva com o extraordinário: duas belíssimas torres residenciais, sendo uma delas com 50 andares, a mais alta do Espírito Santo, 158m. Todo o projeto foi pensado e integrado com design moderno e atemporal, propiciando a magnífica e maior área de lazer completo do Estado, 21mil m². O Taj inaugura, em Vila Velha e no Estado, a nova rota dos grandes empreendimentos do Brasil, tornando-se a grande referência do mercado imobiliário Capixaba.

Apartamentos de Luxo, em duas torres exuberantes, em plantas modernas de 3 e 4 Quartos.

Figura 16 - Texto do *Taj Home Resort*, condomínio de luxo com serviços de resort em desenvolvimento em Vila Velha, Espírito Santo.
Fonte: *Site Grand Construtora*.

Sobre o Condomínio Malibu

Primeiramente, o **Condomínio Malibu** na Barra da Tijuca - RJ, se trata de um residencial inovador e exclusivo. Com casas de altíssimo padrão e com várias celebridades como moradores, o **Condomínio Malibu** é atualmente o condomínio mais luxuoso e cobiçado da Barra da Tijuca.

Com espaços otimizados, bem como uma infraestrutura completa em um terreno de ampla extensão, o condomínio Malibu é muito bem arborizado e possui, do mesmo modo, um paisagismo diferenciado assim como em suas casas à venda.

O **Condomínio Malibu** possui modernos equipamentos de tecnologia e vigilância para oferecer muita segurança e discrição aos seus moradores. Além disso, o **Condomínio Malibu** Barra da Tijuca RJ proporciona afinal, uma inigualável praticidade se comparada com outros condomínios de luxo no bairro, isso porque o Condomínio Mali está logo no início da Barra da Tijuca sendo portanto, de fácil acesso a todos os serviços e comodidades do bairro e região.

Condomínio Malibu na mídia

Com casas de altíssimo padrão e com várias celebridades como moradores, o **Condomínio Malibu** é portanto, o espaço ideal para quem busca luxo e privacidade.

Surpreenda-se você também e cadastre-se para receber as informações em primeira mão!

Figura 17 - Textos do *site* do Condomínio Malibu, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.
Fonte: *Site do Condomínio Malibu*.

Os enclaves fortificados também têm sido cada vez mais representados de forma audiovisual. Aqui destacamos a série franco-americana *Safe* (2018) – “seguro”, em português – e a série brasileira “Maldivas” (2022), ambas transmitidas pela gigante do *streaming* Netflix. A primeira mostra como o cotidiano de uma comunidade fechada – leia-se, um enclave fortificado – é abalado após o desaparecimento de um casal de adolescentes, mostrando que, ao contrário do que se vende e do título da série, esses enclaves não são intranspassáveis ou oásis de segurança. Já a série brasileira é um suspense que tem como pano de fundo uma sátira da vida em um condomínio de alto luxo na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, que tem seu cotidiano abalado por uma morte. A personagem Milene, vivida pela atriz Manu Gavassi, é definida como um “clássico da Barra da Tijuca” segundo a própria série, sendo um símbolo do “viver nas Maldivas”. Entre as inúmeras frases sarcásticas da série, está “Maldivas acima de Tudo. Deus acima de todos!”, que surge também como uma alfinetada ao slogan do presidente Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.”³³.

Em suma, a metropolização é a própria reprodução ampliada da metrópole, expressa por meio da difusão dos conteúdos metropolitanos para além da metrópole. Esses conteúdos são fabricados na metrópole financeirizada onde se apresentam como megaempreendimentos imobiliários, sendo os mais frequentes: *shopping centers* (Figura 18 e Figura 19), centros empresariais, condomínios ou loteamentos fechados – como as figuras anteriores – e condomínios logísticos, como os da cidade Cajamar, no estado de São Paulo. Eles estão presentes em todos os espaços urbanos, sejam eles megalópoles, regiões metropolitanas, metrópoles sem região ou cidades médias. Na Figura 18 buscamos exemplificar como esses empreendimentos estão diretamente relacionados à expansão e produção do espaço urbano. a Figura 19 exemplifica como a exclusividade é vendida.

³³ Destacamos algumas frases presentes somente no primeiro capítulo da série que acreditamos retratar bem o que descrevemos: “Quem não tem dinheiro para pagar uma babá não devia nem estar morando aqui”; “Mais do que nunca é preciso investir em segurança e deixar os problemas pro lado de fora”; “Você sabia que o índice de roubos de carros de luxo no Rio de Janeiro aumentou 20% nos últimos seis meses? Você tem ideia do impacto que isso causa na apólice de seguros?”. A se ressaltar, também, que o presidente Jair Bolsonaro e sua família moram em condomínios fechados na Barra da Tijuca.

O começo de uma história de sucesso

O pioneirismo e a ousadia característicos da Multiplan se refletem no BH Shopping, o primeiro shopping center desenvolvido pela companhia e o primeiro do Estado de Minas Gerais. Construído no bairro de Belvedere, distante do centro urbano, o empreendimento apostou no crescimento da cidade naquela direção e acabou fazendo história ao contribuir para o desenvolvimento e valorização da região.

Inaugurado em 1979, depois de cinco expansões, continua líder de mercado.

O trevo rodoviário localizado próximo ao shopping inspirou a logomarca da Multiplan, que permanece a mesma até hoje. Símbolo de sorte, o trevo é também o ícone da bem sucedida trajetória da empresa.

Figura 18 - Texto sobre o BH Shopping.

Fonte: *Síte Multiplan*.

‘Viva os melhores momentos’

Focado em moda, cultura, serviços e gastronomia, o VillageMall conta com marcas inéditas internacionais e nacionais consagradas no mercado de luxo. Para o lazer, há um teatro para 1.060 pessoas, destinado a grandes espetáculos, quatro salas vips de cinema e uma área gastronômica com terraço voltado para a Lagoa da Tijuca. Sua inauguração aconteceu no dia 4 de dezembro de 2012.

O projeto possui 8.000 m² de vidro em claraboias e átrios com grande aproveitamento da luz natural. Em 2011, recebeu o VIII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, como destaque do setor comercial, categoria projeto predial. Em 2014, também recebeu o prêmio por melhor Projeto e Desenvolvimento: Novos Empreendimentos e Projeto Sustentável, do ICSC (International Council of Shopping Centers).

Localizado em uma das áreas mais privilegiadas da Barra da Tijuca, o shopping é um forte complemento ao complexo composto pelo BarraShopping, o New York City Center e o Centro Empresarial BarraShopping.

Figura 19 - Texto ressaltando a exclusividade do VillageMall, shopping na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.

Fonte: *Síte Multiplan*.

Fica claro, pois, que a metropolização não é marcada apenas pela conurbação ou aglomeração urbana, mas pela “exportação” desses conteúdos. Os enclaves fortificados, aqui entendidos como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho” (CALDEIRA, 1997, p.155), são exemplos máximos dessa metropolização do espaço e suas consequências. Teresa Caldeira afirma, em seu longo estudo sobre a segregação espacial na metrópole paulista, a partir dos anos 1990, a distância física entre as classes mais altas e as mais baixas diminuiu. Com isto, os

mecanismos para separá-las se tornaram mais complexos. Assim, os novos enclaves fortificados para moradia, trabalho e consumo das classes médias e altas provocam profundas mudanças no espaço urbano (Figura 18, acima). A autora salienta que, apesar de terem diferentes usos e algumas diferenças entre si, todos os enclaves possuem algumas características básicas:

São propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão. Mais ainda, os enclaves constituem arranjos muito flexíveis. Em virtude de seu tamanho, das novas tecnologias de comunicação, da nova organização do trabalho e dos sistemas de segurança, os enclaves de escritório e de comércio, por exemplo, concentram tudo de que precisam dentro de um espaço privado e autônomo e podem se localizar em quase qualquer parte, independentemente de seus arredores. Eles não mais dependem de um centro urbano com alta densidade de serviços, como as antigas zonas de escritórios e comércio. Na verdade, muitos dos novos enclaves instalaram-se na antiga periferia, tendo por vizinhos as favelas ou concentrações de casas autoconstruídas. Por fim, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos, na maioria das vezes formados por classes médias e altas. (CALDEIRA, 1997, p. 159).

Citamos aqui o exemplo dos condomínios Alphaville presentes em todas as regiões do país, em cidades de diferentes tamanhos e importância, conforme a Figura 20), e com as mesmas características, independentemente de onde estejam, conforme os anúncios abaixo (Figura 21).



Figura 20 - *Print Screen* do site Alphaville Urbanismo com a localização de seus empreendimentos.

Fonte: *Site* do Alphaville Urbanismo

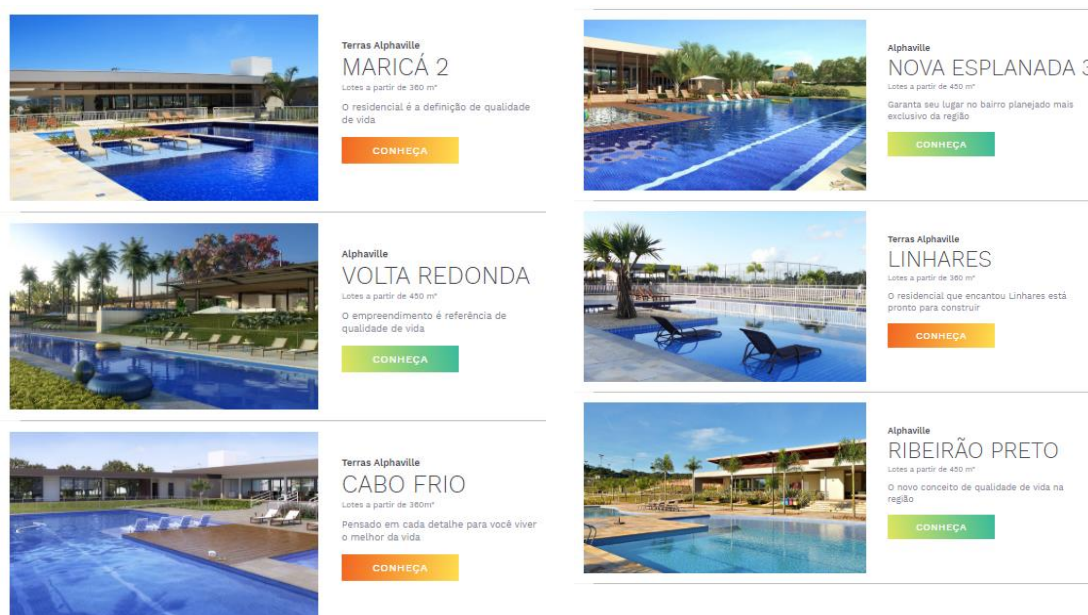


Figura 21 - Print Screen do site Alphaville Urbanismo com imagens de empreendimentos em diferentes cidades e estados.

Fonte: Site do Alphaville Urbanismo.

Entre as centenas de empreendimentos Alphaville, acreditamos que o localizado em Barueri, na região metropolitana de São Paulo, é bem elucidador. Criado em 1978, ele abriga 42 edifícios residenciais e 16 comerciais, totalizando mais de 12 mil residências. Este “bairro” possui uma população estimada de 60 mil habitantes, além de hospitais, agências bancárias, hotéis e supermercados. Em 2013, o Alphaville de Barueri foi citado pelo jornal britânico *The Guardian*, na matéria “*Why are we building new walls to divide us?*” (em português: por que construímos novos muros para nos dividir?), sobre os muros erguidos para separar as pessoas de seus vizinhos, como o sexto maior muro do mundo (Figura 22).



Figura 22 - Print Screen da matéria supracitada destacando o muro de Alphaville.

Fonte: Site do jornal *The Guardian*, disponível em <<https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2013/nov/walls#saopaulo>>. Acesso: 08 jan. 2020.

Ainda segundo Caldeira (1997) “Os muros vêm tornando cada vez mais explícitas a desigualdade e as distâncias sociais, mas não foram capazes de obstruir totalmente o exercício da cidadania nem de impedir os cidadãos pobres de continuar a expansão de seus direitos.” (CALDEIRA, 1997, p. 176), este último tópico abordaremos no próximo capítulo.

3. As ocupações enquanto movimentos sociais anticapitalistas

*Divisões rígidas e desigualdades caracterizam as cidades contemporâneas.
As lutas urbanas contestam tais divisões e frequentemente levam a
rearranjos no espaço urbano que refletem mudanças nas geometrias de
poder.
(STRAVIDES, 2022, p. 7)*

Neste capítulo buscaremos explorar a relação entre mercadificação do espaço urbano, movimentos sociais e ocupações urbanas, a partir de exemplos e a conceituação dos últimos. Conforme explorado anteriormente e seguindo o pensamento de Harvey (1982; 2013), a urbanização do capital pressupõe que a classe capitalista tenha o controle não só dos aparatos estatais, mas também da população como um todo – do seu estilo de vida, trabalho, cultura e política; e da reprodução social (FEDERICI, 2017). É neste sentido que autores como Ferreira (2021) afirmam que vivemos a mercadificação do espaço, pois,

a relação entre determinado espaço e a sua imagem construída é modificada, pois é o espaço – transformado em produto – que passa a representar a imagem, e não o contrário. Trata-se de entender que o espaço é consumido pelo que ele representa, ou seja, o que representa frequentar determinado lugar. Em outras palavras, mercadificação do espaço significa que ele é mercantilizado, mas que essa mercadoria que estamos comprando é cada vez mais um estilo de vida, uma experiência cotidiana diferenciada: compramos antes o que representa ter aquilo, fazer parte daquilo. (FERREIRA, 2021, p. 91)

Concordamos que cada momento histórico contribui para determinada produção do espaço, de forma que, atualmente, ela está atrelada à viabilização do ciclo do capital, conforme explorado no capítulo anterior. Especificamente, observa-se que o capitalismo se expressa nas metrópoles pela associação dos capitais imobiliário e financeiro, de forma que há uma financeirização do espaço, conforme apontam diversos autores, como David Harvey (2006, 2013, 2018a), Mariana Fix (2007) e Raquel Rolnik (2015).

Obviamente, este processo é muito mais complexo que um “simples” ciclo de valorização econômica, pois nele estão embutidas diversas questões sociais, culturais e políticas que levam a uma acumulação por espoliação³⁴. Este conceito advém de

³⁴ O termo “acumulação por despossessão” também é utilizado ao referenciar o trabalho de Harvey. No entanto, aqui optamos por usar “acumulação por espoliação” por ser a tradução no último livro traduzido de David Harvey (2020) para o português, “Os sentidos do mundo: textos essenciais”.

acumulação primitiva de Marx, e sucintamente, caracterizaria a incorporação de regiões novas ao capitalismo e às suas relações, a partir da espoliação de inúmeros territórios. No entanto, o neoliberalismo impõe novas transformações ao capitalismo, de forma que a espoliação passa a não ser somente de territórios, buscam-se novos espaços aos quais o capital não tinha acesso anteriormente, como os bens públicos. É neste sentido que Harvey afirma que é necessária

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou original no âmbito da longa geografia histórica da acumulação de capital é, por conseguinte muito necessária, como observam recentemente vários comentadores. Como me parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esse termo pelo conceito de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005, p. 120).

No mesmo sentido, Silvia Federici afirma que

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o que em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época (FEDERICI, 2017, p.27).

Retomando, a ligação entre o urbano e o processo de reprodução do capital traz inúmeras modificações para esses espaços que, por vezes, são negativas. Aqui podemos citar os processos de gentrificação que, segundo o sociólogo alemão Andrej Holm

é qualquer processo de revalorização de uma parte da cidade, ligado a estratégias econômicas que elevam o valor e e/ou a estratégias políticas de revalorização, que requerem uma substituição de população para ter êxito. A expulsão é a essência da gentrificação, não um efeito colateral indesejado (HOLM, 2010, p. 320 *apud* FERREIRA, 2021).

A questão da gentrificação não é nosso objetivo, por isto não nos alongaremos neste debate. Porém, cabe destacar a importância deste processo que, desde os anos 1960, quando Ruth Glass cunhou o termo para explicar o que ocorria em Londres, se observa em diversas cidades, sendo o termo agora integrante do léxico dos movimentos sociais. Assim como outros conceitos – que abordaremos melhor no próximo item –, o conceito de gentrificação possui variações de acordo com a localidade e efeitos também diversos; no entanto, concordamos com Lencioni (2006) que “os conceitos são concebidos e devem revelar universalidade, por assim dizer, expressar abrangência sem

ter que expressar todas as particularidades do que está sendo considerado” (LENCIONI, 2006, p. 42 *apud* FERREIRA, 2021, p. 109), de forma que podemos falar de gentrificação tanto em Londres dos anos 1960, como em Barcelona, Berlim e Rio de Janeiro nas últimas décadas. Em muitas cidades, a gentrificação está associada ao turismo e a população protesta de inúmeras maneiras (FERREIRA, 2021), como por meio de grafites em pontos turísticos, conforme a Figura 23, que apresenta um grafite com a frase “Turista: sua viagem luxuosa, minha miséria cotidiana”.



Figura 23 - Grafite no entorno do Parque Güell, importante ponto turístico de Barcelona.
Fonte: The Guardian (2018)

Por outro lado, é importante também ressaltar que a mercadificação vai para além dos espaços urbanos, havendo uma “exacerbação da razão neoliberal”, para usar as palavras de Dardot & Laval (2017, p.7) “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida, de forma que está presente em todas as dimensões da nossa vida e do nosso cotidiano”.

A urbanização capitalista tenta destruir, então, a cidade como um comum social, político e de vivência. Porém, esse controle não irá surgir e se manter facilmente, então o espaço e o processo urbano que produzem esse controle serão os mesmos onde surgem as lutas. Afinal “o espaço que contém as pré-condições para realizar uma outra

vida é o mesmo que proíbe que tais pré-condições a tornem possível” (LEFEBVRE, 1991, p. 189)

É neste sentido que os filósofos Michael Hardt, americano, e Antonio Negri, italiano, veem o urbano desempenhando um papel análogo ao da fábrica, de tal forma que “o urbano já não é somente um local ou arena de conflitos políticos, mas se tornou um de seus principais interesses em disputa” (BRENNER, 2014, p.8). Concordamos com esta afirmação, pois, em tempos de planetarização do urbano, as contradições existentes se acirram, de tal forma que os processos de metropolização e financeirização são acompanhados de uma sucessiva despossessão da grande maioria da população. Assim, o espaço urbano tem se tornado mais desigual, fragmentado e segregado pois a produção do espaço está nas mãos de interesses privados, de uma pequena elite política e econômica que molda a cidade conforme seus desejos e necessidades.

Porém, diante “desse tumulto mundial de reorganização sócio-espacial e regulatória, estão se cristalizando novos vetores de luta social urbana” (BRENNER, 2014, p.8) e o espaço urbano emerge não só como cenário, mas também como objeto de reivindicações.

3.1. Cotidiano como potência

Para a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2005), vivemos uma crise societária que nos exige retornar a temas clássicos, como modo de vida e sociabilidade, e valorização do cotidiano e do lugar. Neste sentido, os vínculos sociais, as vivências, as experiências, a vida em sociedade e a solidariedade têm emergido como esperanças em um mundo descrente das instituições como família, religião, escola, sindicato e partido político. A crise societária, ao mesmo tempo que provoca o esgotamento de formas coletivas, institucionais e tradicionais, é também impulso para movimentos de ação, de contraposição, de experimentações e – por que não? – de utopias.

O cotidiano – entendido como dimensão na qual ocorre a vida e que é fruto da ação humana, do banal, do programado – produz o espaço e por ele é produzido, assim, pode ser um meio para novas representações da produção do espaço que fujam ao planejamento estratégico e ao trinômio homogeneização-fragmentação-hierarquização (FERREIRA, 2015). Afinal, o cotidiano incorpora não só ações subordinadas à rotina e

ao controle, como também ações novas e de ruptura, ações que comportam a dimensão da espontaneidade. Neste sentido, estas ações

não se encontram sempre orientadas por projetos estabilizados, mas por intenções muitas vezes difusas e não plenamente constituídas. Tais intenções guardam as potencialidades da modelização inovadora e não sistêmica, correspondendo à possível emergência de projetos de modernidade efetivamente múltiplos e democráticos, transculturais e identitariamente compromissados (RIBEIRO, 2000, p.242, grifo da autora)

Desta forma, faz-se necessário ultrapassar a escala do banal, do comum, do pessoal, do agora, romper com a alienação e com o cotidiano programado.

A socióloga utiliza a noção de *gestos-fio* – gestos impensados, mas que podem trazer descobertas novas e vínculos imprevisíveis – que podem ser entendidos como potências, já que são fruto da ação espontânea e podem reafirmar a sociabilidade, rompendo com a racionalização do cotidiano. Entendemos, então, que os gestos-fio são pequenas disrupções ao cotidiano programado, quando alguém supera a operacionalização e age “naturalmente”. Aqui, a autora se aproxima de Michel de Certeau (1998), para quem o cotidiano ocorre justamente pelas *artes de fazer*, as *astúcias*, as *táticas de resistência* de se viver na sociedade do consumo, entendidas como microrresistências, microliberdades ou a simples capacidade de se (re)inventar através da alteração de códigos, objetos e (re)apropriação do espaço. Certeau afirma que o *homem ordinário* inventa o cotidiano de diferentes formas, escapando à conformação da sociedade do consumo. Este homem ordinário se aproxima da ideia de *homem lento*, de Milton Santos (2017), o homem comum, do lugar, que resiste às forças externas e da globalização. Lefebvre (1967), por sua vez, ainda nos fala em *resíduos*, locais irredutíveis aos sistemas hegemônicos. Santos (2017) também fala em contraracionalidades, aquelas que, sendo deliberadas ou não, são necessárias para a sobrevivência dos mais pobres no espaço urbano.

Seja como for, o que todos esses autores apontam é que, por mais que seja hegemônico, o modelo não é único e sempre haverá resistência, mesmo que pequenas e imperceptíveis; sempre existirão grupos sociais excluídos, fora do modo de produção capitalista, que buscam novas ou outras saídas. Por isso, Lefebvre (1967) afirma que os resíduos destroem por dentro os sistemas que tentam absorvê-los; portanto, reunir os resíduos é um pensamento revolucionário. O próprio modelo dominante cria os substratos necessários para a sua superação. Neste sentido, esses homens comuns, lentos

ou ordinários, não apenas sobrevivem, mas buscam viver, através da resistência. Esta ocorre pela apropriação do espaço. Não se pode, então, renegar o pequeno, o fugaz, pois ele pode ser a porta para experiências (e resistências) maiores.

Este ponto vai ao encontro à diversidade de estratégias e ações que conformam o leque de movimentos sociais, tanto na sua temática quanto na forma de atuar.

3.2. O agente age, o ator movimenta-se: conceitualizações sobre movimentos sociais

Diante da hegemonia de valores capitalistas e da atenção prioritária às necessidades das elites, os movimentos sociais que buscam diminuir e acabar com as diferenças econômicas, sociais, políticas, culturais, constroem novos ideais. Assim, muitos buscam o direito à produção do espaço constituído pelo controle democrático da mais-valia gerada pelo neoliberalismo e a urbanização capitalista. É neste contexto que emergem os conflitos sociais, entendidos como a oposição de uma classe ou grupo à ordem social vigente – ou a elementos dela. Eles são reflexo da própria sociedade, sua história e padrões socioespaciais. Os movimentos sociais são parte das respostas dadas às tensões e contradições da sociedade e à ordem estabelecida.

Com base nas observações de Lencioni (2008a) apresentadas no item 2.2, afirmamos que a definição de um conceito depende de uma gama de fatores, de forma que o conceito de movimento social não escapa a isso, sendo “o campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existem” (TARROW, 1983, *apud* MELUCCI, 1989). A partir do pensamento de cinco autores: Maria da Glória Gohn (2011), Alberto Melucci (1989), Marcelo Lopes de Souza (2006), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001; 2002) e Miguel Ángel Martínez (2002) buscaremos exemplificar essa complexidade na conceituação de movimento social. Aqui fazemos o adendo de que “apesar do denso quadro de mobilizações e movimentos sociais no país [Brasil], a partir do fim dos anos 1970, o debate e a produção teórica caminhou lentamente até os primeiros anos deste século” (GOHN, 2011, p.335), um dos motivos pelos quais também utilizamos referências estrangeiras.

A socióloga brasileira Maria da Glória Gohn é reconhecida por sua pesquisa e reflexão acerca de movimentos sociais, tendo publicado diversos livros e inúmeros artigos sobre a temática; no entanto, não pretendemos fazer um retrospecto ou

aprofundamento de seu pensamento. De forma geral, Gohn (2011) define movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas, desde simples denúncias a passeatas, passando também por pressões indiretas, como as feitas pelas redes sociais. A socióloga ainda afirma que os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes (GOHN, 2011).

O sociólogo italiano Alberto Melucci (1989) define movimentos sociais como formas de ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, desenvolve um conflito e rompe os limites de compatibilidade do sistema em que ocorre a ação. Segundo o autor, essas características permitem separar os movimentos sociais de outros fenômenos coletivos – talvez ativismos sociais, para usar os termos do geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2006).

Este, por sua vez, pensa a definição de movimento social a partir da ideia de ativismos sociais, compreendidos como um conjunto amplo de ações sociais minimamente organizadas (SOUZA, 2006), do qual os movimentos sociais formam um subconjunto, caracterizado por uma crítica maior, possuindo, então, maior radicalidade e/ou ambição em seus objetivos, projetos políticos e ações. O geógrafo ainda diferencia os ativismos sociais em dois grupos: *stricto sensu* e *lato sensu*. Os primeiros estariam ligados à temática do acesso a equipamentos de consumo coletivo e à reprodução da força de trabalho, enquanto o segundo grupo focaria em questões mais “setoriais” – como condições de trabalho, desigualdade de gênero e de raça. Neste sentido, enquanto os ativismos estritos estão diretamente disputando o espaço – sendo ele também o objetivo –, para o segundo grupo o espaço serve como meio para a manifestação – o que não impede que a questão espacial tenha também importância.

O autor continua em sua distinção e afirma que a partir dos grupos de ativismos podemos diferenciar os movimentos, assim, teríamos quatro subgrupos: “Mero” ativismo urbano em sentido fraco, como um sindicato operário sem uma crítica social ampla; “Mero” ativismo urbano em sentido forte, como associações de moradores com caráter clientelista; Movimento social urbano em sentido fraco, como os antiglobalização; Movimento social urbano em sentido forte, como os movimentos de ocupações.

Para o também geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001), o movimento social é a mudança de lugar social, de forma que

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social e procuram ampliar os espaços de expressões (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.81)

Desta forma, os movimentos sociais resultam daqueles que se negam a permanecer na posição a que foram submetidos pela ordem vigente e, por isso, se põem em movimento, no sentido de uma busca por mudança de lugar. Assim, os movimentos sociais trazem à luz as contradições da nossa realidade – constituída tanto pelo que é agora como pelo que pode ser, mas está impedida de ser por algum fator – e, por isso, são portadores de uma possível nova ordem social. Com esta alusão, o geógrafo busca destacar o caráter de movimento como capacidade de fluir, deslocar ou circular, de forma que o espaço passaria a ser uma criação político-cultural.

O sociólogo espanhol Miguel Ángel Martínez (2002) considera como movimentos sociais apenas as ações que possuem projetos de resistência às dominações globais e que criam novos espaços de autogestão nos âmbitos de produção e reprodução públicos ou privados; de forma que os movimentos sociais “podem ser um excelente exemplo de participação transversal com altas taxas de resistência à dominação.” (MARTÍNEZ, 2002, p. 30, tradução nossa³⁵). Assim, para o autor, todos os movimentos sociais possuem um caráter emancipatório, enquanto as ações com caráter reacionário seriam contramovimentos.

Souza (2010), porém, discorda e afirma que os movimentos sociais podem possuir caráter progressista ou reacionário, segundo as mudanças (ou permanências) que buscam. Assim, seria de extrema importância acrescentar o adjetivo emancipatório quando nos referimos aos movimentos sociais que buscam a diminuição das desigualdades sociais e se opõem à ordem heterônoma vigente. Segundo o geógrafo, os movimentos sociais de caráter reacionário ou heterônomo buscam transformações sociais e políticas, porém, em um sentido oposto aos movimentos sociais progressistas ou emancipatórios. Neste sentido, eles se fundamentam em aspectos fascistas e/ou fundamentalistas religiosos e pregam transformações no sentido do sectarismo, segregacionismo e autoritarismo; entre eles podemos destacar o nazifascismo, o talibã afegão, o grupo nigeriano Boko Haram, o brasileiro Movimento Brasil Livre (MBL), o estadunidense Ku-Klux-Klan e outros movimentos apoiados no WASP (White, Anglo-

³⁵ No original: “pueden ser un excelente ejemplo de transversalidad de la participación con altas dosis de resistencia a la dominación”.

Saxon and Protestant). O sociólogo belga Geoffrey Pleyers (2018) parece ir ao encontro desta perspectiva ao afirmar que existem movimentos sociais que contribuem para manter os processos, mecanismos e atores atuais da sociedade, caracterizando-se como movimentos “de cima”, que defendem e promovem o capitalismo global financeiro e atores conservadores e reacionários.

Diante do exposto, salientamos que não é apenas a existência da exploração e desigualdade sociais que geram os movimentos sociais, é necessário que as pessoas se conscientizem e os contextualizem segundo suas noções de direitos, sentidos, valores e significados que lhes atribuem. Desta forma,

não se explicam, em última análise, sem a ajuda de uma contextualização estrutural, mas o que define sua emergência e, sobretudo, a sua agressividade, a sua permanência e a sua eficácia maiores ou menores são as condições conjunturais, que são lidas pelos sujeitos históricos no processo de constituição de sua *experiência* (SOUZA, 2006, p.287, grifo do autor).

Assim, é necessário o reconhecimento por parte das mulheres e homens de sua situação social e econômica na ordem vigente para que possam atuar – ou, usando as palavras de Porto-Gonçalves (2002), **movimentar-se**. No entanto, para movimentarmos, ou seja, agirmos, temos que considerar o significado de ator e agente (FERREIRA, 2013) para melhor entender a ação social; pois, apesar de ambas as categorias estarem ligadas ao agir, os pontos de partida são distintos.

O agente operacionaliza (“age”), sem que a ação passe pelo plano da consciência, ou seja, sem que haja intencionalidade. Age-se por necessidade, por estar vinculado a uma subjetividade coletiva/cultural. O agente, por vezes, banaliza a lógica vigente e se configura como “uma espécie de produto do sistema” (FERREIRA, 2013, p.56). Assim, apesar do agente ser um realizador de ações, não é ele quem as concebe, mas sim o ator.

A noção de ator, por sua vez, “incorpora autonomia, capacidade reflexiva e a própria manipulação” (FERREIRA, 2013, p.55). Neste sentido, o ator “atua” reflexivamente, estrategicamente, inventivamente, colocando em disputa conhecimento e estratégias. Nega-se, então, a ideia do ator preso a um roteiro pré-estabelecido. O sujeito, ao “ativar” seu lado ator é capaz de transformar as relações sociais, econômicas e políticas, de forma que adquire protagonismo em seu próprio destino.

O ser humano, como sujeito, incorpora ambas as categorias – ator e agente –, e como forma de se sustentar na vida, não indaga em todos os momentos. Assim possui

um duplo papel, pesando a cada instante para cada lado: às vezes mais agente, às vezes mais ator. Porém, em uma ação de resistência, o sujeito é sempre ator. Assim, quando falamos de sujeitos de resistência, transformadores, falamos a partir do âmbito do ator, sendo ele o que se movimenta.

Acreditamos que as conceitualizações apresentadas não são opostas entre si e apresentam um fio condutor único: a ação coletiva. A partir desse fio, podemos usar as conceitualizações como complementares, entendendo, então, os movimentos sociais como ações coletivas compreendidas por atores que possuem ou busquem projetos de modificação da ordem vigente. Neste sentido, optamos aqui por falar de movimentos sociais sempre em seu caráter emancipatório e transformador.

Retomamos a socióloga Maria da Glória Gohn para afirmar que os movimentos sociais

representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos”.

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (GOHN, 2011, p. 336)

Neste sentido, concordamos com a autora que os movimentos sociais têm, historicamente, contribuído para organizar e conscientizar a sociedade a partir de suas demandas, práticas e ações, conformando uma ampla gama de temáticas e estratégias. As primeiras décadas deste século trouxeram consigo a propagação das ações coletivas, indo desde a radicalização de processo democrático ao ressurgimento de movimentos tidos como tradicionais.

Os movimentos sociais são tão amplos que existem os que advogam em prol de mudanças em normas ou leis, outros que se dedicam a mudanças no sistema de valores atuais como um todo; alguns são considerados pacíficos, adotando estratégias de não-violência e de resistência civil, mas outros podem recorrer à violência e, por vezes, podem adquirir aspectos mais próximos ao paramilitarismo e ao terrorismo, como o caso das FARC e do Al-Qaeda. Ainda, existem movimentos de escala global, como o Fórum Social Mundial, mas ainda vemos que a maioria dos movimentos luta por mudanças a nível local e/ou regional, mesmo que existam em diferentes partes do mundo.

Para exemplificar, citamos que existem movimentos sociais voltados para a questão urbana, que lutam desde o direito à moradia, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), à preservação de equipamentos de lazer – como o movimento Parque Augusta, em São Paulo, e Parquinho Verde, no Rio de Janeiro –, mas também existem movimentos que advogam em prol de questões identitárias, como gênero, raça e sexualidade, e outros que resgatam questão há muito tempo “perdidas” – como o *bien vivir* na Bolívia e no Equador. As figuras abaixo (da Figura 24 a Figura 35) buscam demonstrar a variedade de movimentos sociais.



Figura 24 - Movimento sufragista feminino, na Filadélfia (EUA), em 1917
Fonte: Site Britannica



Figura 26 - Manifestação do movimento antiapartheid, na África do Sul
Fonte: Site Hypeenness.



Figura 25 - Marcha em Washington (EUA), do Movimento pelos Direitos Civis, em 1963.
Fonte: Site Britannica



Figura 27 - Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)
Fonte: Site do MST.



Figura 28 - Manifestação dos *piqueteros* em Buenos Aires (Argentina), em 2001
Fonte: *Site Outras Palavras*.



Figura 29 - Símbolo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Fonte: *Site do MAB*.



Figura 30 - Manifestação organizada pelo movimento negro em Belo Horizonte, em 2021
Fonte: *Site do Brasil de Fato*.



Figura 31 - Movimento pelos direitos ao aborto, Buenos Aires (Argentina), em 2020
Fonte: *Site G1*.



Figura 32 - Caminhada mulheres em território zapatista (México), em 2018
Fonte: *Site A Pública*.



Figura 33 - Manifestação no mês do orgulho LGBTQIA+, em Nova York (EUA), em 2021
Fonte: *Site da CNN Brasil*.



Figura 34 - Bandeiras e faixas de apoio ao movimento independentista catalão, em Barcelona (Espanha), 2018
Fonte: *Acervo pessoal*



Figura 35 - Pintura em apoio ao movimento feminista, Barcelona (Espanha), 2018.
Fonte: *Acervo pessoal*.

A diversidade de pautas e formatos dos movimentos sociais, de acordo com suas demandas, localidade e tempo histórico, impede que seja estabelecida uma fórmula única; no entanto, de uma forma ou outra, acreditamos que os movimentos sociais têm ressignificado os ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade, apresentando-se como ideários de construção de novas sociedades.

Segundo Geoffrey Pleyers (2018)

O pensamento e as práticas da emancipação no século XX estiveram dominados por um modelo de mudança social centrado em uma estratégia de duas etapas: a tomada de poder do Estado (por vias eleitorais ou revolucionárias), seguida pela transformação da sociedade a partir do Estado. Como resume John Holloway (2002: 29): “Durante mais de cem anos os sonhos daquele que desejavam um mundo adequado para a humanidade foram burocratizados e militarizados, tudo para que um governo ganhasse o poder estatal para, então, ser acusado de ‘trair’ o movimento que o levou até ali”.

A queda do Muro de Berlim deu uma teatralização ao fracasso desta perspectiva e propulsionou ao mundo e aos movimentos sociais na história global do século XXI (Hobsbawm, 2002). Na década de 1990, a globalização foi dominada pelas políticas econômicas neoliberais, que rapidamente conquistaram os países do antigo bloco do Leste, mas também os países não-alinhados de Bandung, desde a volta ao capitalismo na China, as reformas de 1991 na Índia e o domínio das políticas neoliberais em quase todos os países da América Latina. O fracasso do modelo soviético também promoveu uma desideologização, que além de tudo foi, em muitos casos, sinônimo de despolitização.

Frente a este triplo desafio da globalização, do domínio do neoliberalismo e da despolitização da sociedade civil institucionalizada, os atores e movimentos sociais reinventaram as vias para voltarem a ser atores de sua vida e seu mundo (PLEYERS, 2018, p.46, tradução nossa³⁶)

O autor ainda salienta que os movimentos observados na última década têm se aproximado da “via da subjetividade”, a partir de um ativismo que se constrói por meio da experiência, experimentação e espaços de experiências. Tal afirmação vai ao

³⁶ No original: “El pensamiento y las prácticas de la emancipación en el siglo XX estuvieron dominados por un modelo de cambio social centrado en una estrategia en dos etapas: la toma del poder del Estado (por vías electorales o revolucionarias), y luego, la transformación de la sociedad a partir del Estado. Como lo resume John Holloway (2002: 29): “Durante más de cien años los sueños de aquellos que han querido un mundo adecuado para la humanidad se han burocratizado y militarizado, todo para que un gobierno ganara el poder del Estado y que, entonces, se lo pudiera acusar de ‘traicionar’ el movimiento que lo llevó hasta allí”.

La caída del Muro de Berlín dio una teatralización al fracaso de esta perspectiva y propulsó al mundo y a los movimientos sociales en la historia global del siglo XXI (Hobsbawm, 2002). En la década de 1990, la globalización fue dominada por las políticas económicas neoliberales, que rápidamente conquistaron los países del desaparecido bloque del Este, pero también los países no-alineados de Bandung, desde la vuelta al capitalismo en China, las reformas de 1991 en India y el dominio de las políticas neoliberales en casi todos los países de América Latina. El fracaso del modelo soviético también promovió una desideologización, que además fue en muchos casos sinónimo de despolitización.

Frente a este triple desafío de la globalización, del dominio del neoliberalismo y de la despolitización de la sociedad civil institucionalizada, los actores y movimientos sociales reinventaron las vías para volverse actores de su vida y de su mundo”.

encontro à arquiteta e urbanista brasileira Marina Sanders Paolinelli e ao geógrafo brasileiro Thiago Canettieri (2019) que afirmam que os movimentos sociais não podem mais serem vistos como de ação institucional ou ação direta, como exemplificam com os movimentos de moradia de Belo Horizonte. Os movimentos possuem ação direta, ação institucional e ação cotidiana – ou da experiência? – de forma que

a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (GALEANO, 2004, *apud* FERREIRA, 2016, p. 2)

Defendemos, então, que os movimentos sociais devem ser vistos sob múltiplas dimensões, ultrapassando a ideia de que uma ação coletiva só é um movimento social quando luta pela transformação e superação do capitalismo. Assim, é necessário pensar nas urgências para mirar as utopias. Neste sentido, concordamos com a cientista social brasileira Irene de Queiroz e Mello (2014) no sentido de que não existe pensamento sem utopia, pois sempre se estará em busca de uma nova orientação ou possibilidade. Assim, a utopia é a antecipação imaginária de um objetivo, sendo parte da realidade e, também, dos movimentos sociais. De forma que o impossível não é uma idealização ingênua, mas uma reflexão crítica sobre as condições atuais, fazendo parte do processo de transformação pensar o impossível possível.

3.3. Ocupações: enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito!³⁷

Neste item buscaremos explorar o conceito de ocupações e como elas se configuram como um movimento social de grande potencial, ao se aproximarem de uma efetiva Reforma Urbana e possibilitam mudanças na sociedade, bem como ao se posicionarem contra os fundamentos da ordem urbana capitalista. Entendemos que muitas vezes as ocupações são ações emergenciais, para atender às necessidades básicas das pessoas, no entanto, aqui buscamos vê-las como um conjunto diverso de ações que podem, sim, se configurar como movimento social, sendo um “movimento social com seu específico papel na luta pela reconstrução da sociedade, especialmente nas grandes

³⁷ Frase reivindicativa usada por movimentos de ocupação.

cidades” (DRAAISMA e HOOGSTRATEN, 1983, *apud* SOUZA, 2006, p.306, tradução nossa³⁸), como procuraremos demonstrar .

As ocupações, enquanto movimento social, são por vezes tratadas como algo novo. Este é um debate em que não pretendemos entrar pois concordamos com o sociólogo belga Geoffrey Pleyers, ao afirmar que

O debate sobre a "novidade" de um movimento social ou de uma forma de ação é frequentemente uma "armadilha analítica" para os sociólogos: existem sempre antecedentes para um movimento ou uma forma de ação, mas nunca é apenas uma reprodução de táticas passadas. Ao invés de insistir na novidade ou, ao contrário, na repetição de práticas já experimentadas em décadas ou séculos anteriores, a sociologia ganha em relevância quando se concentra na análise da experiência, do significado, dos obstáculos, das lógicas de ação e da evolução dos que adotam estas práticas, com base na análise de movimentos similares no passado, mas sem pensar em termos de inovações radicais ou na simples reprodução de modos de ação". (PLEYERS, 2018, pp. 27-28, tradução nossa³⁹).

Neste sentido, salientamos apenas que as ocupações são formas de agir muito mais antigas do que o mais recente interesse acadêmico e midiático sobre elas. Desta forma, mais importante que nos alongar no debate sobre o caráter de inovação ou não de um dado movimento, é mostrar como são suas experiências, significações e lógicas.

Conforme dito anteriormente, o trabalho se debruça nas diversas ocupações que conhecemos ao longo dos anos, mas acreditamos que vale uma breve contextualização de algumas delas para melhor entendimento de onde partimos.

Em Barcelona, primeira cidade onde entramos em contato com o mundo *okupa*, conhecemos diversas ocupações que funcionam como Centro Sociais Autogestionados, entre elas *Can Vies*, *Kasa de la Muntanya*, *Ateneu La Porka*, *El Banc Expropiat de Gràcia* e *Ateneu L'Entrebanc*. Elas se caracterizam por serem espaços autônomos criados por pessoas com afinidades esquerdistas, onde se desenvolvem atividades contraculturais, sociais e políticas (CAMINHA, 2015). Por vezes, surgem como

³⁸ No original: “the squatter movement has become a social movement with its own specific role in the struggle for the reconstruction of society, especially in big cities”.

³⁹ No original: “El debate sobre la “novedad” de un movimiento social o de una forma de acción es a menudo una “trampa analítica” para los sociólogos: siempre existen antecedentes a un movimiento o a una forma de acción, pero nunca se trata únicamente de una reproducción de tácticas pasadas. Más que insistir en la novedad o, al contrario, en la repetición de prácticas ya experimentadas en las décadas o los siglos anteriores, la sociología gana en relevancia cuando se enfoca en analizar la experiencia, la significación, los obstáculos, las lógicas de acción y la evolución de los actores que adoptan estas prácticas, apoyándose en el análisis de movimientos similares del pasado, pero sin pensar ni en términos de innovaciones radicales, ni de simple reproducción de modos de acción”.

resposta à pequena quantidade de espaços públicos de sociabilidade e também à burocracia estatal para estabelecimento de locais comerciais. Nos centros sociais, desenvolvem-se diversas atividades abertas, como oficinas, assembleias, cursos, bibliotecas etc (Figura 36.) A partir de 2011 se observou na cidade de Barcelona o surgimento de ocupações com fins de se estabelecer centros sociais na em antigas agências bancárias (Figura 37), fechadas após a crise de 2008, como é o caso das três últimas ocupações citadas.



Figura 36 - Biblioteca social Conxa Perez, no Ateneu L'Entrebanc.
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 37 - Parte externa do El Banc Expropiat.
Fonte: Acervo pessoal.

Ainda em Barcelona, conhecemos a ocupação *Vall de Can Masdeu*, situada em uma área periurbana, na divisa entre a região metropolitana de Barcelona e a região dos

vales, ocupando 35 hectares. A ocupação conta não só com um prédio central, mas também com uma extensa área externa onde são implantadas hortas, espaços de convivência e algumas moradias (Figura 38); e conta com cinco projetos: vida comunitária, assembleia de Hortos Comunitários, *Punt d'Interacció de Collserola* (PIC) – ou Ponto de Interação de Collserola –, educação agroecológica e projetos de permacultura. As pessoas que ali vivem abrem seu espaço para a população externa em festas e “dias abertos”, quando desenvolvem atividades e oficinas, em especial no PIC, voltadas para a agroecologia, permacultura, artesanato, dança, teatro e pensamento crítico (Figura 39).



Figura 38 - Vista das hortas e edifício principal de *Can Masdeu*.
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 39 - Atividades do SqEK, em *Can Masdeu*.
Fonte: Miguel A. Martínez, modificada.

No Brasil, salientamos as ocupações Manoel Congo e Solano Trindade, ambas organizadas pelo MNLM. Como muitas ocupações brasileiras, elas buscam, antes de tudo, suprir o déficit habitacional, porém, também buscam desenvolver atividades que ajudem na subsistência e geração de renda. A Manoel Congo é composta por um edifício localizado na Cinelândia, na área central do Rio de Janeiro, sendo atendida por uma diversidade de equipamentos, sejam eles comerciais, culturais, educacionais, de saúde e de mobilidade.



Figura 40 - Edifício da ocupação Manoel Congo, no Rio de Janeiro.
Fonte: Rodrigo Brayner.

A Solano Trindade, por sua vez, localiza-se no bairro de São Bento, Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em um terreno de 45 mil m² que já abrigou o Centro Panamericano de Febre Aftosa. Além de um edifício central (Figura 41), o terreno conta com outros em estado de maior degradação e uma ampla área verde livre (Figura 42), que possibilita a execução de projetos agrícolas e agroecológicos.



Figura 41 - Edifício principal da Solano Trindade.
Fonte: Catálise (2016).



Figura 42 - Construção no terreno da Solano Trindade.
Fonte: Catálise (2016).

Em nossa dissertação de mestrado (CAMINHA, 2015), nos propusemos a realizar uma pesquisa aprofundada sobre a categoria “ocupação”, no entanto, neste momento, iremos salientar alguns aspectos que consideramos mais relevantes para sua conceitualização.

Aqui nos remetemos, novamente, a algumas das observações de Lencioni (2008a) acerca da construção de conceitos, para entendermos que as ocupações fazem parte da constituição de nossas sociedades independentemente de serem vistas como um conceito ou uma categoria de análise. Então, se concordamos com a afirmação de que “todos somos descendentes de okupas” (WARD, 1980, *apud* MARTÍNEZ, 2002, p.97), negar uma conceitualização de ocupações não fará com que elas deixem de existir: afinal,

as ocupações são parte do processo de formação socioespacial urbano. As figuras abaixo (Figura 43 a Figura 49) servem para ilustrar a diversidade de lugares nos quais as ocupações existem, para além dos citados ao longo da tese.



Figura 43 - Casa ocupada em maio de 2022, em Amsterdam (Holanda)
Fonte: Squat!net



Figura 44 - Casa de oligarca russo ocupada em março de 2022, em Londres (Reino Unido), em apoio a refugiados ucranianos.
Fonte: Squat!net



Figura 45 - Kasa invisível, ocupação em Belo Horizonte desde 2013.
Fonte: *Instagram* Kasa Invisível



Figura 46 - Espaço Comum Luiz Estrela, ocupado em 2013, em Belo Horizonte.
Fonte: *Instagram* Espaço Comum Luiz Estrela.



Figura 47 - Ocupação Klinika, em Praga (República Checa), entre 2014 e 2019.
Fonte: Squatl!net



Figura 48 - Broadway Squats, edifícios ocupados em 2000, em Sidney (Australia).
Fonte: <https://web.archive.org/web/20120303081238/http://squatspace.com/history/index.php>



Figura 49 - Linha do tempo de ocupações na Suécia.
Fonte: Acervo pessoal.

Em nossa busca de conceituar o termo, entendemos que o universo de ocupações é amplo e varia de acordo com cada localidade e pessoas que ocupam. Nossa proposta de conceituação visa atender às semelhanças e não às diferenças desse universo. A primeira característica a ser observada é que ocupação só pode ser entendida em relação à propriedade privada, pois “Ocupação urbana é viver em - ou usar - uma habitação, sem o consentimento do proprietário” (PRUIJT, 2013, p. 17, tradução nossa⁴⁰).

Assim, de forma geral, as ocupações surgem como uma resposta ao déficit habitacional – conforme a Figura 50 –, não sendo à toa que se tornaram uma das principais formas de ação de diversos movimentos organizados de moradia. No Brasil destacamos as Brigadas Populares, a Frente de Luta pela Moradia (FLM), a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), o Movimento das Famílias Sem Teto (MFST) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); mas também vale mencionar o *Jeudi Noir* e o *Droit au Logement* (DAL), na França, e a própria PAH, na Espanha.



Figura 50 - Tirinha “Sobre uma ocupação” que resume a vida de diversos ocupantes no Brasil. Fonte: desconhecida. Autoria: Natália Reis e João Nakacima.

⁴⁰ No original: “Urban squatting is living in – or otherwise using – a dwelling without the consent of the owner”.

No entanto, conforme aponta a cientista social brasileira Débora Cristina Goulart (2011), a ocupação não foi a forma preferida de ação dos movimentos sociais urbanos logo após o fim da ditadura militar no Brasil⁴¹. A autora atribui isto ao clima de “diálogo” entre os diversos atores urbanos e também de reordenamento nas formas de organização e enfrentamento dos movimentos sociais. Entretanto, não deixa de apontar a importância do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que nos anos 1990 já era bem estruturado e oferecia suporte para seu “braço” urbano, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), para a difusão desse tipo de ação. Aproveitamos para salientar que, como nossa pesquisa se debruça sobre o espaço urbano e metropolizado, entendemos não ser necessário sempre frisar que nos referimos às ocupações neste espaço. No entanto, para efeito de clareza, salientamos que neste trabalho não nos referimos às ocupações que ocorrem no espaço rural, como as empreendidas pelo MST, mas que concordamos com Goulart (2011) sobre sua importância para as que aqui tratamos, as urbanas.

O questionamento à propriedade privada não surge como uma prática anticapitalista, mas como uma exigência do cumprimento da função social da propriedade, prevista em diversas constituições nacionais, inclusive na brasileira – que ainda se apoia no Estatuto da Cidade, de 2001 – e na espanhola (CAMPOS & MARTÍNEZ, 2020).

Seguindo o pensamento do sociólogo holandês Hans Pruijt (2013), acreditamos que uma segunda característica das ocupações é a busca por seu estabelecimento a longo prazo. De forma que,

Ocupantes tomam edifícios com a intenção de utilização a relativo longo prazo. [...] O “relativo longo prazo” significa que a ocupação tem a intenção de fazer uso a longo prazo, porém não necessariamente pelas mesmas pessoas. De fato, em algumas ocupações os moradores mudam rapidamente (PRUIJT, 2013, p. 17-21, tradução nossa⁴²).

⁴¹ Campos e Martínez (2020) mencionam as primeiras ocupações ainda nos anos 1980, porém, retomamos o dito em nossa dissertação: “É difícil precisar com exatidão quando surgiram as ocupações organizadas no Brasil, mas diversos autores apontam para o final da década de 1990 e a cidade de São Paulo como ponto de partida. Neste sentido, Neuhold (2009) cita a ocupação, em 1997, de um casarão em Santa Cecília (São Paulo) como a primeira ocupação organizada. Nos anos seguintes o número de ocupações aumentou, segundo os levantamentos da autora, que ainda mostra a diferença entre as ocupações organizadas que emergiam e as já existentes” (CAMINHA, 2015, p.88).

⁴² No original: “Squatters take buildings intending relatively long-term use. Urban squatting can be distinguished from squatting on vacant land. [...] Relatively long-term use’ means that the squatting action is intended to make relatively long-term use possible, though not necessarily by the same people. In fact, in some squats inhabitants and users come and go in rapid succession”.

Vale ressaltar que ao falar de ocupação urbana, não estamos falando da ocupação de praças ou outros espaços públicos – subutilizados ou não – temporariamente por coletivos, como durante os movimentos *occupy* ou nossa própria experiência com “O Passeio é Público”. Estes movimentos ocorreram a partir da crise de 2008 e tiveram seu auge em 2011, quando diversas praças e ruas na Europa e nos Estados Unidos foram ocupadas como protesto contra a desigualdade econômica e social e a corrupção, sendo *occupy* o nome dado ao movimento.

Essa distinção fica clara quando acionamos outros idiomas, como o inglês ou espanhol, no qual a ocupação urbana que aqui pretendemos abordar é definida pelas palavras *squatting*⁴³ e *okupa*⁴⁴, respectivamente. Porém, é de suma importância ressaltar que os movimentos *occupy* (conhecido como 15M na Espanha) e *squatter* se relacionam, sendo diversas as manifestações de apoio mútuo. Em sua análise sobre a convergência entre os movimentos, os sociólogos espanhóis Miguel Martínez e Ángela García afirmam que

o movimento ‘okupa’ converge com o 15-M desde o primeiro momento em que os acampamentos nas praças são configurados de forma autônoma, autogerida e baseada em assembleias. Posteriormente, com as contínuas interações entre ativistas com experiência em ocupações e novos ativistas do 15-M, os fluxos de ajuda mútua aumentam, primeiro pelo uso dos centros sociais ‘okupados’ pelos grupos de trabalho do 15-M, e depois juntando-se a eles (MARTÍNEZ; GARCÍA, 2015a, p.158, tradução nossa⁴⁵).

No entanto, fazem questão de explicar que convergência não significa a transformação de ambos em um só movimento, se refere, pois,

a uma abordagem e compreensão mútuas, em primeiro lugar, e a uma colaboração contínua e sustentada, em segundo lugar. Isto implica mais do que uma aliança estratégica. O intercâmbio de apoio mútuo evolui para uma contaminação mútua dos seus repertórios de ação e identidades. Assim, ambos (ou mais) os movimentos reforçam-se mutuamente, mantendo a sua respectiva autonomia, sem que nenhum deles governe o(s) outro(s). Depois de um tempo de caminharem juntos, podem separar-se e

⁴³ Na língua inglesa, *squat* significa ocupação, *squatting* é ocupar e *squatter* se refere a quem ocupa.

⁴⁴ No idioma espanhol, a letra “k” é utilizada no lugar de “c” e “q” como forma de protesto e de inconformidade, assim, ocupar é escrito como *okupar*, enquanto ocupação pode ser designada como *okupación* ou como *okupa* – palavra que também se refere aos que ocupam.

⁴⁵ No original: “el movimiento ‘okupa’ converge con el 15-M desde el primer momento en que las acampadas en las plazas se configuran de forma autónoma, autogestionada y asamblearia. Posteriormente, las continuas interacciones entre activistas con experiencia en la ‘okupación’ y nuevos activistas del 15-M incrementan los flujos de ayuda mutua que comportan una utilización de los centros sociales ‘okupados’ por los grupos de trabajo del 15-M, primero, y una incorporación a los mismos, después”.

tomar novamente os seus próprios caminhos independentes. (MARTÍNEZ; GARCÍA, 2015, p.176, tradução nossa⁴⁶).

A distinção entre os movimentos é importante pois a palavra “ocupação” tem sido acionada por diversos movimentos e coletivos. Neste sentido, salientamos que a ocupação temporária de espaços públicos é parte integrante do lazer urbano – mesmo que tenha adquirido um tom mais crítico (como demonstra a Figura 51) – e destacamos o caso do carnaval brasileiro, em especial o carioca. Em sua pesquisa, o produtor cultural e jornalista brasileiro Victor Belart afirma que nos últimos anos

o carnaval de rua tido como “não oficial” passa a fortalecer-se cada vez mais e, junto dele, aparecem múltiplas iniciativas Piratas e que rechaçam uma procura por formalizações oficiais diante da Prefeitura, inclusive como tática de resistência a suas sequenciais demandas. [...] os microeventos, cortejos, blocos e festas surgiram como alternativa em um novo entendimento e formato de experimentação deste espaço urbano. (BELART, 2020, pp. 27-40).

Atualmente, Victor Belart possui um perfil no Instagram dedicado ao que chama de “Cidade Pirata”, não só divulgando tais ocupações, como também trabalhando a conceituação e simbologia delas⁴⁷. Este é o caso de inúmeras *raves* que acontecem na Europa, ou dos eventos organizados no Viaduto Laranjeiras⁴⁸.

No entanto, no nosso entendimento, essas ocupações se assemelham mais ao conceito de Zona Autônoma Temporária (TAZ, do inglês *Temporary Autonomous Zone*) do que à conceituação de ocupação que aqui apresentamos. Afinal,

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. Uma vez que o Estado se preocupa primordialmente com a Simulação, e não

⁴⁶ No original: “a mutual approach and understanding, first of all, and a continuous and sustained collaboration, secondly. This entails more than a strategic alliance. The exchange of mutual support evolves to mutual contamination of their repertoires of action and identities. Thus, both (or more) movements reinforce each other while keeping their respective autonomy, without any of them ruling the other(s). After a time of walking along together, they may become separated and again take their own independent ways.”

⁴⁷ Para mais, acessar <https://www.instagram.com/cidadepirata/>

⁴⁸ Este caso é muito interessante, pois partiu de uma ação pessoal do produtor cultural carioca Marcos Quental de aproximação a algumas pessoas que vivem embaixo do Viaduto Engenheiro Noronha, que dá acesso ao Túnel Santa Bárbara, importante meio de ligação entre as zonas Sul e Norte do rio de Janeiro. Além de organizar ceias natalinas com elas, o produtor começou a realizar eventos no local como a transmissão de jogos da Copa do Mundo de Futebol, em 2018, e festas juninas. Sempre buscando dar visibilidade às pessoas que ali vivem, vide divulgações em vídeo e campanhas de conscientização e arrecadação – conforme a Figura 51 – feitas no Instagram (Para mais, acessar <https://www.instagram.com/viadutolaranjeiras/>).

com a substância, a TAZ pode, em relativa paz e por um bom tempo, "ocupar" clandestinamente essas áreas e realizar seus propósitos festivos. (BEY, s/ data, p. 4).

Estamos ocupando um local que é a casa de pessoas. Por conta disso, temos responsabilidades com o espaço.

Haverá arrecadação de agasalhos para os moradores, que desde 2016 se relacionam com algumas ações culturais do viaduto. A Festa Junina não acontece desde 2019.

Figura 51 - Campanha de conscientização e arrecadação realizada pela organização da “Festa Junina do Viaduto Laranjeiras”, ocorrida em junho de 2022.

Fonte: Instagram @viadutolaranjeiras.

Por fim, também cabe fazer um adendo sobre a diferenciação entre o que entendemos como ocupações e espaços como favelas, cortiços e loteamentos. Partindo do pressuposto que “o simples fato de se ocupar propriedades vazias não implica uma alteração das regras do jogo, mas apenas uma transgressão parcial de algumas delas” (CATTANEO; MARTÍNEZ, 2014, p. 27, tradução nossa⁴⁹), afirmamos que as quatro se conformam como tipologias habitacionais de “viração” dos hiperprecariados para atender às suas necessidades básicas e se estabeleceram historicamente como fenômenos que caracterizam parte da urbanização de diversos países, entre eles o Brasil. No entanto, as três últimas se caracterizam por serem processos mais espontâneos em busca pela habitação mas também, em parte, por estarem submetidas à lógica mercantil, havendo aluguel e/ou venda de casas, lotes ou cômodos. Ocupações, por outro lado, conforme buscamos conceituar, são ações políticas e contestatórias sem caráter mercantil⁵⁰. No entanto, não queremos – nem devemos – ser totalmente utópicos e nos afastarmos da realidade cotidiana. Assim, admitimos

que uma ocupação possa adquirir caráter mercantil, por isso o trabalho de formação política dos ocupantes é importante. Entendemos que nenhuma atividade é 100% contestatória, pois também almeja a reprodução da vida, o atendimento de necessidades individuais; mas também não é totalmente mercantil, pois sempre provoca, pelo simples fato de existir, um outro olhar ao redor, uma nova forma de se apropriar do mundo. (CAMINHA, 2015, p. 18)

⁴⁹ No original: “The mere fact of occupying empty properties does not entail a change in the rules of the game, but only represents a partial transgression of some of them”.

⁵⁰ Ressaltamos, porém, que em diversas ocupações há cobrança de mensalidades ou cotas para a manutenção e/ou reformas dos locais. No entanto, não dever haver cobrança de aluguel ou venda.

Ademais, para além da visão de fora, defendemos que devemos nos referir a esses espaços **como os que ali vivem se referem a ela**. E aqui aproveitamos para citar o caso das ocupações da Izidora, em Belo Horizonte. Segundo o grupo Indisciplinar (UFMG), entre 2010 e 2013, a região da Izidora, localizada no limite com o município de Santa Luzia e uma grande área ambiental, começou a ser ocupada por diversas famílias, em especial após 2013, como resposta à tentativa de estabelecer uma operação urbana que previa o adensamento da região para a construção de habitações para as classes média e alta. Atualmente existem quatro ocupações na região: Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória; que abrigam aproximadamente 5 mil famílias. Apesar de hoje poder ser observado um caráter mercantil nas ocupações, em especial com a venda de lotes, as lideranças comunitárias, as moradoras e moradores da Izidora utilizam o termo “ocupação” para se afirmar – e até mesmo se diferenciar⁵¹.

Também defendemos que as ocupações não são gentrificadoras, ou ao menos não é o seu intuito tal prática, ao contrário, a ocupação é uma forma de se evitar movimentos ditos “revitalizadores”, aumento de aluguéis e a própria gentrificação. No entanto, alguns autores, como Martínez (2015) e Pruijt (2013), têm apontado que a ocupação pode se tornar uma pré-condição para a gentrificação, na medida em que transformam edifícios antes ociosos em espaços com vida. A “gentrificação como efeito adverso das ocupações seria uma contradição fundamental deste movimento” (MARTÍNEZ, 2015, p.35, tradução nossa⁵²). Entendemos que se o capitalismo, assim como o espaço urbano produzido por ele e os movimentos sociais, possuem contradições, não poderia ser diferente com as ocupações.

Como um movimento social, as ocupações estão em constante mudança. Martínez (2002) afirma que houve uma “evolução” das ocupações, saindo do caráter exclusivamente residencial como fim último para uma ampla rede de projetos políticos. Em seu artigo conjunto, os sociólogos franceses Thomas Aguilera, Florence Bouillon, Baptiste Colin e Cécil Péchu afirmam que, após maio de 1968, as ocupações se

⁵¹ Por vezes, moradores e moradores se referem às comunidades vizinhas, em Santa Luzia, como “invasões” – termo que iremos discutir adiante. Desde o início, as ocupações contaram com o apoio de movimentos sociais organizados, como a Brigadas Populares e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), além de grupos de pesquisa, como o Práxis e o Indisciplinar da UFMG, e organizações de classe, como o Arquitetos Sem Fronteira (ASF) e o Coletivo de Advogadxs Populares Margarida Alves. Assim, acreditamos que toda essa rede de apoio ajudou a que as ocupações ganhassem relevância e destaque na mídia, mas também influenciou as pessoas que ali vivem – através da troca de saberes e ações de conscientização e sensibilização.

⁵² No original: “gentrification as a side effect of squatting would be a key contradiction of this movement”.

espalharam pelos países europeus com uma nova pauta "por uma utopia coletiva e comunitária, com uma forte oposição ao sistema capitalista. [Propunham] o cultivo de relações de vizinhança, oferecendo ao mesmo tempo espaços culturais e lugares alternativos" (AGUILERA; BOUILLON; COLIN; PÉCHU, 2018, p. 294, tradução nossa⁵³).

Sendo um retrato da dinâmica política e econômica em que vivemos, as ocupações surgem não só da espoliação do trabalhador, mas também de suas ações subversivas e contestatórias, a partir do momento em que ele percebe e sua situação social e econômica⁵⁴. Neste sentido, os processos subjetivos são de extrema importância, pois, é através deles que a pessoa irá se sensibilizar em relação à sua situação social e econômica para, então, atuar (ou não). Assim, as ocupações possuem não apenas uma dimensão material, mas também uma dimensão simbólica, que entendemos como sua característica que se reflete na transformação dos modos de vida e na maior importância dada ao valor de uso em relação ao valor de troca.

A pesquisa do sociólogo italiano Claudio Cattaneo (2013; 2018) em torno da economia das ocupações nos ajuda a entender a dinâmica do cotidiano. Ele afirma que “a maneira mais fácil de explicar a economia dos ocupantes é mudar o foco do uso do dinheiro para o uso do tempo e da procura por qualidade de vida” (CATTANEO, 2018, p. 148, tradução nossa⁵⁵), como buscamos demonstrar ao longo de nosso texto.

Entre as características que privilegiam o valor de uso ao valor de troca, podemos citar primeiramente a própria reabilitação dos edifícios ocupados. No Brasil, esses momentos são comumente conhecidos como “mutirões”, seja para reformas ou novas construções, e contam com o trabalho coletivo de ocupantes e, às vezes, de pessoas apoiadoras. Aqui vale recordar a reconstrução do CSA *Can Vies*, em Barcelona. Mutirões em larga escala não são tão comuns em ocupações europeias, no entanto, após a ampla mobilização em escala nacional que conseguiu parar o despejo e demolição de *Can Vies*, em 2014, inúmeros voluntários iniciaram a reconstrução, com materiais

⁵³ No original: “for a collective and communitarian utopian in a strong opposition to the capitalist system. They propose to cultivate neighborhood relationships, while offering cultural spaces and alternative places”.

⁵⁴ Lembramos que “o que é pessoal é também político”, portanto, ao mudar nosso mundo, mudamos a nós mesmos, mudamos nossas lógicas internas e vice-versa. Em outras palavras, devemos ativar o nosso arquiteto rebelde – uma metáfora criada por Harvey (2009) para nossa própria condição de atores de nossas práticas cotidianas - que possibilita reconstruir nosso mundo e agir para obter mudanças no nosso cotidiano e no espaço.

⁵⁵ No original: “the easiest way to explain the economy of the squatters is to change the focus from the use of money to the use of time and to the pursuit of quality of life”.

doados ou obtidos por meio de venda de bebidas e comidas e financiamento coletivo (CAMINHA, 2015). Nas fotos a seguir, é possível ver um pouco deste momento (Figura 52, Figura 53, Figura 54, Figura 55 e Figura 56).



Figura 52 - CSA Can Vies quatro dias após o despejo.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Figura 53 - Mutirão de reconstrução de Can Vies
Fonte: [Squat!net]



Figura 54 - Mutirão de reconstrução do CSA Can Vies.

Fonte: [Squat!net].



Figura 55 - Mutirão de reconstrução de Can Vies.

Fonte: [Squat!net].



Figura 56 - CSA Can Vies no 2º dia de reconstrução.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outra característica é a prática de governanças horizontais e autogestionárias, que serão melhor abordadas no próximo capítulo, mas que também lutam contra relações de gênero e patriarcais definidas no cotidiano de tarefas domésticas. Além da existência de práticas não comerciais que ajudam a incluir as pessoas que não teriam acesso a elas pelos meios tradicionais, como cursos e oficinas gratuitos ou a baixo custo, além de vendas em eventos a preços acessíveis.

A prática do “faça você mesmo” (*do-it-yourself*) é outra característica presente em muitas ocupações, refletida não só nos “mutirões” citados acima, mas também na autoprodução de alimentos, na manutenção das redes elétrica e hidráulica ou em qualquer atividade que só necessite o material. O conhecimento do fazer é das próprias pessoas que ocupam.

Por fim, como última e fundamental característica, salientamos a existência dos espaços coletivos, “possibilitando o encontro dos moradores, mobilização e construção da coletividade, e também permitindo a aproximação e convívio com os residentes do entorno” (CAMPOS & CLARK, 2018, p. 10146). Nestes espaços, realizam-se desde atividades cotidianas, como cozinhar, lavar ou brincar, bem como assembleias, além de festas e eventos para o público externo, como pode ser visto nas figuras a seguir, com o exemplo da ocupação Manoel Congo (Figura 57) e da ocupação *Can Masdeu* (Figura 58).



Figura 57 - Festa de aniversário da ocupação Manoel Congo, no Rio de Janeiro, em 2020.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CHLQMKjJMH8/>



Figura 58 - Flyer com programação aberta na ocupação *Can Masdeu*, em Barcelona (Espanha).

Fonte: [instagram.com/p/CZhJTm5KkGR/](https://www.instagram.com/p/CZhJTm5KkGR/)

Aqui vale mais um adendo: a existência de espaços coletivos não significa que as habitações são coletivas. Existem também os espaços (ou propriedades) individuais, mas que não são propriedade privada. Apesar da primeira não significar o direito absoluto sobre o edifício, ela se baseia na ideia de uso e função social da propriedade (BASTOS *et al*, 2017, p.262)

Diante do exposto, concordamos com Claudio Cattaneo e Miguel Martínez para quem

Ocupar torna-se, no final, uma forma de luta de classes onde a questão habitacional é crucial, mas não exclusiva. De fato, ocupar é mais do que viver debaixo de um telhado, porque é um processo coletivo de autoorganização para ter acesso a um espaço acessível, uma forma cooperativa de reparar e preservar um edifício, uma forma alternativa de viver às margens dos padrões capitalista e uma experiência política de protesto e mobilização pela ação direta (CATTANEO; MARTÍNEZ, 2014, p. 27, tradução nossa⁵⁶)

Entendemos que as ocupações se referem a um fenômeno urbano, heterogêneo, de caráter mundial, mas que adquire características específicas de acordo com o contexto local no qual surge e se desenvolve. Assim, nos deparamos com uma variedade de tipos ou formas de ocupação, porém, o que permite compreendê-las sob o conceito “ocupação” é o intuito de responder às demandas decorrentes dos problemas urbanos. Em resumo, a partir de uma perspectiva crítica, entendemos que as **ocupações surgem quando as pessoas decidem se apropriar de um espaço abandonado como solução para as mais distintas necessidades, sejam elas a moradia, o trabalho, o lazer, a criatividade ou as lutas política e social.**

Diversas autoras e autores propuseram tipologias de ocupações, segundo suas características, entre eles três sociólogos: a suíça Cécile Péchu (2010), a francesa Florence Bouillon (2010) e o holandês Hans Pruijt (2013). Parece-nos que a categorização de ocupações realizada pelo último é a mais completa, pois é a que mais se aproxima de captar a realidade das ocupações ao propor cinco configurações, que, de forma resumida, são as seguintes:

⁵⁶ No original “Squatting becomes, in the end, a form of class struggle where the housing question is a crucial one, but not an exclusive one. In fact squatting is more than just living under a roof, because it is a collective process of self-organisation to get access to an affordable space, a cooperative way of repairing and preserving the building, an alternative way of living in the margins of the capitalist patterns, and a political experience of protesting and mobilising through direct action”.

1) ocupação por privação (*Deprivation-based squatting*) – surge em decorrência da pobreza, sendo a ocupação a única forma de acesso à moradia para a pessoa, por ela não se busca mudanças estruturais, mas apenas alternativas de acesso à habitação;

2) ocupação como estratégia de habitação alternativa (*Squatting as an alternative housing strategy*) – os ocupantes desta configuração não possuem necessidade urgente de moradia e podem pertencer a classes sociais mais altas; assim, a ocupação se apresenta como estratégia de habitação alternativa por possibilitar à pessoa viver da melhor forma que lhe interessar, seguindo suas próprias vontades e não as impostas pela sociedade;

3) ocupação empreendedora (*Entrepreneurial squatting*) – surge como uma oportunidade de criar estabelecimentos culturais e/ou econômicos sem a necessidade de grandes recursos e de adentrar na burocracia;

4) ocupação conservacionista (*Conservational squatting*) – trata-se de uma tática para a preservação/conservação de determinada área ou paisagem urbana, o objetivo é impedir o desenvolvimento de uma nova função à área que possa causar a gentrificação; e

5) ocupação política (*Political squatting*) – trata-se de uma forma de confrontar o Estado, estando os ocupantes ligados a lutas anti-sistêmicas.

Conforme salienta Pruijt (2013), a nomeação de uma configuração como política não significa que as demais sejam apolíticas. Frisamos, então, que toda ocupação é social e política. Por fim,

É importante ressaltar que as configurações designam projetos de ocupação, oriundos das demandas coletivas, mas um mesmo edifício pode abrigar diferentes projetos. Da mesma forma, a tipologia é maleável no sentido de que uma ocupação pode se iniciar com determinado projeto – adequando-se, portanto, a determinada configuração classificatória – mas se modificar ao longo do tempo, agregando novas ideias e aspectos, podendo, então, se inserir em outra configuração. As configurações apontam para diferentes possibilidades de combinação entre autoajuda e/ou ação coletiva, alternativa e protesto contra a mercantilização da cidade. (CAMINHA, 2015, p. 44).

O argumento principal para se ocupar e sua própria legitimidade está na falta de legitimidade da ação de deixar propriedades privadas abandonadas, que poderiam estar sendo utilizadas de alguma forma, possuindo, então, uma função social, em especial nos centros urbanos mais estruturados e bem-servidos de equipamentos públicos sociais. Aqui podemos citar as ocupações Manoel Congo, na Cinelândia, Rio de Janeiro; Kasa

Invisível, no Lourdes, em Belo Horizonte; e 9 de Julho, em Bela Vista, São Paulo – todas em áreas centrais de suas cidades.

É neste sentido que afirmamos anteriormente que as ocupações não podem ser entendidas sem a propriedade privada, pois, sem a existência dessas, aquelas não existiriam. Até o momento, o movimento de ocupações não foi forte o bastante para parar os processos de financeirização do espaço urbano e as engrenagens da espiral capitalista, no entanto, consegue trazer à vista que os valores de troca se sobrepõem aos valores de uso, além da existência de espaços vazios e ociosos, ademais das contradições internas da própria produção capitalista. Neste sentido,

A força e importância dos movimentos sociais é cíclica e relacionada a longos ciclos políticos, econômicos e (talvez associados a estes) ideológicos. Quando mudam as condições que dão origem aos movimentos sociais (a raiz das ações destes movimentos e/ou, com mais frequência, devido à transformação das circunstâncias), estes tendem a desaparecer. (FRANK e FUENTES, 1989)

Por isto, em momentos de crise econômica, quando ocorre um aumento da desigualdade social – e, conseqüentemente, da pobreza, da segregação e da exclusão sociais –, as ocupações tendem a crescer, já que o acesso a bens de consumo, entre eles a habitação, se torna mais difícil. Aqui citamos o exemplo das ocupações oriundas dos despejos causados pela pandemia de COVID-19, da *Plataforma de Afectados por la Hipoteca* (PAH), de imigrantes na Europa.

Ao mesmo passo que vemos uma evolução dos movimentos de ocupação (MARTÍNEZ, 2002), observamos que, nestes momentos de crise, eles retornam às suas características fundadoras, de luta pela moradia. Ou de luta pelas necessidades básicas. Mas algumas formas de ocupação, em especial na Europa, buscam suprir as necessidades radicais, ou seja, aquelas carências sociais e intelectuais que não podem ser satisfeitas pelo salário e o capital, demandando uma satisfação qualitativa.

Contrariando o que é dito pela grande mídia e por parcelas dominantes da sociedade, as ocupações não são o “simples ato de invadir um local” ou “infringir a lei”. Uma das formas de tratar as ocupações como algo ilegal é denominá-las como invasão, de forma pejorativa e com intuito de deslegitimar a ação. No entanto, seguindo o sociólogo brasileiro Edson Miagusko (2012), entendemos que o termo “invasão” designa a apropriação indevida de um imóvel que cumpre sua função social; denominar o que aqui conceituamos como ocupação de “invasão” significa associar-se à lógica policial e liberal na nomeação da ação e do confronto dos direitos “à propriedade” e “à

moradia” – no qual o primeiro prevalece sobre o segundo –, além de buscar criminalizar a ação. “Invasão” se associa a algo ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado, enquanto a ocupação é dar uso a um espaço ocioso. Assim, chegamos à máxima de que “se invade” um espaço com função e “ocupa-se” um espaço sem função.

Aqui destacamos a importância de *post* feito pelo ONU-Habitat em 29 de junho de 2020 em seu Instagram institucional, onde afirma a importância de se distinguir os dois termos, que reproduzimos a seguir:

Em maio, o ONU-Habitat publicou a "Declaração de Política sobre Prevenção de Despejos e Remoções no Contexto da Pandemia de COVID-19" (link na bio), onde afirma que despejos e remoções de moradores/as e comunidades consolidadas, particularmente de assentamentos informais, durante a pandemia, não só violam os direitos fundamentais dessas comunidades como podem aumentar o risco de exposição ao vírus.

A Declaração, pelo seu peso e importância, tem sido largamente utilizada por entidades da sociedade civil de luta pelo direito à moradia e pelos direitos humanos para pressionar o poder público a suspender as remoções. Assim, é preciso chamar atenção para distinção entre os termos “ocupar” e “invadir”.

“Ocupação” é uma opção conceitual para designar a apropriação e o uso solidário, porém precário, de um imóvel ocioso – abandonado ou vazio – que não exerce sua função social. O seu uso foi popularizado pelos conflitos agrários ocorridos no Rio Grande do Sul e pelos encontros de formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de 1981, distinguindo o apossamento de terras sem função social. No contexto urbano da luta pela moradia, o termo começou a ser utilizado nas cidades nos anos 1990 e foi rapidamente incorporado nas pautas e bandeiras dos movimentos.

Então, o uso de “invasão” é equivocado para se referir à luta por terra e moradia empreendida por populações pobres sem-terra e sem-teto, pois o termo se associa às lógicas policial e jurídica que sobrepõem o direito à propriedade ao direito à moradia e acaba sendo uma tentativa de criminalizar a ação dessas populações.

Como resposta ao poder público, as palavras de ordem “ocupar, resistir, produzir”, reproduzidas em informativos dos trabalhadores rurais sem-terra, foram difundidas entre os novos movimentos de moradia urbanos e adaptadas a “ocupar, resistir e construir”. Ocupar, assim, como verbo e ação, simboliza a luta pela terra e pelo teto como condição para a vida e como um direito humano.

Agrademos ao Benedito Roberto Barbosa, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP), e à Luciana Bedeschi, Urbanista e Advogada Popular, pela importante contribuição no debate e redação deste post.

(ONU-Habitat, 2020)

Diante do exposto, esperamos ter explicado que as ocupações apresentam características de rompimento com o urbanismo neoliberal em suas mais diferentes formas, representando, então, formas de luta. A um olhar rápido, podem parecer um movimento fraco, marginal e sem grande repercussão; porém, ao analisarmos sua história, seu caráter internacional e a articulação com outros movimentos, vemos que não é bem assim. Desta forma, entendemos as ocupações como um movimento social e símbolo de oposição aos problemas causados pela distribuição desigual das riquezas e

da desenfreada e constante especulação imobiliária, caracterizando-se como negação às formas de dominação existentes: política, econômica, cultural e social.

Podemos levar a lógica marxista de que uma nova sociedade sairá do seio da sociedade capitalista para o espaço urbano: as próprias contradições do espaço urbano irão criar os alicerces para um novo modelo espacial.

Para o geógrafo brasileiro Ruy Moreira, o espaço aponta para a realidade social vigente, de forma que surgiriam “contra-espços”, o espaço daqueles que contestam ou não se identificam com a ordem. O contra-espço “é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem embaixo e dentro dela” (MOREIRA, 2007, p. 103), de forma que se configura como luta por formas novas e democráticas do espaço.

Apesar de não citar diretamente o geógrafo, acreditamos que Raquel Rolnik tenha ido ao encontro de suas palavras ao afirmar que

Estamos, portanto, diante de uma ‘guerra dos lugares’ ou de uma guerra ‘pelos lugares’. Nessa guerra, o que está em jogo são processos coletivos de construção de ‘contraespços’: movimentos de resistência à redução dos lugares a loci de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis (ROLNIK, 2015, p.378).

Os pensamentos de Lefebvre e Foucault, antecessores destes autores, já apresentavam uma lógica semelhante, ao falarem de heterotopia. Lefebvre trabalha com a tríade isotopia-heterotopia-utopia, a partir da qual entende que a isotopia é “um lugar (topos) e o que o envolve (vizinhança, arredores imediatos), isto é tudo o que faz do lugar um mesmo lugar” (LEFEBVRE, 2003, pp. 37-38, tradução nossa)⁵⁷, de forma que os espaços isotópicos seriam homólogos à lógica do capital e às suas funções e estruturas, ou seja, os espaços nos quais a reprodução do capital é dominante. Por sua vez, os espaços heterotópicos se impõem como diferença em relação a uma isotopia, representando conflitos e sendo apropriados por agentes que buscam a reprodução da vida. Por fim, o espaço utópico é aquele que ainda não existe, porém, “é real. Está no coração do real, da realidade urbana que não pode existir sem esse fermento. Dentro do

⁵⁷ No original: “An isotopy is a place (topos) and everything that surrounds it (neighborhood, immediate environment), that is everything that makes a place the same place”.

espaço urbano, o outro lugar está em todo lugar e em nenhum lugar” (LEFEBVRE, 2003, p. 38, tradução nossa)⁵⁸.

Para Foucault, heterotopias seriam

Espaços onde as relações de poder podem ser lidas através de práticas que se equilibram entre a gestão institucional (o que formalmente se espera, o que é “permitido”, o que se “aprova”, o poder formal) e aquilo que é (re)apropriado, (re)significado, contrariado, subvertido a partir das práticas cotidianas dos que verdadeiramente “usam”, produzem, se reproduzem no espaço. Práticas essas que permanentemente atualizam forças, lutas, embates e contradições entre diferentes interesses e significados (RAMOS, 2012, p.5).

Qualquer que seja a concepção adotada, afirmamos que esses espaços já existem no cotidiano da metropolização e podem ser identificados em diversas práticas de apropriação de espaços públicos e/ou privados, como uma barricada, uma favela como assentamento humano, um ritual de capoeira ou de candomblé não autorizado...

Porém, o que nos interessa é a possibilidade de que esses espaços heterotópicos possam levar a uma ruptura com o sistema para, então, se planejar a construção de novos espaços utópicos. Acreditamos, pois, que as ocupações se configuram como esses contra-espaços ou espaços heterotópicos, na medida em que “os ocupantes trabalham para criar utopias localizadas nas práticas do presente e do agora, ao invés das projetadas no futuro pela máquina de crescimento urbano que vende sonhos da cidade ideal e quimeras de prosperidade para os poucos ricos” (MARTÍNEZ, 2015, p. 254, tradução nossa⁵⁹). Neste sentido, no próximo capítulo buscaremos demonstrar como essas características dialogam com o princípio do comum.

⁵⁸ No original: “It is real. It is at the very heart of the real, the urban reality that can’t exist without this ferment. Within urban space, the elsewhere is everywhere and nowhere”.

⁵⁹ No original: “squatters work to create utopias located in the practices of here-and-now rather than those projected into the future by the urban growth machine that sells dreams of the ideal city and chimeras of prosperity for the wealthy few”.

4. Comum: da tragédia à produção do espaço urbano

Os comuns não são apenas um meio através do qual compartilhamos igualmente os recursos que produzimos, mas também um compromisso para a criação de elementos coletivos, um compromisso para promover os interesses comuns em todos os aspectos de nossas vidas. Os comuns anticapitalistas não são o ponto final na luta para construir um mundo não capitalista, mas os meios para isso. (CAFFENTZIS & FEDERICI, 2019, p. 58, tradução nossa⁶⁰).

O conceito de comum começou a ganhar destaque no discurso dos movimentos sociais e mobilizações mundiais a partir do final da década de 1990 (DARDOT & LAVAL, 2017) e, desde então, vem se reafirmando como potente retórica das novas resistências. No entanto, sua conceituação não é simples – assim como a de qualquer conceito –, e está em constante movimento, se modificando e renovando. Neste sentido, a discussão sobre o comum é longa e complexa, de forma que neste capítulo tentaremos sintetizá-la a partir de dois blocos: a diferenciação entre comum, público e privado; e as conceitualizações do Norte e Sul Global. Acreditamos que, a partir desses, conseguiremos a introdução necessária para vincular os comuns às ocupações urbanas.

Assim como salientamos algumas questões sobre o léxico ou o vocabulário das ocupações, também o faremos sobre o “vocabulário do comum”. Neste sentido, entendemos que este vocabulário ainda está em construção, ou seja, as palavras e/ou conceitos em torno do comum são polissêmicos, ainda não dados como definitivos, em especial na língua portuguesa, em parte pela falta ou tardia tradução para a língua portuguesa das primeiras obras sobre o assunto (CRUZ, 2017). No mesmo sentido o jornalista e produtor cultural brasileiro Rodrigo Savazoni (2018) afirma que, por falta de termos melhores, no Brasil continuou-se a usar o termo em língua inglesa – *commons* – o que, no entanto, teria ajudado a manter o conceito em segundo plano nos debates político-culturais em português.

Savazoni (2018) salienta também que “comum” é um termo de uso popular e corrente, que se refere a algo ordinário, habitual, corriqueiro. Mesmo assim, afirma ter

⁶⁰ No original: Los comunes no son únicamente medios a través de los cuales compartimos de manera igualitaria los recursos que producimos, sino también un compromiso para la creación de elementos colectivos, un compromiso para fomentar los intereses comunes en cualquier aspecto de nuestras vidas. Los comunes anticapitalistas no son el punto final en la lucha para construir un mundo no capitalista, sino el medio para ello.

optado pelo termo por considerar o que teve mais adeptos nos últimos anos, seja entre ativistas ou entre pesquisadores, além de ser a tradução literal do termo usado pelas duplas Michel Hardt e Antonio Negri, Pierre Dardot e Christian Laval, cujas obras têm sido muito influentes no Brasil. Concordamos com ele e, para evitar confusões, fizemos o esforço ao longo do texto de não usar o termo com outra concepção que não a de princípio político.

A partir das nossas leituras optamos por usar as seguintes palavras: comum, comuns e fazer-comum⁶¹ ao nos referirmos a *common*, *commons* e *commoning*⁶². Estas escolhas serão mais bem compreendidas com o desenvolvimento dos próximos itens.

4.1. Comum para além do público e do privado

Contra o coro de que não existe alternativa à instituição da propriedade privada (e pública) – sustentáculo do capitalismo, eternizada e naturalizada pela ideologia do individualismo possessivo –, o campo de possibilidades abertas pelo conceito do comum revela um amplo espectro de arranjos e direitos de propriedade de natureza mais coletiva e não exclusivos, e tampouco redutíveis às circunscrições do Estado e do mercado.
(TONUCCI FILHO, 2017, p. 61)

Durante o XV SIMPURB, em 2017, no GT-6: Território e ativismos sociais urbano, o geógrafo brasileiro Angelo Serpa afirmou a esta autora, que apresentava o trabalho “As ocupações urbanas e seu fazer-comum”, não ver diferença entre espaço público e comum, sendo este apenas mais uma “palavra da moda” para conceituar algo que já existia e era bem-conceituado, o espaço público.

Dois anos depois, durante sua intervenção na “Mesa 1 – Cidades e revoluções: espaços públicos, comuns urbanos e redes sociais: diálogo interdisciplinar no campo dos estudos urbanos e sociais” do XVI SIMPURB, Serpa e a geógrafa brasileira Ana Fani Carlos questionaram se o comum não seria nada além do espaço público por excelência, como lugar de encontro, de exercício democrático e de respeito à diversidade. Talvez, no primeiro momento, não tivéssemos tanta clareza entre a

⁶¹ Na versão brasileira do livro “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI” de Dardot e Laval (2015), utiliza-se o termo “agir comum”. No entanto, as mais recentes pesquisas brasileiras têm usado “fazer-comum” (ALVES, 2015 e 2017; CRUZ, 2017; MAYER, 2015; TONUCCI FILHO, 2017), além deste último se aproximar mais ao termo usado em língua espanhola – *hacer comun* (NAVARRO, 2019).

⁶² Destacamos os termos em língua inglesa, já que a literatura sobre o tema é mais vasta neste idioma.

diferenciação e, por isso, não soubemos explicá-la bem. No entanto, até hoje diversos pensadores, como os citados acima, seguem afirmando que o conceito de comum se refere “apenas” a espaços públicos, supondo uma redundância entre os dois termos.

Entretanto, entendemos que propriedade pública, bens públicos, espaços públicos, bens comuns, comuns e comum são conceitos diferentes entre si. Compreendemos os três primeiros como sendo sempre objeto de poder estatal e da administração pública e não são necessariamente comuns. Os espaços públicos são áreas de uso coletivo, opostos ao espaço privado, enquanto os bens e propriedades públicas constituem-se como imóveis pertencentes a alguma das autarquias do Estado.

Conforme aponta o geógrafo brasileiro João Bosco Moura Tonucci Filho (2017), a propriedade privada

baseia-se no direito de expulsar, sancionado pelo Estado. Ou seja, o gozo da propriedade privada por qualquer indivíduo, na escala hoje conhecida, só foi possível devido aos processos de cercamento do comum, e continua dependendo da despossessão e interdição da maioria ao direito de propriedade (TONUCCI FILHO, 2017, p. 56)

No entanto, a propriedade pública se configura como uma propriedade privada estatal, não sendo oposta à propriedade privada, mas sim, seu complemento, ainda afirma que a noção de público como negativo ou oposto à propriedade privada decorre de uma interpretação reducionista do direito romano (TONUCCI FILHO, 2017) e que o histórico ofuscamento (ou invisibilização, como trataremos adiante) do comum está vinculado a esta polarização (equívoca) de público e privado, Estado e mercado.

O pensamento de Rafael de Oliveira Alves, brasileiro bacharel em direito, também segue esta linha. Afirma que

transitamos teoricamente por um espaço que, de uma construção comum entre diferentes, tornou-se reflexo do indivíduo e, por fim, objeto do Estado. Desse modo, o público, o privado e o estatal não se apresentam como espaços separados e autônomos, mas, intrinsecamente, expressam dimensões de uma mesma totalidade social (ALVES, 2015, p. 150)

Da mesma forma, o filósofo político americano George Caffentzis e a filósofa italiana Silvia Federici (2019) afirmam que por vezes utilizamos o conceito de comum para nos referir aos bens públicos; no entanto, a diferença crucial entre eles seria que o último é controlado pelo Estado e não pela população. De forma que “é muito importante distinguir entre o público e o comum, pois o público é uma instituição estatal

que pressupõe a existência de uma esfera privada de relações econômicas e sociais que não podemos controlar” (CAFFENTZIS & FEDERICI, 2019, p.59, tradução nossa⁶³).

A lógica da mercadificação do espaço também torna o espaço público um vetor de geração de mais valia, de forma que

O fundamento da propriedade pública estatal é um ato de violência inserido num processo de acumulação ampliado. Ou seja, toma-se a terra para colocá-la a serviço das forças capitalistas. Os bens públicos assim constituídos vão se servir como infraestrutura necessária ao capital (ALVES, 2015, p. 273).

David Harvey não possui uma grande bibliografia sobre a conceituação do comum, sendo o capítulo “*The Creation of the Urban Commons*”, no livro *Rebel Cities*, (HARVEY, 2013) sua principal contribuição para a temática. No entanto, conforme aponta João Tonucci Filho (2017), o geógrafo britânico é um dos poucos pensadores a tentar trazer o debate do comum para o urbano e/ou a dimensão do urbano para o debate do comum. Apesar de não se debruçar tanto sobre a temática, para nós Harvey está entre os principais pensadores urbanos e críticos ao capitalismo contemporâneos, não podendo ter suas contribuições deixadas de lado⁶⁴.

Neste sentido, recorreremos ao autor para nos ajudar na diferenciação entre comuns e espaços públicos. Segundo ele, a ação política por parte dos cidadãos é necessária para a transformação dos espaços e bens públicos em comuns, através da apropriação dos primeiros (HARVEY, 2013). As praças, por exemplo, são espaços públicos por excelência, porém se transformam em comuns urbanos quando são ocupadas para reivindicações e expressão política. Desta forma, os comuns não são apenas recursos ou equipamentos; são relações, sendo necessário o empenho coletivo para que isto aconteça, representando, ainda, a ação de resistir, através da luta pela apropriação coletiva, conforme abordaremos melhor adiante.

Os espaços públicos encontram-se sob regulamentação estatal, vigilância e controle policial – de forma que a administração estatal determina o uso do espaço com base em legislações e usos que conduzem ao seu uso privado – , bem como sob

⁶³ No original: “es muy importante mantener la distinción entre lo público y lo común, pues lo público es una institución estatal que asume la existencia de una esfera privada de relaciones económicas y sociales que no podemos controlar”.

⁶⁴ Em 2015, durante o encerramento do encontro do SqEK, em conversa informal, uma ativista e pesquisadora americana nos disse que considerava David Harvey desatualizado e desnecessário, pois não tratava do emergente tema do comum. Discordamos totalmente desta afirmação, não só pelo já explicitado acima, mas também pela importância dos esforços do geógrafo britânico em “traduzir” ou atualizar o pensamento de Marx para o capitalismo contemporâneo.

constante ameaça de privatização e requalificação. Sobre esses pontos, destacamos que o movimento “O Passeio é Público” tentava que a população “redescobrisse” um espaço público muito pouco frequentado e, até mesmo, desconhecido. No entanto, tal espaço é cercado por grades, tendo sua entrada controlada por horários e um Guarda Municipal como vigilante 24 horas por dia. Para realizar eventos considerados de “grande porte” – como um festival de música, gastronômico ou teatral – é necessário atender a uma série de requisitos exigidos pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro⁶⁵. Muitos desses requisitos também são exigidos a blocos de carnaval, o que fez com que blocos anteriormente “piratas” tivessem que se “legalizar”, como o caso dos blocos Amigos da Onça e Orquestra Voadora (BELART, 2020).

Quando a organização de eventos e blocos não consegue atender a todos os requisitos, não obtém a autorização para a sua realização e, caso insista em realizá-lo, entra o corpo policial em ação não permitindo a permanência das pessoas. São inúmeros os casos, na cidade do Rio de Janeiro, mas também em outras cidades brasileiras e até mesmo por todo o mundo de eventos em espaços públicos impedidos pela polícia. São inúmeras praças e parques cercados nas cidades, e vale citar o caso da Praça São Salvador, no bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro, que vive em ameaça constante de gradeamento.

Sobre a questão da privatização, esta pode ocorrer tanto pela cobrança de uso de mobiliários, como mesas e cadeiras, muito corriqueiras em praças, parques e praias, como também pela restrição de acesso – seja por cobrança ou por cercamento. No Rio de Janeiro, diversas ruas residenciais possuem cancelas que impedem o livre ir e vir de pessoas “estranhas” a localidade. Também são diversos os casos de praias privatizadas. Sobre esse tópico, ressaltamos a importância da pesquisa da geógrafa brasileira Irene Chada Ribeiro que mapeou 55 praias em Angra dos Reis, das quais oito foram caracterizadas como “praias controladas”, ou seja, em que a entrada está franqueada sob condições, com seguranças em portarias e cancelas exigindo identificação do usuário ou, mesmo, estabelecendo horários à circulação e permanência; e 25 praias totalmente, privatizadas, com acesso proibido ao público e franqueadas somente a proprietários e hóspedes⁶⁶.

⁶⁵ A título de curiosidade, para realizar o “Festival O Passeio é Público” em 2018, a organização precisou desembolsar mais de dois mil reais para pagar todas as taxas e atender a todos as exigências da Prefeitura.

⁶⁶ Para mais informações: <https://apublica.org/colecao/particular/2017/11/em-angra-uma-aula-sobre-as-praias-privatizadas/>. Acesso: 22 ago. 2022.

Por fim, ressaltamos que a propriedade no mundo é bastante heterogênea, existindo uma diversidade de relações entre as pessoas e a terra, sendo que muitas dessas relações não se enquadram nas definições prevalecentes de propriedade pública ou privada. É neste sentido que João Tonucci Filho e a arquiteta e urbanista Heloisa Soares de Moura Costa afirmam que

mesmo que a ideologia proprietária obscureça intencionalmente quaisquer formas alternativas de propriedade que não sejam privada ou pública, isso não deve ser tomado como sinônimo da sua inexistência: muito pelo contrário, múltiplas reivindicações coletivas à terra e ao espaço são articuladas na cidade, tanto na prática cotidiana quanto em criativos atos de resistência e transgressão. Ainda que em grande medida invisível, o comum é ubíquo e disseminado” (TONUCCI FILHO; COSTA, 2017, p. 14).

Assim, afirmamos que o comum não é algo novo, mas um modo de viver que foi “invisibilizado” pela ideologia liberal da propriedade privada e pelos cercamentos desde os primórdios do capitalismo. Aqui, lembramos que o comum é o princípio pelo qual os seres humanos organizaram sua existência por milhares de anos (CAFFENTZIS & FEDERICI, 2019), sendo a forma predominante de organização social antes da emergência do capitalismo; sua perda - através do cercamento das terras comunais inglesas - significou a construção de bases para o sucesso capitalista, como bem o relata Marx em “O Capital”.

Ou seja, sempre existiram comuns “fora” do capitalismo e eles desempenharam um papel importante ao longo dos últimos séculos não só na luta e resistência ao capital, mas como formas de “viração” de parte da população que vive às margens do capitalismo. Neste sentido, não necessariamente todos os comuns invisibilizados levantam a bandeira da luta contra o capitalismo, mas se configuram como comuns pelo seu fazer-comum. E aqui relembramos que a própria circulação do capital gera contradições, entre elas o antivalor, que servem como brechas para que resistências surjam (HARVEY, 2018).

Por fim, ressaltamos que a expressão “bens comuns” é um termo advindo da teoria econômica dominante, que ganhou espaço a partir do pensamento da economista e cientista política americana Elinor Ostrom⁶⁷. Acreditamos, porém, que o uso desse termo é contraditório e inadequado, na medida em que o comum não se configura como

⁶⁷ Salientamos, no entanto, que parte desse uso ocorreu por problemas na tradução da língua inglesa para outros idiomas. Assim, embora esta versão fosse intitulada *Governing the Commons* (em uma tradução literal para o português: Governando os Comuns), as edições traduzidas para o idioma francês (*La gouvernance des biens comuns*) e para o espanhol (*El gobierno de los bienes comunes*) usaram o termo “bens comuns” (Dardot & Laval, 2017). O livro não possui edição em língua portuguesa.

um bem, pois não é um objeto para ser possuído ou constituído. Trata-se de um arranjo muito mais amplo, configurando-se como um princípio político a partir do qual devemos construir e trabalhar para preservar, estender e conseguir que sobrevivam (DARDOT & LAVAL, 2017)⁶⁸.

Entendendo que o público se tornou uma forma “coletiva” de propriedade privada reservada às classes dominantes, Dardot & Laval afirmam que “a pretensa ‘realização’ do comum pela propriedade do Estado nunca foi mais do que a destruição do comum pelo Estado” (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 59). Desta forma, “o principal confrontante dos espaços comuns é, sem dúvida, o capital, seus valores e hierarquias, mas também o Estado na medida em que se confunde com aquele” (MAYER, 2015, pp. 186-187). Ao optar pelo comum, estaríamos reconstruindo nossa comunidade e a própria sociedade.

Defendemos, então, que para o entendimento do comum é necessário pensar em uma sociedade diferente da capitalista. O comum não é uma terceira opção ao privado e ao público - ou o equivalente a este último - mas, sim, uma segunda via, antagônica à gestão do capital, aos seus meios de produção e à propriedade, sejam eles privados ou públicos. De uma forma geral pode-se dizer que os comuns são “bens e recursos, materiais ou imateriais, que são coletivamente compartilhados, usados e geridos por uma comunidade, por meio de uma série de práticas, regras e saberes também concebidos e decididos pela comunidade” (TONUCCI FILHO & COSTA, 2017, p. 3). Assim, configuram-se como uma forma alternativa tanto ao privado quanto ao público, ou seja, ao capital e ao Estado.

4.2. Debates contemporâneos sobre o comum: da Europa ao Sul

No item anterior buscamos elucidar alguns pontos sobre a diferença entre comum, público e privado, entendendo que esta distinção poderia funcionar como uma introdução à conceituação do primeiro. No entanto, conforme apontado, o debate sobre o comum é extenso e aqui tentaremos trazê-lo para o âmbito de um pensamento crítico e que considera a dimensão urbana.

Neste sentido, João Tonucci Filho e o geógrafo brasileiro Felipe Nunes Coelho Magalhães afirmam, com base no político britânico Derek Wall que

⁶⁸ A diferenciação entre comuns e comum será feita no próximo item.

o debate teórico sobre o comum envolve complexas nuances epistemológicas e ontológicas e atravessa inúmeras disciplinas (como antropologia, ecologia, direito, geografia, história e economia, dentre outras). Grosso modo, os estudos sobre o comum dividem-se em duas grandes abordagens: uma desenvolvida no âmbito das ciências sociais mainstream, sob a égide do pensamento econômico liberal; e a segunda, formulada nos termos da teoria crítica, em estreita proximidade com a crítica da economia política (TONUCCI FILHO & MAGALHÃES, 2017, p. 446)

A primeira abordagem⁶⁹ estaria vinculada ao pensamento e obras da americana Ostrom que, apesar de inserida no âmbito do pensamento econômico liberal, foi de suma importância para romper com a ideia defendida pelo ecologista americano Garrett Hardin em 1968 e, até então aceita, de que qualquer recurso comum de livre acesso estaria fadado à superexploração (CRUZ, 2017; TONUCCI FILHO, 2017). Neste sentido, a americana fez uma ampla investigação de experiências bem-sucedidas de gestão coletiva de recursos (ou bens) comuns, com a qual conseguiu demonstrar como equivocada a ideia de Hardin sobre a “tragédia do comum” (CRUZ, 2017), além de mostrar, mesmo que de forma não tão explícita, que os comuns naturais devem ser definidos como relações sociais entre indivíduos e não como “coisas” físicas (DARDOT & LAVAL, 2017).

Importante dizer que é necessário distinguir entre a “teoria liberal dos comuns” e a “cooptação neoliberal dos comuns”. Papadimitropoulos (2017) afirma que a primeira se refere à formulação de teorias sobre os comuns que examinam e reconhecem o seu potencial para uma economia compartilhada baseada na produção entre pares (*peer-to-peer production*). Por sua vez, a segunda é uma estratégia de *marketing* neoliberal de usar a ideia de economia compartilhada como discurso, tais como as plataformas Uber, Airbnb e iFood, ou seja, transformando-a em algo comerciável (Harvey, 2006).

A segunda abordagem teórica sobre o comum, de caráter anticapitalista (PAPADIMITROPOULOS, 2017), é a que mais nos interessa e sobre a qual iremos nos aprofundar. Isto não significa, no entanto, que não consideramos relevante a produção e aceções dentro da abordagem liberal; acreditamos que elas serviram como base para uma formulação mais crítica do comum. Neste sentido, esta abordagem baseia-se em dois pontos principais:

⁶⁹ O filósofo grego Vangelis Papadimitropoulos (2017) aponta para três principais correntes teóricas dos comuns: a liberal, a reformista e a anticapitalista. Apesar de julgarmos interessante esta categorização, optamos por adotar a apresentada por Wall, entendendo que elas se relacionam com a primeira e última abordagens apontadas pelo grego.

- i) comum como uma relação social e princípio político, não mais como um bem ou recurso;
- ii) comum como antagônico ao capital, sendo reflexo de uma luta de classes e almejando a criação de uma nova economia contra e para além da capitalista.

A partir desta perspectiva, entende-se que o capitalismo se instala em qualquer lugar e em qualquer momento a partir do cercamento e expropriação do comum. Assim, vivemos a constante acumulação por espoliação, conforme abordado no capítulo 3, que é permanente no processo de acumulação do capital,

um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista. Não é por acaso que seu exemplo histórico originário tenha sedimentado estratégias que, diante de cada grande crise capitalista, foram relançadas, de diferentes maneiras, com a finalidade de baratear o custo do trabalho e esconder a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais. (FEDERICI, 2017, p. 36)

Neste sentido, a acumulação por espoliação é um incremento de valor produzido pelos meios políticos e econômicos que permitem que haja não só o cercamento de terras, mas também a apropriação privada de espaços, recursos naturais e produções científicas.

Entre os principais pensadores contemporâneos do comum estão Hardt & Negri, que, por meio de sua trilogia de livros, trabalharam, a partir da ótica da biopolítica⁷⁰, o Império (2001) como o capitalismo globalizado e sua nova estrutura de comando; a Multidão (2005) como um novo conceito de classe que inclui todas as pessoas exploradas e expropriadas, interpretada como uma nova forma de organização política que conjuga singularidades; e o Bem-estar Comum (2016), no qual o comum seria composto pela riqueza do mundo material e a riqueza dos resultados imateriais da produção social.

De acordo com Dardot & Laval, os autores acima foram os primeiros a produzirem uma teoria do comum, levando

a reflexão do plano das experiências concretas dos *commons* [comuns] (no plural) para a concepção mais abstrata e politicamente mais ambiciosa do comum (no singular). Em resumo, “comum” se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 18).

⁷⁰ Tonucci Filho (2017) define o pensamento deles como “o comum da produção biopolítica”

No entanto, acreditamos que os autores têm uma visão restrita do comum, ao entendê-lo a partir de dois pontos principais, o comum material e o comum artificial ou imaterial. O primeiro consiste na riqueza comum do mundo material, ou seja, nos recursos naturais, como ar, água, solo, florestas, fontes minerais etc. O segundo, se vincula à riqueza dos resultados imateriais da produção social, como ideias, linguagens, afetos, códigos etc. (HARDT & NEGRI, 2016).

Hardt & Negri (2016) ainda afirmam que essa produção imaterial tem ganhado espaço sobre a produção da indústria e do trabalho material e, por ocorrer muitas vezes por meio de redes, acaba fugindo da propriedade privada. Assim, “uma sociedade baseada no comum já estaria em gestação pela crescente introdução de elementos cognitivos comuns no coração da produção capitalista” (TONNUCI FILHO, MAGALHÃES, 2017, p.447).

Neste sentido, os filósofos defendem que a produção da riqueza capitalista extravasa para todas as esferas da vida e do cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, para a metrópole, que se caracterizaria como “um amplo reservatório do bem-estar comum” (HARDT & NEGRI, 2016, p.177), por concentrar pessoas e recursos, além de sistemas de comunicação e transporte. Porém, negligenciam que a produção do espaço urbano em si tornou-se fronteira de acumulação do capital – conforme demonstramos no capítulo 2. Assim, concordamos parcialmente com os autores, pois defendemos que não a metrópole, mas sim o espaço metropolizado e fruto de uma produção capitalista se constitui como o local onde as possibilidades para um modo de produção distinto são/estão dadas.

No entanto, o enquadramento dado por Hardt & Negri

confere ênfase à vanguarda tecnológica e organizacional do Norte, [mas] deixa de lado o comum produzido fora ou nas margens do capitalismo, como no âmbito de inúmeras formas de trabalho, de produção material e de reprodução social não-capitalistas na periferia do sistema. [...] sobrestimam ainda a autonomia do trabalho vivo sob comum biopolítico frente ao capital, que não apenas parasita-o externamente, mas o organiza, o controla de dentro do próprio processo produtivo (TONUCCI FILHO, 2017, p.101).

Aqui podemos trazer a perspectiva autonomista, que crítica a centralidade dada pelos filósofos ao trabalho imaterial, defendendo que a política do comum deve se basear no trabalho da reprodução social (CAFFENTZIS & FEDERICI, 2019; FEDERICI, 2017; DE ANGELIS, 2019). Silvia Federici (2017) completa que o comum deve ser entendido a partir de uma perspectiva feminista que também tenha como foco a

luta contra a discriminação sexual. A italiana afirma que o barateamento do custo da produção do trabalho exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção. De forma que o trabalho não-remunerado das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados, na medida em que

O cercamento físico operado pela privatização da terra e o cercamento das terras comunais foram ampliados por meio de um processo de cercamento social: a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado (FEDERICI, 2017, p.163)

Em consonância, o cientista político italiano Massimo De Angelis afirma que no capitalismo existem brechas, rupturas que devem ser usadas como caminho para sua superação. Essas brechas seriam as práticas da vida cotidiana sob a esfera da reprodução, de forma que

A produção do comum é a forma celular dentro da qual tal cooperação social para a reprodução da vida gera *poder de fazer*; a única base sobre a qual as pessoas podem multiplicar suas forças para o n-ésimo poder por meio de formas interligadas do comum que superam os limites do localismo e desafiam o *poder sobre* o comum; poder estabelecido pelo capital em diferentes (DE ANGELIS, 2019, p.108, tradução nossa⁷¹).

Por fim, afirmam que o comum é um discurso político que estaria presente e ajudaria a conectar muitas das lutas anticapitalistas que apontam para uma sociedade autônoma e baseada no compartilhamento (TONUCCI FILHO, 2017).

Na concepção de Hardt & Negri (2016), apesar de falarem do comum da produção biopolítica e da coletividade da multidão, não fica clara a distinção entre as práticas e os recursos, de forma que, por vezes, parece que compreendem o comum como um resultado apenas e não como uma ação. Aqui podemos adentrar na diferenciação não abordada no item anterior, entre comum e comuns.

Para os franceses Dardot & Laval (2017), o comum deve ser entendido como princípio político, sendo gestado nos próprios movimentos e lutas contra a razão neoliberal, de forma que, em sua obra, pretendem

⁷¹ No original: “La producción de lo común es la forma celular dentro de la que tal cooperación social para la reproducción de la vida genera *poder hacer*; la única base sobre la que las personas pueden multiplicar sus fuerzas a la n potencia mediante formas de lo común entrelazadas que superan los límites del localismo y retan al *poder sobre* lo común; poder establecido por el capital en diferentes formas”.

identificar no princípio político do comum o sentido dos movimentos, das lutas e dos discursos que, nos últimos anos, se opuseram à racionalidade neoliberal em várias partes do mundo. Os combates pela ‘democracia real’, o ‘movimento das praças’, as novas ‘primaveras’ dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular da distribuição de água **não são dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à racionalidade política do comum, são buscas coletivas de formas democráticas novas** (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 19, grifo nosso).

Assim, eles definem como “comuns” os objetos de natureza diversa pelos quais a atividade coletiva se responsabiliza, enquanto “comum” seria o nome do princípio que rege essa atividade. Ou seja,

Deve-se falar, portanto, de comuns para designar não aquilo que é, naturalmente ou por direito, comum, mas aquilo que é investido por uma atividade de compartilhamento. [...] É a atividade que “torna comum” a coisa, inscrevendo-a em um espaço institucional mediante a produção coletiva de regras específicas. (TONUCCI FILHO & MAGALHÃES, 2017, p. 447).

Destacam ainda que o comum só existe quando é compartilhado, feito em comum, de forma que “*somente* a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que *somente* essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a essa atividade” (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 53). Assim, o comum só existe com o fazer-comum e deve ser repensado para romper com o confronto entre o sujeito e o objeto.

Desta forma, o comum não é um bem, o comum e os comuns – enquanto objetos da atividade compartilhada – devem ser tratados como substantivos e não adjetivos e devemos abolir o uso dos termos “bens comuns” ou “bem comum”, porque o comum não sendo um bem,

ele não é objeto ao qual deva tender a vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo. O comum é um princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial (DARDOT & LAVAL, 2017, pp. 53-54).

Os franceses retornam no tempo e afirmam que comuns era “o conjunto de regras que permitia aos camponeses de uma mesma comunidade o uso coletivo de caminhos, florestas e pastos, segundo o costume” (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 102). Porém, nos últimos anos o termo recebeu um sentido mais amplo, incluindo tudo o que possa se tornar alvo do capital, por meio das diferentes formas de acumulação por

espoliação – privatizações, mercadificações, pilhagens etc. – de forma que hoje possui um valor crítico e se transformou em uma palavra de ordem, um símbolo.

Em nossa pesquisa por interpretações do comum advindas do Sul Global, especialmente na América Latina, nos deparamos com o trabalho de pesquisadoras associadas à *Benemérita Universidad Autónoma de Puebla*, no México, entre elas as sociólogas mexicanas Raquel Gutiérrez Aguilar e Mina Lorena Navarro, além da internacionalista Lucía Linsalata – cujos pensamentos abordaremos adiante⁷². O grupo, composto também por outras pesquisadoras e pesquisadores, busca compreender o que chama de “produção do comum” a partir das diversas lutas comunitárias na América Latina e das suas formas poderosas e insurgentes de manifestação e enunciação. Em 2019, o grupo reuniu seus pensamentos em uma publicação única: “*Producir lo común - Entramados comunitarios y luchas por la vida*” (VV. AA., 2019), à qual recorreremos, além de outras publicações, para apresentar o que vem a seguir.

Partindo da ideia de que a reprodução da vida não é assegurada, Aguilar (2019) afirma que o capital sempre se esforça para se impor como única forma de vínculo social possível, de maneira que, enquanto isso ocorrer

qualquer segurança alcançada que garanta certas condições para a reprodução material da vida social é efêmera e frágil enquanto a renovada dominação colonial ligada à relação social do capital não for dissolvida coletivamente, nenhuma condição material para organizar a reprodução da vida é garantida (AGUILAR, 2019, p. 84, tradução nossa⁷³).

Assim, a (re)criação e/ou ampliação das condições para a reprodução geral da vida é imprescindível para mudar o mundo, pois “pensar como mudar o mundo a partir da perspectiva da reprodução geral da vida nos leva de volta à *defesa das condições gerais para a reprodução da vida*” (AGUILAR, 2019, p. 83, tradução nossa⁷⁴).

Para a autora, o comum não alude necessária ou unicamente a antigas práticas comunitárias de populações indígenas, mas sim, se refere a práticas comunitárias que possuem raízes antigas e em lutas de resistência e de criação da vida (AGUILAR,

⁷² Além do grupo, é necessário citar que toda nossa pesquisa é permeada pela leitura e interpretação do trabalho de brasileiros, em especial Mayer (2015) e Tonucci Filho (2017).

⁷³ No original: “cualquier seguridad alcanzada que garantice ciertas condiciones para la reproducción material de la vida social es efímera y frágil mientras la renovada dominación colonial conexas con la relación social del capital no sea colectivamente disuelta, ninguna condición material para organizar la reproducción de la vida está garantizada”.

⁷⁴ No original: “pensar cómo cambiar el mundo desde la perspectiva de la reproducción general de la vida nos remite, justamente, a la defensa de las condiciones generales para la reproducción de la vida”.

2017). Ademais, para ela é necessário pensar o comum não somente como algo dado, mas como algo que é produzido, reproduzido e reatualizado continuamente e constantemente. Assim, ele deve ser entendido como uma ação coletiva

de produção, apropriação e reapropriação do que existe e do que é feito, do que existe e do que é criado, do que é oferecido e gerado pela própria Pachamama, e, também, do que foi, a partir dela, produzido, construído e alcançado pela articulação e esforço comum de homens e mulheres situados histórica e geograficamente (AGUILAR, 2017, p.75, tradução nossa⁷⁵).

Lucia Linsalata (2019), por sua vez, dialoga diretamente com Dardot & Laval (2017) ao afirmar o seguinte:

Ao contrário de uma ampla tradição econômica que tende a pensar o comum exclusivamente em termos de recursos compartilhados e bens de posse e/ou autogeridos coletivamente, nossa abordagem para compreender o comum parte de uma premissa fundamental: **o comum se produz**. [...] Significa dar ênfase ao feito de que **o comum não é** — ou não o é unicamente — **uma coisa, um objeto, um bem ou um conjunto de bens** tangíveis ou intangíveis que são compartilhados e utilizados por muitos. O comum é, antes de tudo, uma **atividade prática que se estabelece entre um conjunto de homens e mulheres que decidem entrelaçar suas habilidades e estabelecer laços de cooperação para resolver problemas e necessidades comuns**. Homens e mulheres que, através da circulação das palavras, têm a capacidade de propor objetivos compartilhados e estabelecer os mecanismos para atingi-los de forma autônoma. Nesse sentido, **aqueles bens que normalmente chamamos de "comuns" - uma fábrica recuperada, sistemas de irrigação comunitária, alguns espaços urbanos autogeridos etc. - não poderiam ser o que são sem as relações sociais que os produzem, sem as práticas organizacionais que os moldam cotidianamente e que os produzem como comuns**. É por isso que afirmamos que **o comum nomeia antes de tudo uma relação social**: uma relação social de associação e cooperação capaz de possibilitar cotidianamente a produção social e o desfrute de uma grande quantidade de riqueza concreta, visando a reprodução mais satisfatória da vida.. (LINSALATA, 2019, p.114, grifos e tradução nossos⁷⁶)

⁷⁵ No original: “de producción, apropiación y reapropiación de lo que hay y de lo que es hecho, de lo que existe y de lo que es creado, de lo que es ofrecido y generado por la propia Pachamama y, también, de lo que a partir de ello ha sido producido, construido y logrado por la articulación y el esfuerzo común de hombres y mujeres situados histórica y geográficamente”.

⁷⁶ No original: “Contrariamente a una amplia tradición económica que suele pensar lo común exclusivamente en términos de recursos compartidos y bienes poseídos y/o autogestionados colectivamente, nuestro acercamiento a la comprensión de lo común parte de una premisa fundamental: lo común se produce. [...] Significa hacer énfasis en el hecho de que lo común no es — o no es únicamente — una cosa, un objeto, un bien o un conjunto de bienes tangibles o intangibles que se comparten y usan entre varios. Lo común es, antes que nada, una actividad práctica que se establece entre un conjunto de hombres y mujeres que deciden entrelazar sus haceres y establecer vínculos de cooperación para solucionar problemas y necesidades compartidas. Hombres y mujeres que, a partir de la circulación de la palabra, tienen la capacidad de proponerse fines compartidos y establecer los mecanismos para alcanzarlos autónomamente. En tal sentido, aquellos bienes que solemos llamar «comunes» — una fábrica recuperada, unos sistemas de riego comunales, algunos espacios urbanos autogestionados, etc — no podrían ser lo que son, sin las relaciones sociales que los producen, sin las prácticas organizativas que

A mexicana dá ênfase, portanto, ao fato de que o comum só existe pela relação social que organiza as atividades, ou seja, o fazer-comum. A partir deste pensamento, ela destaca que pensar o comum desta forma possui uma utilidade teórica, pois permite nomear de uma só maneira uma multiplicidade de experiências que são muito distintas entre si, como o movimento zapatista e uma horta comunitária em Nova Iorque. Assim, ressalta que não existe apenas uma forma de comum

Ao longo da história, não houve e não haverá uma única forma de produzir o comum, mas sim múltiplas e variadas formas, tão múltiplas e variadas como as tramas cooperativas que as diversas comunidades humanas conheceram e saberão tecer em torno da necessidade de reproduzir suas vidas de uma forma mais satisfatória e autônoma. (LINSALATA, 2019, p.116, tradução nossa⁷⁷).

Ainda, as tramas que produzem o comum não atuam isoladamente, mas estabelecem relações de interdependência e ajuda mútua – aqui ressaltamos o exemplo das redes existentes entre as ocupações. No entanto, um ponto muito importante tratado pela autora é que uma das principais formas de diminuir as possibilidades transformadoras das experiências do comum é dar ênfase ao seu caráter (supostamente) local ou efêmero. Neste sentido, ela ressalta que o comum possui uma multiescalaridade não só na forma de atuação, mas também pela sua elasticidade, ou seja, em sua capacidade de se expandir para além do local, por meio de articulações mais amplas. Assim, ela afirma que

o problema principal não é o quanto conseguimos crescer ou o quão rápido podemos, mas sim como o fazemos sem deixar de produzir o comum, como o fazemos sem perder de vista os critérios de proporcionalidade e proximidade ditados por cada contexto e cada conjuntura política, na certeza de que a revolução social não será nem amanhã, nem depois de amanhã, mas que já está acontecendo em muitos lugares e que acontecerá a cada dia um pouco mais... ou um pouco menos (LINSALATA, 2019, p. 120, tradução nossa⁷⁸).

les dan cotidianamente forma y que producen tales bienes en calidad de comunes. Es por ello que afirmamos que lo común nombra antes que nada una relación social: una relación social de asociación y cooperación capaz de habilitar cotidianamente la producción social y el disfrute de una gran cantidad de riquezas concretas dirigidas a la reproducción más satisfactoria de vida”.

⁷⁷ No original: “A lo largo de la historia de la humanidad, no ha habido y no habrá una sola forma de producir común, sino múltiples y variopintas formas, tan múltiples y tan variadas como las tramas cooperativas que las diversas comunidades humanas han sabido y sabrán tejer en torno a la necesidad de reproducir sus vidas de forma más satisfactoria y autónoma”.

⁷⁸ No original: “el problema principal no es cuánto logramos crecer o qué tan rápido podemos hacerlo, sino más bien cómo lo hacemos sin dejar de producir común, cómo lo hacemos sin perder de vista los criterios de proporcionalidad y cercanía dictados por cada contexto y cada coyuntura política, en la

As autoras mexicanas trabalham com a ideia de “entramados comunitários”, que seria

sujeitos coletivos de formatos e classes muito diversos com vínculos centrados no comum e em espaços para a reprodução da vida humana, não ligados direta ou imediatamente à valorização do capital (AGUILAR, 2011, tradução nossa⁷⁹).

Para as autoras, ao se afirmar que as tramas (ou entramados) comunitários não estão totalmente mercantilizadas e/ou submetidas aos processos de acumulação do capital, existindo nelas outras lógicas que optem pelo valor de uso. Neste sentido, o fazer-comum “se organiza para a satisfação coletiva das necessidades; a criação e o cuidado dos comuns materiais e imateriais em benefício do nós [coletivo]” (NAVARRO, 2019, p. 127, tradução nossa⁸⁰).

Outra ideia importante tratada por Mina Navarro é de que o comum não é uma “mera idealização” ou construção do passado, mas sim “uma lógica associativa que se atualiza e que, de forma concreta e situada, visa reproduzir a vida social” (NAVARRO, 2019, p. 128, tradução nossa⁸¹). Ela também fala em “anseios expansivos do comum”, expressado no interesse para irradiar a experiência construída, rompendo o sentido mais aceito do que é possível ou impossível.

A partir do exposto, vemos que as autoras mexicanas, se possuem vários elos com o pensamento dos franceses Dardot & Laval (2017), buscam nas experiências latino-americanas as fontes para seu pensamento. Além de agregar sempre a importância da reprodução social da vida como essencial para a superação do capitalismo, se aproximando-se, então, do pensamento da italiana Silvia Federici (2017).

Se estamos falando do Sul global, acreditamos ser importante também apresentar a ideia de *buen vivir* e *bien vivir*⁸² – bom viver ou bem viver – baseada em preceitos

certeza de que la revolución social no será ni mañana ni pasado mañana, sino que se está haciendo ya en muchos lugares y que se estará haciendo cada día un poquito más... o un poquito menos”.

⁷⁹ No original: “sujetos colectivos de muy diversos formatos y clases con vínculos centrados en lo común y espacios de reproducción de la vida humana, no directa ni inmediatamente ceñido a la valorización del capital”.

⁸⁰ No original: “se organiza para la satisfacción colectiva de necesidades; la creación y el cuidado de comunes materiales e inmateriales para beneficio del nosotros”.

⁸¹ No original: “una lógica asociativa que se actualiza y que de manera concreta y situada se encamina a reproducir la vida social”.

⁸² Aqui optamos pela segunda opção por ser a usada pelo político e economista equatoriano Alberto Acosta (2016), um dos principais autores sobre a temática.

ancestrais quéchua e aimara (*sumak kawsay* e *suma qamaña*, respectivamente), tendo suas raízes nos modelos sociais e econômicos desenvolvidos por séculos por sociedades indígenas nas regiões Andina e Amazônica. O *bien vivir* apresenta uma visão holística e integradora do ser humano, pensando-o a partir da comunidade e da natureza, priorizando formas de produção mais horizontais e em harmonia com a natureza (ACOSTA, 2016). Desta forma, a natureza não é entendida como uma coisa com a qual se produz outras coisas, mas é sempre refletida e reinterpretada em sua relação com as pessoas.

Segundo Evo Morales (*apud* CONSTANTE, 2016) “é uma proposta alternativa ao (des)envolvimento se convertendo em um processo coletivo de decisão e ação da sociedade como sujeito ativo, em harmonia com a natureza e em comunidade com os seres humanos”. Assim, o *bien vivir* tornou-se um princípio constitucional das novas constituições plurinacionais, como a da Bolívia e a do Equador, mas também é vislumbrado como uma “alternativa” e oportunidade de construção coletiva da forma de vida, demonstrando que existem diversas maneiras de se pensar um novo mundo. Assim, afirma-se como uma negação ao extrativismo, de forma que nega tanto o capitalismo como o socialismo aplicado no século XX.

Acreditamos que, assim como o comum, o *bien vivir* foi invisibilizado ao longo dos séculos de acumulação por espoliação, mas tem ganhado novamente visibilidade e se configura como uma possibilidade de romper com esse ciclo. Neste sentido, entendemos que o conceito de *bien vivir* dialoga diretamente com o de comum, encontrando nesta sua generalização.

Ao longo deste item buscamos mostrar a diversidade de pensamentos e conceituações sobre o comum. Porém, apesar de distintas, acreditamos que a “constelação conceitual em torno do comum”, para usar o termo de Raquel Aguilar, relaciona e sintetiza parcialmente vários elementos, sendo eles:

- o comum é contrário não só ao privado, mas à própria propriedade;
- o comum não pode ser tratado como um bem ou um recurso apenas;
- o comum se refere ao que é compartilhado coletivamente a partir da coatividade e da coparticipação, sendo a atividade comunitária necessária para sua existência;
- sem a atividade comunitária não existe comum, ou seja, é o fazer-comum que torna algo comum; o comum busca sempre se expandir, se ligar em redes;

- o comum traduz aspirações contrárias ao capitalismo e alimenta práticas de criação e governo de comuns;
- o comum como princípio político possibilita unir diversas formas de luta e ação coletiva em uma só frente.

Porém, concordamos com Tonucci Filho (2017) que, de forma geral, a cidade, o urbano e a produção do espaço são pouco exploradas nestes debates. No entanto, conforme abordado anteriormente, o espaço é tanto produtor como produto das relações sociais, sendo nela que elas se dão. Além disto, em cada momento histórico se produz um determinado espaço de acordo com o modo de produção dominante e que, hoje, estaria relacionado aos processos de acumulação do capital, tendo a mercadificação e a metropolização como suas formas de ação. No entanto, acreditamos que

Apreender as lutas travadas na metrópole biopolítica a partir do comum coloca em evidência, de um lado, a urgência de se superar o *domínio espacial* exercido pelo controle da propriedade (pública e privada) e, do outro, a proliferação de novas práticas socioespaciais autogestionadas, *loci* de resistência orientados pela abertura às singularidades (coexistência) e pelo exercício da democracia real.

Segundo Lefebvre (2008a), a classe dominante dispõe e exerce um duplo poder sobre o espaço, primeiro por força do instituto da propriedade privada imóvel, pelo seu controle salvaguardado em última instância pela autoridade judiciária e, em segundo lugar, por força da representação povoada de ideologia, pelo conhecimento, a estratégia e a ação do próprio Estado. Hoje, ambos os domínios ganham primazia no horizonte de enfrentamento da multidão metropolitana com vistas à construção de novas espacialidades que possam ser apreendidas e autogestionadas enquanto espaços comuns. (MAYER, 2015, p.178)

Aspectos estes que iremos abordar no próximo item, a partir do exemplo do fazer-comum das ocupações urbanas.

4.3. Comum urbano e ocupações: enfrentamento ao capitalismo pela produção do espaço?

Conforme apontado anteriormente, a teoria do comum urbano ou dos comuns urbanos ainda é restrita. No entanto, observamos que nos últimos anos a ideia de comum(ns) urbano(s) tem sido invocada mundo afora por movimentos, coletivos, pesquisadores e, até mesmo, políticos – como os casos do movimento *occupy*, 15M, o grupo SqEK e o *Barcelona em Comú* – quase sempre com o intuito de reivindicar ou ampliar o compartilhamento de espaços públicos e com ênfase em princípios de autonomia, autogestão e horizontalidade. De forma que

as lutas pelo comum na metrópole se cruzam e se somam às lutas pelo direito à cidade, particularmente nas resistências aos cercamentos, privatizações e despossessões associados ao urbanismo neoliberal, assim como nas experiências alternativas de construção de novos espaços comuns (TONUCCI FILHO, 2017, p. 105).

Aqui, porém, queremos demonstrar que essa reivindicação pode ser entendida pela aclamação do direito à tomada de decisões sobre o espaço urbano e à sua produção, ou seja, pela busca à produção do espaço urbano metropolizado.

Segundo a pesquisadora italiana de política urbana Iolanda Bianchi (2018), o pensamento teórico do comum se divide entre pensadores que não identificam o urbano como foco de suas análises, como Dardot & Laval (2017) e outros que relacionam o projeto emancipatório contra o capitalismo ao urbano, como Hardt & Negri (2016) e Harvey (2013). Contudo, essas contribuições são mais teóricas e a maior parte do pensamento do comum urbano gira em torno de pesquisas que tentam acoplar essas teorias a casos empíricos⁸³.

A obra do arquiteto grego Stavros Stavrides: *Common Space: The City as Commons*, de 2016, se destaca por ser uma tentativa mais robusta de pensar a cidade como comum a partir de diversas experiências, entre elas as ocupações gregas. Nesta perspectiva, o autor interpreta a cidade contemporânea como um arquipélago de enclaves urbanos, tais como *shoppings centers*, lojas de departamentos, estádios esportivos e *gated communities* – semelhante aos nossos condomínios fechados –, definidos por normas e protocolos de uso empregados para garantir o acesso somente à parte da população considerada apta a tal. Esta ideia nos remete aos enclaves

⁸³ Entre os trabalhos deste tipo que encontramos em nossa pesquisa, citamos os desenvolvidos no âmbito do workshop *Squatting and Urban Commons* (2018), além dos trabalhos de Batista (2017), Mello (2019), Morais (2017), Montagna & Grazioli (2019), Nascimento (2016), Petrus e Andrade (2017).

fortificados de Teresa Caldeira (1997), conforme abordamos no item 2.3 – e poderíamos, então, dizer que o espaço metropolizado é um arquipélago desses enclaves.

Stavrides (2016) defende que os comuns podem se expandir para além dos limites de sua comunidade e se transformar em “espaços limiares”⁸⁴, categoria central em sua teoria. Esses limiares seriam uma rede aberta de passagens, pela qual comunidades de comuns se comunicariam e trocariam experiências, ideias e recursos. Neste sentido, o arquiteto salienta que o enclausuramento de espaços comuns os transformariam em um espaço coletivo privado – como as áreas externas em condomínios fechados – ou em espaços públicos gerenciados por uma autoridade em nome da comunidade. Em ambos os casos, haveria uma corrupção dos comuns e o bloqueio das práticas de fazer-comum.

Para ele o comum é produzido pela inventividade coletiva, seja para atender às necessidades básicas, seja pela efervescência de experimentos coletivos. E exemplifica com as comunidades autogestionadas da América Latina, as praças ocupadas durante a Primavera Árabe, as ocupações de imóveis, os centros comunitários abertos, além da experiência zapatista, sem a qual, afirma que não seria possível desenvolver discussões aprofundadas sobre o comum.

A semelhança de outras teorias já citadas (DARDOT & LAVAL, 2017; LINSALATA, 2019), para o grego, o fazer-comum não é apenas compartilhar um espaço considerado como um recurso ou bem, mas um conjunto de práticas e ideias que exploram as potencialidades emancipatórias do compartilhar. Assim, o comum seria um processo em contínua transformação. “Espaços-como-limiares adquirem características talvez duvidosas, precárias, mas também semelhantes à existência de um vírus: tornam-se catalisadores ativos nos processos de reapropriação da cidade como comuns” (STAVRIDES, 2016, p.56, tradução nossa⁸⁵). De forma que significam tanto uma separação quanto, simultaneamente, uma conexão. Assim, cruzar esses espaços limiares significaria se aproximar do outro e permitir o encontro entre as diferenças.

Desta forma, o comum só existe com a troca com o externo. O que nos remete aos entramados comunitários explorados pelas mexicanas Aguilar, Linsalata e Navarro (VV.AA, 2019), às quais recorreremos novamente para ressaltar que as cidades do Sul Global possuem uma pluralidade de práticas que escapam ao capital. Nesta perspectiva,

⁸⁴ No original: “thresholds spaces”.

⁸⁵ No original: “Spaces-as-thresholds acquire a dubious, precarious perhaps but also virus-like existence: they become active catalysts in processes of reappropriating the city as commons”.

Tonucci Filho (2017) afirma que o fazer-comum é prática constante nos espaços periféricos brasileiros, como as favelas, loteamentos e ocupações urbanas, a partir das suas práticas cotidianas de reprodução social. Assim,

O comum urbano na metrópole do Sul global pode ser, desse modo, relacionado aos esforços em reconhecer e fortalecer as muitas alternativas e experimentações na produção do espaço, usualmente a cabo dos trabalhadores pobres urbanos, e, portanto, relegados à periferia prática e teórica (TONUCCI FILHO, 2017, p. 138)

Aqui talvez seja válido traçar um paralelo com a ideia de “pobre” trabalhada por Hardt & Negri (2016), que ressaltam a necessidade de se mudar a lente e focar não no caráter da ausência ou da carência, mas no da possibilidade. Ou seja, seria destacar as possibilidades que as pessoas e lugares caracterizados pela ausência ou carência podem nos ensinar. Neste sentido, defendemos que as ocupações urbanas, conforme caracterizadas no item 3.2, apontam para a possibilidade de fazer-comum. Assim, iremos retomar alguns pontos abordados anteriormente para melhor explicar nosso pensamento.

As ocupações são estabelecidas por meio de práticas de cooperação e solidariedade, estando vinculadas à autogestão não só para a construção e/ou reforma de casas e edifícios, mas às atividades de gestão e cotidianas, a partir de assembleias e tomadas de decisão em conjunto. Assim, as ocupações não poderiam existir sem que houvesse a atividade compartilhada entre as mulheres e homens que ocupam. Lembramos, mais uma vez, que as ocupações perturbam o direito absoluto à propriedade ao reivindicarem o cumprimento de sua função social.

Quando a ocupação “saí” do âmbito da moradia e fortalece outros temas, como a produção de espaços coletivos, a formação política e a atividade cultural, ela também fortalece o seu fazer-comum. De forma que, quanto maior a capacidade de uma ocupação de construir espaços comuns, maior a sua capacidade de resistir aos despejos (MAYER, 2015). Neste sentido, cozinhas, lavanderias e creches são espaços existentes em muitas ocupações – como na Manoel Congo e na Solano Trindade –, que possibilitam a emergência do fazer-comum na reprodução do cotidiano pela necessidade de compartilhamento não só dos equipamentos desses espaços, mas pela própria gestão deles. Praças, corredores, centros comunitários ou até mesmo simples salas transformam-se em pontos de encontro nos quais é possível não só o lazer cotidiano, como também o festejo de datas importantes e a tomada de decisões, por meio de

assembleias ou outras formas decisórias. Tal como as cozinhas, nesses espaços, o fazer-comum passa a ter uma grande importância no cotidiano e acabam o transformando internamente.

Espaços de agricultura como hortas, jardins ou quintais comunitários produzem, muitas vezes, a partir de práticas agroecológicas e têm sua produção voltada para consumo interno ou para incremento da renda, mas tendo a tomada de decisões sobre a gestão e a cotidianidade é atravessada pelo fazer-comum. Assim, acreditamos que todos esses espaços são “um potente meio cotidiano pelo qual se pode-se, pela reapropriação dos recursos e da riqueza comum, começar a desligar nossa reprodução do fluxo de mercadorias” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 200).

Consideramos *Can Masdeu* como um exemplo forte desse cotidiano permeado pelo fazer-comum. Nela busca-se a autonomia, mas não a autossuficiência, a partir da autogestão e autoprodução, assim, diversos espaços e recursos são compartilhados, desde ferramentas, livros e computadores a móveis, cozinhas, dispensas, lavanderias e carros. Ademais, são responsáveis pelo cultivo e colheita de 80% da verdura que consomem, além de produzirem também outros alimentos como pão, mel, óleo, preparados medicinais e azeitonas (CAMINHA, 2015). Defendemos que o compartilhamento de tantas coisas ocorre pelo fazer-comum do cotidiano das pessoas que ali vivem, mas também pela forma como as pessoas que a visitam devem se “portar”. Por exemplo, ao se visitar a ocupação em um “dia aberto”, cada pessoa é responsável por lavar seus utensílios. Assim, apesar de ser uma ocupação fechada no seu dia a dia, ela busca dialogar com o mundo ao seu entorno de modo a levar para eles suas formas de pensar e viver, não só por oficinas e festejos, mas também pelas práticas cotidianas.

É claro que as ocupações urbanas também possuem contradições internas, muitas das quais Tonucci Filho (2017) trabalha, porém, aqui estamos apontando suas potencialidades. Por isso, como sustentar essas atividades e potencialidades se “quanto mais a ocupação se assenta, quanto mais ela se consolida, quanto mais reconhecida formalmente, mais os espaços comuns e as práticas de fazer-comum se diluem” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 200)?

Não temos uma resposta concreta para isto, mas retornaremos ao grego Stavrides (2016), que defende que os comuns não são um estado das coisas, mas um processo. Este processo contínuo de contribuição – ou fazer-comum – das pessoas envolvidas é necessário para que eles se mantenham. Assim, ao fechar-se em si mesma, como

apontado por Tonucci Filho (2017), a ocupação deixaria de ser um comum e tornar-se-ia um enclave.

Defendemos que a formação política das pessoas envolvidas, assim como a criação de redes de solidariedade e ajuda mútua são essenciais. Aqui destacamos, novamente, a ideia de entramados comunitários, pois acreditamos que, ao se estabelecerem, permitem a continuidade individual de cada comunidade – ou comum. Ademais, acreditamos que as redes com a vizinhança são essenciais para a manutenção das ocupações – aqui destacamos o exemplo de *Can Masdeu*, que possui uma relação frutífera com a vizinhança, que frequenta a ocupação diariamente; além do exemplo da rede ativada quando do despejo do CSA *Can Vies* (CAMINHA, 2015). Também citamos, novamente, os exemplos das ocupações Manoel Congo e Solano Trindade, nas quais há uma intensa formação política promovida pelo MNLM.

Neste sentido, a troca de saberes e conhecimentos entre as pessoas envolvidas nas ocupações e dentro das redes nas quais se inserem é essencial para mantê-las como comuns ativos. Entendendo que esse próprio compartilhamento de saberes e conhecimentos é um fazer-comum. Afinal, são os processos subjetivos que irão conscientizar/sensibilizar as pessoas em relação à sua situação social e econômica para que ela possa, então, agir.

No Brasil, muitas ocupações possuem redes vinculadas aos próprios movimentos às quais são ligadas – como o MNLM na Solano Trindade e Manoel Congo, e a Brigadas Populares na Izidora –, mas também a redes de apoio que ajudam a mantê-las, como as assessorias técnicas (como o grupo Catálise, o Arquitetos Sem Fronteira e o Coletivo de Advogadxs Populares Margarida Alves⁸⁶) e grupos de extensão universitária, o Indisciplinar e a Práxis, da UFMG. Na Europa, as redes de ocupação são bem amplas e multinacionais, podemos citar o exemplo do Squat!Net, que se define como um grupo de pessoas voluntárias e sem fins lucrativos que constrói uma infraestrutura autônoma para projetos políticos relacionados a ocupações, direito à moradia e lutas pela terra.

⁸⁶ Mayer (2015) faz um excuroso em seu trabalho sobre o coletivo, ressaltando a importância dele para a manutenção das ocupações.

Stravides (2021), a partir de suas pesquisas e experiências com os movimentos de moradia na América Latina, nos parece também ilustrar bem o que tentamos mostrar aqui⁸⁷. Para ele:

- Lutas por moradia estão vinculadas à construção de comunidades e às formas organizadas de **ação coletiva**.
- Movimentos de sem-teto promovem a **colaboração entre seus membros**, não apenas para fazer a participação na construção e manutenção mais produtivas, mas também para estabelecer e promover os valores de ajuda mútua.
- **Éticas de comunização permeiam as práticas dos movimentos em todos os níveis**: ocupação de terra, tomada de decisões organizada, trabalho coletivo, estabelecimento de regras de coabitação e aprendizado (na construção, gerenciamento de espaços compartilhados, ajuda voluntária aos mais vulneráveis etc.).
- **A inventividade que as pessoas adquirem na sua luta cotidiana pela sobrevivência é ativada pelos movimentos**. Ao abastecer-se do “dinamismo febril” da vida urbana, as pessoas são encorajadas a usar suas habilidades e aspirações de formas criativas, que não apenas sustentam áreas de comunização dentro das comunidades, mas também descobrem novas.
- **As comunidades criadas através da luta não são comunidades fechadas em si mesmas**. Elas explicitamente **tentam influenciar as condições sociais e urbanas de seus arredores** ao ajudar vizinhos a se organizarem, ao apoiar lutas relevantes e ao manter redes de solidariedade através de toda a cidade. Em vez de limitar-se às utópicas ilhas particulares, aspiram a “ter um efeito contagioso sobre a sociedade”.
- Os movimentos de moradia da América Latina **se engajam ativamente à virtualidade da cidade**. Esses experimentos criam potencialidades urbanas ao confrontar-se com opções dominantes de governança urbana, que expulsam um enorme contingente de pessoas para as periferias e favelas das metrópoles contemporâneas. **O objetivo deles é liberar o comum urbano da captação e comando capitalistas**. Em assentamentos organizados, com especial atenção aos espaços compartilhados, desenvolvem-se novos hábitos e afetos compartilhados criativamente.
- Emerge uma forma de “cidadania insurgente”, desenvolvida na luta de assentamentos de comunização urbana, que **empodera excluídos da cidade ao reivindicá-la como um mundo inclusivo e compartilhado, num movimento em direção a uma sociedade justa**.
(STRAVIDES, 2021, p. 17, grifo nosso)

Diante do exposto, acreditamos que as ocupações urbanas, ao colocarem em ação o fazer-comum, criam comuns. O comum nas ocupações é produzido no âmbito do cotidiano, entendendo-o tanto como algo imposto pelo capital quanto como resíduo de resistência. Afinal, é no cotidiano que os laços de coobrigação da atividade compartilhada surgem e se aprofundam. Assim, a própria produção do comum exige que haja transformação no cotidiano, redefinindo a reprodução social sob moldes mais

⁸⁷ Ressaltamos que não estamos falando apenas de ocupações por moradia, mas entendendo que essa característica é presente em muitas das que conhecemos, acreditamos que o paralelo é pertinente.

cooperativos, com maior prioridade ao valor de uso e da autogestão, pois é a partir dela que tomamos o controle de nossas vidas (LEFEBVRE, 2013).

Desta forma, relacionamos o fazer-comum das ocupações com ao pensamento de Lefebvre (2013), que afirma ser necessário alterar tanto as relações econômicas nos espaços produtivos e nas formas políticas como no cotidiano para criarmos espaços outros. Também a partir do filósofo francês, compreendemos que, para transformar a sociedade, é necessário que produzamos um novo espaço. Contudo, sendo o espaço um produto e também um produtor social, essa “criação” ocorre pela produção de um projeto político que envolva a prática social. Assim, ao falarmos de produção do espaço, falamos também da intervenção ativa e contínua das pessoas envolvidas.

Diante do exposto, defendemos que os espaços produzidos pelas ocupações enquanto produtos e produtores de fazer-comum podem possibilitar a produção de um espaço urbano distinto do contemporâneo. Retomando o abordado no item 3.2, o espaço pode ser visto a partir de diversas tríades, ao praticarmos o fazer-comum nas ocupações colocamos em destaque a imaginação e a emoção no nosso cotidiano, aproximando-se dos espaços de representação. Neste sentido, as ocupações acabam aparecendo como espaços que podem romper com o espaço hegemônico e alienador, de forma que podem ser os “espaços revolucionários do futuro”.

Colocar-se-ia em prática, então, o movimento possível-impossível, no qual, ao se criar espaços que rompam com a hegemonia, será possível transformar a prática social. No caso do comum entendemos que a própria prática social, o fazer-comum, é intrínseca à produção desses espaços e não consequência. Da mesma forma que o espaço é produto e produtor, o fazer-comum o é em relação ao comum.

5. Sobre alternativas e futuros possíveis...

Nossa pesquisa buscou analisar como as ocupações se configuram como comuns urbanos e como elas possuem potencialidades para as lutas pela produção anticapitalista do espaço. Assim, nossa tese foi de que as ocupações urbanas se configuram como importantes formas de luta pela cidade e, por meio delas, poder-se-ia estabelecer o *comum* e a produção de um espaço urbano anticapitalista.

Partindo da problemática de que as potencialidades das ocupações como e/ou em relação com o comum ainda é pouco estudada, estruturamos a pesquisa da seguinte forma: no capítulo 2 exploramos, a partir dos conceitos de capital, produção do espaço e metropolização do espaço, o atual momento em que se encontra nossa sociedade. Buscamos então, demonstrar que a espiral capitalista em sua busca contínua por acumulação, acaba por se caracterizar como uma espiral em descontrole que também abre brechas para o próprio fim da circulação capitalista. Esta saiu do âmbito da fábrica e se espalhou para todos os aspectos da vida cotidiana e, inclusive, para o espaço nos dias de hoje. Tendo como premissa que cada modo de produção produz seu espaço próprio, atualmente o urbano – espaço onde o capitalismo sempre buscou solucionar suas crises – agora se planetarizou, de forma que observamos a produção de um espaço metropolizado, ou seja, as características do urbano quebraram os muros da cidade e estão por todo o espaço.

A metropolização do espaço não pode acontecer sem as contradições intrínsecas ao capitalismo e muito menos sem a contínua espoliação da população e mercadificação do espaço urbano. Neste sentido, no capítulo 3 exploramos a relação entre mercadificação do espaço urbano e a emergência de movimentos sociais, entre eles, as ocupações urbanas – um movimento amplo e variado, dos quais buscamos trazer características mais gerais e emancipatórias. Afinal, o que nos interessou ao longo de toda a pesquisa foi mostrar a possibilidade de que esses espaços heterotópicos podem levar a uma ruptura e à construção de novos espaços utópicos.

No capítulo 4, adentramos na discussão sobre o comum, que buscamos explorar a partir de três blocos: a diferenciação entre comum, público e privado; as conceitualizações do Norte e Sul Global; o comum urbano e sua relação com ocupações e produção do espaço. Neste capítulo buscamos adentrar um pouco mais em teorias do Sul Global, contudo, mesmo essas teorias se embebem, muitas vezes, das teorias do

Norte Global. Assim, tentamos demonstrar os aspectos que julgamos mais importantes e condizentes com o nosso pensamento, mesmo que não fossem de uma mesma vertente teórica.

Esperamos, então, ter explicado os pontos principais do nosso pensamento, que retomamos resumidamente. Primeiramente, o conceito de privado não é uma invenção capitalista, no entanto, o privado enquanto privação é, como consequência da contínua acumulação por espoliação. Neste sentido, o capitalismo teve a capacidade de globalizar a exploração, mas a “diferença é que, hoje, a resistência ao capitalismo também atingiu uma dimensão global” (FEDERICI, 2017, p.38).

Entendemos que o comum se transformou em uma bandeira de mobilização e uma palavra de ordem de resistência. E, mais que isso, se tornou a categoria central do anticapitalismo contemporâneo a despeito de sua longa linhagem. Ele perpassa tanto movimentos do Norte global, como o *occupy*, o 15M, *squats*, hortas comunitárias, como movimentos do Sul global, como as ocupações urbanas, os movimentos de luta pela moradia, o movimento zapatista, os movimentos indígenas, além do próprio *buen vivir*. Assim, afirmamos que existe uma pluralidade de formas de comuns, bem como de ocupações.

Acreditamos ainda que é no espaço metropolizado que iremos transpassar as barreiras criadas pela acumulação capitalista e produzir um novo espaço. Por isso também, nosso foco nas ocupações urbanas e a tentativa de falar de um comum urbano. Pois, para nós, o urbano tanto fomenta a produção dos comuns como por eles é enriquecido, sendo portanto fonte e receptáculo do fazer-comum, sendo o local para criar-se espaços diferenciais que não atendam somente à espiral de acumulação capitalista e à sua metropolização homogeneizadora, fragmentadora e hierarquizadora.

As ocupações, ao praticarem o fazer-comum, rompem com várias das amaras capitalistas que podem não só indicar possibilidades para superação de momentos de maior crise econômica, mas também de modificar nossa sociedade por dentro e criar espaços outros nos quais o comum seja o princípio político. Assim, podem auxiliar no direito à produção do espaço, ou seja, de produzir um espaço diferente, para além da lógica do capital. E, por meio dessas experiências, pode-se percorrer os espaços limiares e tramas comunitárias, e irradiar as experiências construídas, mirando o impossível.

Referências

AGLIETTA, Michel. Segunda Parte. Cap. IV - Concentración y centralización del Capital. Itens: 1. Definición y causas de la concentración del capital. 1.1 Concentración y centralización del capital industrial. In: AGLIETTA, Michel. **Regulación y Crisis del Capitalismo**: la experiencia de los Estados Unidos. 3a ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986. p. 192-197.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. Común, ¿hacia dónde? Metáforas para imaginar la vida colectiva más allá de la amalgama patriarcado-capitalismo y dominio colonial. In: VV. AA.. **Producir lo común**. Entramados comunitarios y luchas por la vida. Madri: Traficantes de Sueños, 2019, pp. 79-94.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitario-populares** - Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madri: Traficantes de Sueños, 2017.

AGUILERA, Thomas; BOUILLON, Florence; COLIN, Baptiste; PÉCHU, Cécile. Squatting in France: Poverty, Housing Movement and Counterculture. In: SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (SqEK). **Fighting for spaces, Fighting for our lives**: Squatting Movements today. Berlim: Edition Assemblage, 2018. Pp. 288-297.

ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163307>>. Acesso: 09 jan. 2019.

ALVES, Rafael de Oliveira. **Entre despossessão e apropriação, o direito à cidade: quando o comum é possível**. 2015. 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ALVES, Rafael de Oliveira. O direito e a propriedade: o privado, o público e o comum. In: COSTA, Geraldo Magela (org.); COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.); MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015. Pp. 259-282.

ALVES, Rafael de Oliveira. Fazer-comum e direito à cidade: elementos para o debate e ação. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BASTOS; Camila Diniz *et al.* Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Recife, v.19, n.2, p.251-266, maio-ago. 20.

BATISTA, Lucas Meirelles Toledo Ramos. As ocupações de moradia no centro como produção do comum? Reflexões a partir da Ocupação Prestes Maia. In: urbBA[17] Urbanismo em Comum. 2017, Salvador. **Anais eletrônicos urbBA[17] Urbanismo em Comum**. Disponível em: <https://urbba17.wixsite.com/urbba17/trabalhos-completos>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BELART, Victor. **Cidade pós-Olímpica: o Carnaval Pirata e as reformas do Centro do Rio de Janeiro**. 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BEY, Hakim. **TAZ – Zona Autônoma Temporária**. s/d. Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf>.

BIANCHI, Iolanda. **In, against, beyond and through the State Limits and possibilities of Urban Commons in Barcelona**. 2018. 280 f. Tese (Doutorado em Politics, Policies and International Relations e Regional Planning and Public Policy) – IGOP – Institut de Govern i Polítiques Públiques, Universitat Autònoma de Barcelona e Dipartimento di progettazione e pianificazione in ambienti complessi, Università IUAV di Venezia, Barcelona e Veneza, 2018.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. El Impacto de la era da información sobre la Estructura Social y Espacial de las informaciones. In: BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y Global: La Gestión de las informaciones en la Era de la información**. Madrid: Taurus/Pensamiento, 2004. p. 35-74.

BOUILLON, Florence. **Le squat: problème social ou lieu d'émancipation?**. Paris: Éditions Rue d'Ulm, 2010.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização planetária. **e-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, n. 19, ano 5, p. 6-26, dez. 2014.

CAFFENTZIS, George; FEDERICI, SILVIA. Comunes contra y más allá del capitalismo. In: VV. AA.. **Producir lo común**. Entramados comunitarios y luchas por la vida. Madri: Traficantes de Sueños, 2019, pp. 45-58.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, março 1997. Pp.155-176.

CAMINHA, Julia Vilela. **Os diferentes sentidos de se okupar: experiências brasileiras e europeias**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS, Clarissa Cordeiro de; CLARK, Taís . Práticas espaciais insurgentes: aspectos históricos e contemporâneos do squatting e ocupações urbanas nos contextos europeu e brasileiro. In: **V Enanparq**, 2018, Salvador. V Enanparq. Salvador: EDUFBA, 2018. v. 5. p. 10135-10154.

CAMPOS, Clarissa; MARTÍNEZ, Miguel A. Squatting Activism in Brazil and Spain: Articulations between the Right to Housing and the Right to the City. In: GRASHOFF, Udo (Ed.). **Comparative Approaches to Informal Housing Around the Globe**. Londres: UCL Press, 2020, pp. 110–129.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 35-52.

CATTANEO, Claudio. Urban squatting, rural squatting and the ecological economic perspective. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.139-160.

CATTANEO, Claudio. The economy of the squatters: How squatters live with less money and suffer less from the crisis. In: SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (SqEK). **Fighting for spaces, Fighting for our lives: Squatting Movements today**. Berlim: Edition Assemblage, 2018. Pp. 146-149.

CATTANEO, Claudio; MARTÍNEZ, Miguel A.. Introduction: Squatting as a response to Social Needs, the Housing Question and the Crisis of Capitalism. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). **Squatters movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism**. Londres: Pluto Press, 2014. Pp. 26-57.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**, Petrópolis, Vozes, 3a ed,1998.

CRIANÇA, A alma do negócio. Produção: Estela Renner e Marcos Nisti. São Paulo: Maria Farinha Produções, 2007. 90 min. Color. Port.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro** – Tomo I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

CRUZ, Mariana de Moura. O novo vocabulário do Comum – ensaio para uma leitura pós-colonial. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE ANGELIS, Massimo. Revolución social y producción de lo común. In: VV. AA.. **Producir lo común**. Entramados comunitarios y luchas por la vida. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019, pp. 95-110.

FARHA, Leilani. 2020. Housing, the front line defense against the COVID-19 outbreak. Genebra, 2020. Disponível em:

<<http://unhousingrapp.org/user/pages/07.press-room/CV19%20Press%20Release%20w:%20Letterhead.pdf>>.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017

FERREIRA, Alvaro. A Produção da Cidade com Justiça Social: por uma perspectiva utópica. In: **Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016.

FERREIRA, Alvaro. **A Cidade no Século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações?. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 53-74.

FERREIRA, Alvaro. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n.1, abr/2019, p. 35–43.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

FERREIRA, Alvaro. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **O Espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 91-120.

FERREIRA, Alvaro. **A cidade que queremos**: produção do espaço e democracia. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. **Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais: Processos e Dinâmicas**.

Uma Introdução. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 15-32.

FIX, Mariana. **São Paulo Cidade Global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso 04 dez. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. 2011. 242 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018a.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. A recusa de Marx da teoria do valor. Trad.: Carine Botelho Previatti. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 257-264, jan./abr. 2018b.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v.14, n. 28, pp. 8 - 39, 2012.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, n. 6, jun./set., 1982. p.6-35.

HARVEY, David. **Rebel Cities**: from the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2013.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo**: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. Lo urbano. In: LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions 11 Sociales, 1986, p. 159-173. (Tradução Livre para o português de Margarida Maria de Andrade)

LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire. **Le Monde Diplomatique**, nº 3, fev. 2004, p. 21- 23. Tradução Sandra Lencioni.

LEFEBVRE, Henri. **The urban revolution**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, n.39, p.7-20, mai. 2008b.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a. p. 35-68.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LENCIONI, Sandra. Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008a.

LENCIONI, Sandra. Para além da urbanização metropolitana: metropolização e regionalização pós-metropolitana. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **O Espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 147-168.

LENCIONI, Sandra. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (69). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>.

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. In: **e-metropolis**: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, nº 22, p. 6-15, set. 2015b.

LENCIONI, Sandra. Totalidad y e tríades: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre. In: Mattos, Carlos de; Link, Felipe. (Org.). **Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad**. Santiago (Chile): RIL Editores, 2015c, p. 57-77.

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. In: **e-metropolis**: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, nº 22, p. 6-15, set. 2015b.

LINSALATA, Lucía. Repensar la transformación social desde las escalas espacio-temporales de la producción de lo común. In: VV. AA.. **Producir lo común**. Entramados comunitarios y luchas por la vida. Madri: Traficantes de Sueños, 2019, pp. 111-120.

MARTÍNEZ, Miguel A.. **Okupaciones de Viviendas y Centros Sociales**: Autogestión, Contracultura y Conflictos Urbanos. Barcelona: Virus, 2002.

MARTÍNEZ, Miguel A.. Squatting For Justice: Bringing Life TO The City. In: MOORE, Alan (Ed.); SMART, Alan (Ed.). **Making room**: Cultural Production in Occupied Spaces. Barceloa: Los Malditos Impresores. 2015.

MARTÍNEZ, M. Ángel; GARCÍA, Ángela. (2015a). Ocupar las Plazas, Liberar Edificios. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, 14(1), 157–184. Disponível em: <<https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/1145>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MARTÍNEZ, Miguel A.; GARCÍA, Ángela. (2015b). The Occupation of Squares and the Squatting of Buildings. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, 14(1), 157–184. Disponível em: <<https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/1145>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. 2015. 288f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MELLO, Irene de Queiroz e. **Trajetórias, Cotidianos e Utopias de uma Ocupação no Centro do Rio de Janeiro**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MELLO, Rodrigo Moreira de. O Direito à Moradia na Metrópole Biopolítica. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, Jun. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004>. Acesso 04 dez. 2019.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Alameda, 2012.

MONGIN, Olivier. O arquipélago megalopolitano mundial e a explosão das metrópoles. In: MONGIN, Olivier. **A condição urbana: A cidade na era da globalização**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009. p. 186-203.

MONTAGNA, Nicola; GRAZIOLI, Margherita. Urban commons and freedom of movement: The housing struggles of recently arrived migrants in Rome. **Citizenship Studies**, 23:6, 577-592, 2019.

MORAIS, Ana Cristina da Silva. Cidade popular latino-americana: o comum na troca de experiências entre pesquisa brasileira e moradores de uma comuna popular de Medellín – Colômbia. In: urbBA[17] **Urbanismo em Comum**. 2017, Salvador. **Anais eletrônicos urbBA[17] Urbanismo em Comum**. Disponível em: <<https://urbba17.wixsite.com/urbba17/trabalhos-completos>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton *et al.*. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

NASCIMENTO, Denise Morado. Accessing the Urban Commons Through the Mediation of Information: The Eliana Silva Occupation, Belo Horizonte, Brazil. **Int J Urban Regional**, 40: 1221-1235. 2016.

NAVARRO, Mina Lorena. Hacer común contra la fragmentación en la ciudad: Experiencias de autonomía e interdependencia para la reproducción de la vida. In: VV. AA.. **Producir lo común**. Entramados comunitarios y luchas por la vida. Madri: Traficantes de Sueños, 2019, pp. 121-138.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os Movimentos de Moradia e Sem-Teto e as Ocupações de Imóveis Ociosos: a luta por políticas habitacionais na área central da cidade de São Paulo**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NUNES, Hermano gomes Lopes. Por que não devemos chamar o coronavírus de democrático. **Nexo**, mai. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Por-que-n%C3%A3o-devemos-chamar-o-coronav%C3%ADrus-de-democr%C3%A1tico>>. Acesso: 25 mai. 2022.

O PASSEIO É PÚBLICO. Ocupação. Disponível em: <<http://www.opasseioepublico.org/>>. Acesso 25 mai. 2017.

ONU-Habitat. **Ocupação ou invasão?** Enquanto morar for um direito, é ocupar que se chama!. 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CCCCS7CpTqC/>>.

ONU-Habitat. **World Cities Report 2022:** Envisaging the Future of Cities. 2022. Disponível em: <<https://unhabitat.org/wcr/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, pp. 831-853, set/dez 2019.

PAPADIMITROPOULOS, Vangelis. The Politics of the Commons: Reform or Revolt?. **tripleC**, Vol 15 No 2, 2017.

PÉCHU, Cécile. **Les squats**. Paris: Presses de Sciences, 2010.

PETRUS, Fernanda; ANDRADE, Luciana da Silva. O Morar além do Estado e do Mercado: o espaço comum e as ocupações urbanas de moradia. In: urbBA[17] Urbanismo em Comum. 2017, Salvador. **Anais eletrônicos urbBA[17] Urbanismo em Comum**. Disponível em: <<https://urbba17.wixsite.com/urbba17/trabalhos-completos>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales en el siglo XXI:** perspectivas y herramientas analíticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: **Seminário Internacional “Conflicto Social, Militarización y Democracia en América Latina – nuevos problemas y desafíos para los estudios sobre conflicto y paz en la región”,** 2002, Buenos Aires.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafias**. Movimentos sociais, novas territorialidades y sustentabilidad. Mexico: Siglo XXI, 2001.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe:** Radical Spaces, Urban Struggles. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **As barricadas do hiperprecariado urbano:** das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2012. 546 f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. **Polis**, 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/916>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. In: **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores**, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2006)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. 9ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós: Da cultura digital à democracia do século XXI (Coleção Democracia Digital)** São Paulo: Edições Sesc SP, 2018.

SCOTT, Allen J. *et al.*. Cidades-regiões globais. **Espaço e Debates**. São Paulo, n. 41, Ano XVII, p. 11-25. 2001.

SOJA, Edward W.. Para além de post-metropolis. **Revista UFMG**. Belo Horizonte, v. 20, nº1, p.136-167, jan./jun. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Ágora: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Espaço geográfico, espaço social. Organização do espaço e espaço social. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Pp. 21-42.

STAVRIDES, Stavros. Reivindicar a cidade como espaços comuns. Aprendendo com os movimentos de moradia da América Latina. **e-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, n. 47, ano 12, p. 6-18, dez. 2021.

STAVRIDES, Stavros. **Common Space**: The City as Commons. London: Zed books, 2016.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado / João Bosco Moura Tonucci Filho. 2017. 244 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2017.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; COSTA, Heloisa Soares de Moura. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHAES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-454, ago. 2017.

VV. AA.. **Producir lo común**. Entramados comunitarios y luchas por la vida. Madri: Traficantes de Sueños, 2019.

Instagram Espaço Comum Luiz Estrela. Disponível em: <<https://www.instagram.com/espacoluizestrela/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

Instagram Kasa Invisível. Disponível em: <<https://www.instagram.com/kasainvisivel/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

National Geographic, disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/culture/2019/03/visualize-inequality-by-viewing-cities-from-above/>>. Acesso: 08 jan. 2020.

Portal oficial de turismo da Espanha. Disponível em: <https://www.spain.info/pt_BR/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Site Portal do Sol. Disponível em: <<http://portaldosolurbanismo.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Site A Publica. Disponível em: <<https://apublica.org/ensaio/2018/01/zapatismo-e-caminho-originario/>>. Acesso 06 jun. 2022.

Site Britannica Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/social-movement/Types-of-social-movements>>. Acesso: 06 jun. 2022.

Site da CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mes-do-orgulho-lgbtqia-veja-fotos-de-manifestacoes-pelo-mundo/>>. Acesso: 06 jun. 2022.

Site da National Geographic, disponível em:

<<https://www.nationalgeographic.com/culture/2019/03/visualize-inequality-by-viewing-cities-from-above/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

Site da Unilever. Disponível em: <<https://www.unilever.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Site de Tuca Vieira, disponível em: <<https://www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisopolis>>. Acesso: 30 dez. 2019.

Site do Alphaville Urbanismo, disponível em:

<<https://www.alphavilleurbanismo.com.br/>>. Acesso: 08 jan. 2020.

Site do Brasi de Fato. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/12/movimento-negro-promove-jornada-de-combate-ao-racismo-veja-programacao>>. Acesso: 06 jun. 2022.

Site do Condomínio Malibu. Disponível em: <<https://malibubarra.rio.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Site do MAB. Disponível em: <<https://mab.org.br/lutas/>>. Acesso: 06 jun. 2022.

Site do MST. Disponível em: <<http://mst.org.br/nossos-simbolos/>>. Acesso: 06 jun. 2022.

Site do Museu do Amanhã. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Site do *The Guardian*, disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2013/nov/walls#saopaulo>>. Acesso: 08 jan. 2020.

Site G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/20/marchas-pro-aborto-mobilizam-milhares-de-mulheres-na-argentina.ghtml>>. Acesso: 06 jun. 2022.

Site Grand Construtora. Disponível em: <<https://grandconstrutora.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Site Multiplan. <<https://ri.multiplan.com.br/sobre-multiplan/portfolio-de-empreendimentos/>>. Acesso em: 20 jun..2022.

Site Outras Palavras. Disponível em:

<<https://outraspalavras.net/outrasmidias/ha-20-anos-a-revolta-dos-piqueteros/>>. Acesso: 06 jun. 2022.

Site Squat!net. Disponível em: <<https://en.squat.net/2022/05/24/amsterdam-house-squatted-at-amstelveenseweg-852/>>. Acesso: 20 jul. 2022.

Site The Guardian. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/cities/2018/jun/25/tourists-go-home-refugees-welcome-why-barcelona-chose-migrants-over-visitors>>. Acesso 05 set. 2022.